

**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

**REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DO ANO 2013
NO
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»
DE
BRAGANÇA**

SIGLAS

AM	Assembleia Municipal
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
PDM	Plano Diretor Municipal
REN	Reserva Ecológica Nacional
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
STAL	Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local

Primeira Sessão Ordinária (Quadriénio 2013/2017) da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 27 de dezembro de 2013, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
Quórum - Primeira Sessão Ordinária – 27 de dezembro de 2013	8,130
Expediente	8
Membros que pediram justificação da falta	9
Membros suplentes convocados	9
Suspensão de mandato	9
Verificação de Poderes e Instalação	9
Moções:	
I- Reorganização do Ensino Superior Português (apresentada por Pedro Rego)	20
II- Carreira Aérea Bragança/Vila Real/Lisboa	29,186
Proposta de Recomendação – A reabilitação Urbana	77
Presenças e Faltas	208

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1- ATAS: Leitura, discussão e votação das seguintes atas:	10
- Quarta Sessão Ordinária (Quadriénio 2009/2013), realizada em 09 de setembro/2013	
- Instalação dos Órgãos Autárquicos (Quadriénio 2013/2017) realizada em 14 de outubro de 2013;	
- Primeira Reunião de Funcionamento (Quadriénio 2013/2017), realizada em 14 de outubro de 2013.	
- Primeira Sessão Extraordinária (Quadriénio 2013/2017), realizada em 20 de novembro de 2013.	
2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.	13
3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	14
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	4
4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA	4

SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO	
4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança	91
4.2.1 – Documentos Previsionais para o Ano de 2014 – Orçamento; Plano Plurianual De Investimentos; Plano de Atividades Municipal, Mapa de Pessoal e Compromissos Plurianuais – Análise, Discussão e votação;	91
4.2.2 – Dissolução e Liquidação da PENOG – Parque Eólico da Nogueira, S.A.	151
4.2.3 – Apoios a Freguesias	166
4.2.4 – Apoios a Freguesias	168
4.3 – TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO da proposta da Câmara Municipal de Bragança – Estatutos da Comunidade Intermunicipal das Terras de Montes.....	180
4.4 - Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal e Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para integrarem os seguintes órgãos externos: - Comissão Municipal de Comércio [art. 7.º, n.º 4, b) da Lei n.º 12/2004] – 1 Representante;..... - Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar dos Centros de Saúde do AltoTrás-os-Montes I - Nordeste [art. 31.º, n.º1, b) do DL n.º28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo DL n.º 137/2013, de 7 de outubro] – 1 Representante;..... - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Bragança [art.º 17, l), da Lei n.º 147/99 de 1 de setembro] – 4 Representantes;..... - Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes –[art. 83.º, n.º 1, b) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro] – 4 Representantes;..... - Conselho Cinegético e da Fauna Municipal [art. 157.º, n.º 2, e) do DL n.º 201/2005 de 24 de novembro] – 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia);..... - Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios [art. 5.º, n.º 1, b), Lei n.º 14/2004, de 8 de maio] – 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia);. - Assembleia Distrital de Bragança [art. 2.º, b) do DL n.º 5/91, de 8 de janeiro]– 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia)..... - Comissão de Proteção Civil - [art. 41.º, h) da Lei n.º n.º 27/2006]– 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia);	192
- Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho - 1 Representante (Presidentes de Junta de Freguesia).	

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
------	------------

Adriano Rodrigues	34,161
Ana Almeida	77,174
António Malhão	22,24,85,143,164
António Moraes	18,33
Bruno Veloso	25,133,140,198
Carlos Cadavez	14
Francisco Marcos	29,32,88,197
Francisco Pinheiro	25,119,174
Henrique Ferreira	24,26,126,144,160,200,202,204
João Castanho	131
Luís Fernandes	35,118,163
Luís Pires	22,90,136,141
Maria Alves	28
Martinho Nascimento	120
Pedro Rego	20,158
Presidente da Câmara	52,75,102,114,139,145,155,158,170,173,175,179,182,184
Presidente da Mesa	10,11,12,13,14,18,20,21,22,24,25,26,28,29,31,32,33,35,36,52,53,71,72,73,74,76,85,88,90,91,102,109,111,112,113,117,119,120,126,130,133,136,139,140,141,143,144,145,146,147,148,149,150,151,155,156,157,158,160,161,163,164,165,166,170,171,172,173,174,175,176,177,179,180,182,183,184,186,189,192,193,197,198,199,200,202,204,205
Primeiro Secretário	198,204,205

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Adriano Rodrigues	157
Ana Almeida	156,171,176,183
António Moraes	71,156,184
António Pires	111
Bruno Veloso	109
Francisco Marcos	72,184
Francisco Pinheiro	109
Júlio Carvalho	31,73,
Luís Pires	72,112,
Telmo Afonso	172

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Ana Almeida	146,164
António Morais	145
António Pires	149
Bruno Veloso	192
Francisco Pinheiro	149
Henrique Ferreira	11,165
Luís Fernandes	148
Luís Pires	148
Pedro Rego	166

-----Aos **vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Primeira Sessão Ordinária (Quadriénio 2013/2017)** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e fim cerca das dezanove horas, na qual participaram **setenta e oito membros**, dos setenta e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1- ATAS: Leitura, discussão e votação das seguintes atas:

- Quarta Sessão Ordinária (Quadriénio 2009/2013), realizada em 09 de setembro/2013;.....

- Instalação dos Órgãos Autárquicos (Quadriénio 2013/2017) realizada em 14 de outubro de 2013;

- Primeira Reunião de Funcionamento (Quadriénio 2013/2017), realizada em 14 de outubro de 2013.....

- Primeira Sessão Extraordinária (Quadriénio 2013/2017), realizada em 20 de novembro de 2013.....

2- PÚBLICO – Período de Intervenção.

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....

4.2.1 – Documentos Previsionais para o Ano de 2014 – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal, Mapa de Pessoal e Compromissos Plurianuais – Análise, Discussão e votação;.....

4.2.2 – Dissolução e Liquidação da PENOG – Parque Eólico da Nogueira, S.A.

4.2.3 – Apoio a Freguesias.

4.2.4 – Apoio a Freguesias.

4.3 - TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO da proposta da Câmara Municipal de Bragança – Estatutos da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.....

4.4 - Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal e Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para integrarem os seguintes órgãos externos:.....

- **Comissão Municipal de Comércio** [art. 7.º, n.º 4, b) da Lei n.º 12/2004] – 1 Representante;

- **Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar dos Centros de Saúde (ACES) do Alto Trás-os Montes I - Nordeste** [art. 31.º, n.º1, b) do DL n.º28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo DL n.º 137/2013, de 7 de outubro] – 1 Representante;

- **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Bragança** [art.º 17, l), da Lei n.º 147/99 de 1 de

- setembro] – 4 Representantes;.....
- **Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes** – [art. 83.º, n.º 1, b) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro] - 4 Representantes;.....
 - **Conselho Cinegético e da Fauna Municipal** [art. 157.º, n.º 2, e) do DL n.º 201/2005, de 24 de novembro] – 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia);.....
 - **Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios** [art. 5.º, n.º 1, b), Lei n.º 14/2004, de 8 de maio] – 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia);.....
 - **Assembleia Distrital de Bragança** [art. 2.º, b) do DL n.º 5/91, de 8 de janeiro]– 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia).....
 - **Comissão de Proteção Civil** - [art. 41.º, h) da Lei n.º n.º 27/2006]– 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia);
 - **Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho** - 1 Representante (Presidentes de Junta de Freguesia).....

QUORUM - Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos, cerca das nove horas e trinta minutos, e foram presentes:

EXPEDIENTE: Alínea n) do n.º 1 do artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de janeiro.

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 01 DE OUTUBRO DE 2013

Data	Remetente	Assunto
01/10	Associação Humanitária Bombeiros Covilhã	Agradecimento pelo voto de pesar aprovado na sessão de setembro
13/09	Associação Nacional Municípios Portugueses	Indicação do Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia, e seu substituto, para participar no Congresso da Associação
22/10	Associação Humanitária Bombeiros de Alcabideche	Agradecimento pelo voto de pesar aprovado na sessão de setembro
25/120	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Documentação relacionada com o XXI Congresso da Associação
28/10	ANMP	Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2014
28/10	ANMP	Guião relativo à transição de comunidades intermunicipais
30/10	CPCJ	Designação dos elementos representativos da AM na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Bragança
06/11	CMB	Solicita a realização de uma sessão Extraordinária para discussão e deliberação das taxas IMI, Majoração e IRS

Ata da Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 27/12/2013

15/11	Grupo Parlamentar do PCP	Envia, para conhecimento, Pergunta dirigida ao Governo, sobre “ o disposto na Lei do Orçamento do Estado para 2013 em relação às Assembleias Distritais
02/12	ANMP	Resposta ao esclarecimento solicitado sobre substituições nas reuniões da Comissão Permanente.

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE EMITIDA A PARTIR DE 15 DE OUTUBRO DE 2013

Data	Destinatário	Assunto
15/10	ANMP	Indicação do Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia, e seu substituto, no Congresso da ANMP
28/10	Companhia de Seguros “A Açoreana”	Envio dos boletins individuais de adesão dos eleitos
30/10	CMB	Indicação do Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia, e seu substituto, no Congresso da ANMP
31/10	CMB	Envio do Plano de Arquivo do Serviço de Apoio à AM
12/11	Líderes dos grupos municipais	Dá conhecimento que na Sessão de dezembro irão ser eleitos os representantes da AM e Representantes dos Presidentes de Junta nos vários órgãos externos, constantes na listagem que se anexou.
2011	Associação Nacional Municípios Portugueses	Solicitação de esclarecimento - Substituições de membros nas reuniões da Comissão Permanente, por membros suplentes que não foram instalados na Sessão da AM

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:

PSD: Isabel Maria Lopes

PS: Fernando Carlos da Silva Paula; Maria Celina da Silva Paula e Sandra Marisa Rodrigues Valdemar

Presidentes de Junta de Freguesia: Fernando Francisco Gomes Rodrigues – Fez-se representar pelo seu substituto legal – Adriano Augusto Correia Rodrigues.....

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:

PSD: António Manuel Pereira.....

PS: Armindo Augusto Lopes; Maria Aurora Correia e Patrício Teixeira Afonso.....

SUSPENSÃO DE MANDATO:

PSD: Rui Afonso Cepeda Caseiro (de 23 de dezembro a 23 de janeiro/2014).....

PS - António Rodrigues Vieira (de 6 de novembro/2013 a 04 de maio/2014).....

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:

PSD: Jorge Manuel Pinto Silva Ferreira

PS: Pedro José Pires Rego.....

VERIFICAÇÃO DE PODERES E INSTALAÇÃO de membros suplentes da Assembleia Municipal. ...

----- O Sr. Presidente procedeu à verificação da legitimidade e identidade dos Srs. Membros: Jorge Manuel Pinto da Silva Ferreira e Patrício Teixeira Afonso.....

----- Verificados os poderes foram instalados como **Membros Suplentes** desta Assembleia Municipal:.....

Jorge Manuel Pinto da Silva Ferreira - eleito pela lista do Partido Social Democrata, de 40 anos de idade, filho de Manuel da Silva Ferreira e de Maria Amélia Pinto Ferreira, Professor, natural de França/França, residente em Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 11183295, e eleitor n.º 18824, da Comissão recenseadora da Freguesia da Sé, Município de Bragança.

Patrício Teixeira Afonso - eleito pela lista do Partido Socialista, de 33 anos de idade, filho de Gueda dos Santos Afonso e de Helena da Conceição Teixeira Fernandes Afonso, Mediador de Seguros, natural de França, residente em Donai - Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 11934762, e eleitor n.º 792, da Comissão recenseadora da Freguesia de Donai, Município de Bragança.

----- **Presidente da Mesa** – Temos quórum, podemos iniciar os trabalhos, no sentido de procedermos à primeira deliberação.....

----- Passamos ao Ponto 1 da agenda de trabalhos.....

PONTO 1 - ATAS - Leitura, discussão e votação das seguintes atas (dispensando-se a sua leitura - número um do artigo 92º. da Lei número 169/99, de 18 de setembro - em virtude de previamente terem sido distribuídas pelos membros):.....

- Quarta Sessão Ordinária (Quadriénio 2009/2013), realizada em 09 de setembro/2013;.....

- Instalação dos Órgãos Autárquicos (Quadriénio 2013/2017) realizada em 14 de outubro de 2013;

- Primeira Reunião de Funcionamento (Quadriénio 2013/2017), realizada em 14 de outubro de 2013.....
- Primeira Sessão Extraordinária (Quadriénio 2013/2017), realizada em 20 de novembro de 2013.....

----- **Presidente da Mesa** – Imagino que alguns deputados possam querer tomar, naturalmente, a deliberação de abstenção relativamente à ata da quarta sessão, realizada em nove de setembro, que a maioria dos senhores deputados não faziam parte da Assembleia, vou propor que se faça a votação ponto por ponto, relativamente às atas, para que não se levante, naturalmente, alguma dificuldade na votação das restantes, onde já cada um dos senhores deputados hoje aqui presentes tomou parte, ou seja, na da instalação dos órgãos autárquicos, e na Primeira Reunião, que ocorreu nesse mesmo dia, para a eleição da Mesa, e a Primeira Sessão Extraordinária. Por isso, Srs. deputados, vamos fazer uma votação independente, ata por ata.....

----- **Presidente da Mesa** - Há aqui um conjunto de deputados que estiveram presentes nessa legislatura, e estão em condições, hoje, de fazer a aprovação da ata. Podia acontecer isso, de facto a ata não podia ser aprovada por a totalidade dos membros, alguns não faziam parte do mandato anterior, mas não é o caso, agora a ata tem que ser aprovada.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FORAM AS ATAS SUBMETIDAS A VOTAÇÃO, TENDO SIDO:**

I – Quarta Sessão Ordinária - 09 de setembro/2013 - APROVADA, POR MAIORIA RELATIVA, COM ZERO VOTOS CONTRA, QUARENTA ABSTENÇÕES E DEZASSEIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE CINQUENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.

----- **Presidente da Mesa** – Imagino que a maioria dos senhores deputados desejaria fazer uma declaração de voto, eu penso que o Sr. Deputado Henrique Ferreira pretende fazer uma declaração de voto, julgo que será o mesmo sentido da generalidade dos senhores deputados, e portanto damos a palavra, para a sua declaração de voto, e partindo do pressuposto que se estenda à grande maioria dos senhores deputados que se abstiveram, para não recebermos declarações de voto individuais.

----- **Henrique Ferreira** – Bom dia a todos. Permitam-me que não faça as saudações individuais, desejo-vos uma boa sessão, que seja, sobretudo, profícua.

----- À luz do Código do Procedimento Administrativo, uma ata aprovada com minoria só pode ser aprovada à terceira votação, segundo os artigos vigésimo quarto e vigésimo quinto desse Código. Portanto tem que haver uma votação imediatamente a seguir a esta, e, depois, na próxima sessão haverá uma terceira votação, e nessa terceira votação já a ata pode ser aprovada com quaisquer votos, desde que os votos favoráveis sejam em maior número que os votos desfavoráveis.....

----- Portanto esta é a Lei que temos, à primeira votação e segunda votação não podemos ter uma aprovação sem a maioria dos membros presentes, à terceira já podemos, senão as coisas bloqueavam.....

----- **Presidente da Mesa** – Esta é uma achega importante, de qualquer forma também não vejo qualquer problema em que se proceda da forma como foi acrescentado agora, de facto caberia, agora, à Mesa, o tempo necessário para fazer a verificação desse facto, mas partimos do pressuposto que estará correta essa solicitação feita pelo Sr. Deputado, e penso que a ultrapassamos, de imediato, procedendo a uma segunda votação, como o Sr. Deputado propôs....

----- **Segunda votação da Ata da Quarta Sessão Ordinária - 09 de setembro/2013 - APROVADA, POR MAIORIA RELATIVA, COM ZERO VOTOS CONTRA, TRINTA E SEIS ABSTENÇÕES E VINTE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE CINQUENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Entretanto naquele intermédio entraram deputados na sala, outros não se quiseram pronunciar e pronunciaram-se agora.....

----- Pergunto, se neste momento alguém quer fazer declaração de voto, para este segundo momento.....

----- Não há declarações de voto.....

----- Avançamos para a votação da **ata de Instalação dos Órgãos Autárquicos, realizada em 14 de outubro/2013**.....

----- Eu proponha, se os senhores deputados não virem inconveniente nenhum, a votação da Primeira Reunião de Funcionamento, que aconteceu no mesmo dia.....

----- Alguém se manifesta contra esta solicitação da Mesa?.....

----- Não.....

----- Então vamos proceder à votação da ata de Instalação dos órgãos autárquicos, e ata da Primeira Reunião de Funcionamento, que ocorreu nesse mesmo dia, como se recordam, para a eleição do Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

----- **Ata de Instalação – 14 de outubro/2013** - APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA COM ZERO VOTOS CONTRA, CINCO ABSTENÇÕES E CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE CINQUENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.

----- **Ata da Primeira Reunião de Funcionamento – 14 de outubro /2013** - APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA COM ZERO VOTOS CONTRA, CINCO ABSTENÇÕES E CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE CINQUENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.

----- **Presidente da Mesa** – Passamos, por fim, para a última ata.....

----- **Ata da Primeira Sessão Extraordinária (Quadriénio 2013/2017), realizada dia 20 de novembro/2013** - APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE CINQUENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?.....

----- Não há declarações de voto.

----- Muito obrigado, Srs. deputados.

----- Passamos para o ponto seguinte.....

PONTO 2 – PÚBLICO – Período de Intervenção......

----- **Presidente da Mesa** – Eu pergunto se alguém do público pretende usar da palavra, fazendo uma intervenção dirigida à Assembleia.....

----- Não há nenhuma intenção de intervenção.

----- Senhores deputados, antes de avançarmos com os trabalhos, vou ter que informar do seguinte: foi necessário, já depois da reunião da Comissão Permanente, e desse facto foi dado

conhecimento aos senhores líderes municipais e também a todos os senhores membros que já dispõem do seu endereço eletrónico nos Serviços de Apoio à Mesa da Assembleia, e no seguimento da aplicação do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, enviar mais duas certidões, que julgo que foram anexas, ficando, para esta Sessão, agendados mais dois pontos.

----- O Ponto 4.2.3 – Apoio às Freguesias – Reunião da Câmara Municipal de 25 de novembro, e o Ponto 4.2.4 – Apoio às Freguesias – Reunião da Câmara Municipal de 23 de dezembro.....

----- Portanto estes pontos foram agendados a pedido da Câmara, já posteriormente à Reunião da Comissão Permanente.....

----- Foi cumprida a Lei, portanto não é necessário submeter para aprovação da Assembleia, este agendamento.....

----- Portanto, senhores deputados, contamos, naturalmente, com mais estes dois pontos, de resto, sendo já do conhecimento da larga maioria dos senhores deputados e dos líderes dos grupos municipais.....

----- Avançamos para o ponto seguinte.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

----- **Presidente da Mesa** – A Mesa, dirigindo-se aos senhores deputados, pergunta se há a intenção de fazer inscrições para intervenções.

----- Vamos iniciar as intervenções, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cadavez, do PSD.....

----- **Vasco Cadavez – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Senhor Presidente da Mesa

----- Senhora e Senhor Secretários

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal

----- Senhora e Senhores Vereadores

----- Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal

----- Público

----- Meios de Comunicação Social

----- Como professor do Instituto Politécnico de Bragança não podia ignorar as declarações do Sr. Ministro da Educação sobre as comparações dos dois sistemas de Ensino Superior, em vigor no nosso país: **Politécnicos versus Universidades**.

----- Num tempo em que se discute a reorganização do Ensino Superior Português, estas declarações infelizes e inoportunas foram, necessariamente, tema central da comunicação social, no meio académico, nos cafés, e nos fóruns políticos.

----- Estas declarações, associadas à realização da famigerada Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades a que os professores, já com experiência de lecionação, terão que se submeter, mostram o desconhecimento e o descrédito que o Sr. Ministro da Educação tem nas instituições de Ensino Superior.

----- Compreendemos que o Sr. Ministro da Educação considere que **o sistema de formação de professores** tem falhas!!!! Todavia, não é aceitável afirmar que as falhas de formação estão apenas nas instituições de Ensino Politécnico. Tal consideração é injusta, pois junta no mesmo saco todas as instituições, mesmo aquelas que, como o IPB, rivalizam em qualidade (pedagógica e investigação científica) com as melhores Universidades do País. De facto, os docentes do IPB têm desenvolvido trabalho de elevado mérito, tal como atestam o elevado número de publicações científicas em revistas de prestígio internacionais e a elevada capacidade para captar fundos através de projetos de investigação de programas de apoio nacionais e europeus.

----- Muito mais poderíamos fazer! Desde que as condições de trabalho e os recursos assim o permitissem e a tutela o considerasse importante. De facto, o IPB, mesmo com as restrições legislativas, decorrentes do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), que limitam e reduzem a nossa ação enquanto professores e investigadores, é uma instituição de referência no Ensino Superior Português. Em Trás-os-Montes é costume dizer-se "A carapuça serve a quem a enfia"! Nós, docentes do IPB, não enfiamos esta carapuça!!! Assim, as críticas do Sr. Ministro da Educação não seriam, com toda a certeza, dirigidas para o IPB.

----- No entanto, a cidade de Bragança alberga o IPB, pelo que qualquer discussão sobre o Ensino Superior, seja: sobre a sua qualidade, a sua organização e/ou a sua reorganização; merece a nossa atenção e a nossa preocupação.

----- Sem pretender desvalorizar outras instituições da nossa cidade, pois todas as partes são necessárias à constituição do todo, considero o IPB o coração de Bragança, desta forma todos nós devemos juntar forças para o manter saudável! Qualquer desvalorização das funções do IPB conduzirá, com toda a certeza, ao seu encolhimento, através: da redução do número de alunos, da redução do número de docentes, e da resultante redução do seu impacto (direto e indireto) na economia local.

----- Exmos. Senhores Deputados,

----- Mas, de onde vem esta necessidade/oportunidade de comparação, *dos dois sistemas*, do Sr. Ministro da Educação? *No meu entender, vem do seguinte espeto*.

----- O Ensino Superior português caracteriza-se pelo designado Sistema Binário, constituído por Universidades e Politécnicos. Estes dois tipos de instituições têm, teoricamente, missões distintas! Todavia, desde longa data tem desempenhado funções idênticas, mas com financiamentos bem distintos e em prejuízo dos Institutos Politécnicos.

----- *Por exemplo: o Orçamento do IPB do ano transato, 2013, dezasseis milhões de euros, uma instituição universitária com a mesma dimensão tem um orçamento, do mesmo ano, cerca de vinte e seis milhões de euros, portanto há uma diferença abismal*

----- Assim, os Institutos Politécnicos têm formado um elevado número de jovens a custo bem inferior ao das universidades. A última reestruturação do Ensino Superior, levada a cabo pelo anterior Governo PS, constituiu uma oportunidade única para dignificar a missão dos Institutos Politécnicos. É claro que esta oportunidade foi perdida! De facto, foram criados estatutos e carreiras docentes diferentes, cujo objetivo foi afastar as Universidades dos Politécnicos, subalternizando os últimos. Por outro lado, foram introduzidas ligeiras, mas importantes, subtilezas nos graus académicos lecionados nas Universidades (Ex: Licenciaturas com Mestrado Integrado), a lecionação de cursos de Doutoramentos foi vedada aos Institutos Politécnicos independentemente da formação e da qualidade do seu corpo docente. Em

alternativa, os Politécnicos foram agraciados com os Cursos de Especialização Tecnológica (CET's). Estes cursos, em nosso entender, são pertinentes e úteis, no entanto será errado e irresponsável reduzir instituições altamente qualificadas, com corpo docente de elevada qualidade como é o do IPB, à lecionação deste tipo de cursos profissionalizantes.

-----Consideramos que a implementação de um Sistema de Ensino Superior Binário, limitando a missão dos Institutos Politécnicos, reduzindo-os à lecionação de cursos profissionalizantes sem a atribuição de grau académico, conduzirá a um subaproveitamento das capacidades do corpo docente altamente capacitado com é o do IPB!.....

-----Do nosso ponto de vista, o Sistema de Ensino Superior Português precisa de ser reestruturado para racionalizar a oferta formativa, para garantir um nível mínimo de qualidade e para potenciar a utilização dos recursos humanos disponíveis. Todavia, consideramos que nas Instituições de Ensino Superior podem, ou mesmo devem, coexistir formações de vários tipos (formação profissional, Graduação, *Licenciaturas* e Pós-Graduação, *Mestrados e Doutoramentos*), desde que convenientemente organizadas e dotadas com os recursos necessários. Um Sistema de Ensino Superior único, com uma Carreira Docente Única, contribuirá para evitar equívocos como o que agora abordamos (**ou seja:** associar qualidade ou a falta dela à Tipologia das Instituições de Ensino Superior), bem como para dignificar o Sistema de Ensino Superior Português e o papel dos docentes que integram os quadros das Universidades e dos Politécnicos.

----- Exmos. Senhores Deputados,

-----No nosso entender, só dignificando as funções do IPB é possível revitalizar a nossa cidade, a nossa região e, porque não, o interior! Caso a missão dos Institutos Politécnicos seja limitada/reduzida, o Ensino Superior estará a ser deslocalizado para o litoral, contribuindo para inclinar o nosso país um pouco mais para o Litoral!!.....

-----Precisamos de lutar para reverter a situação de abandono a que a nossa região tem sido submetida. Precisamos de unir esforços para trazer CAPITAL HUMANO para a nossa cidade, pois só a atividade do homem será capaz de a transformar e de aumentar a produção de riqueza. Neste sentido, consideramos essencial reforçar a missão das instituições de ENSINO SUPERIOR

sediadas no interior. Estas são, no nosso entender, as únicas instituições capazes de alavancar o desenvolvimento do interior. A revitalização do interior, no qual Bragança se insere, exige medidas políticas fortes, que sejam solidárias com o interior e, simultaneamente, equilibradoras para o país. O fortalecimento do IPB com mais alunos e, necessariamente, com mais professores será uma destas medidas políticas necessárias pela qual todos devemos lutar a bem da nossa cidade.”

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, agora, a palavra, o Sr. Deputado da CDU, António Morais.

----- **António Morais** – Muito bom dia, Sr. Presidente, Srs. membros presentes, Sr. Presidente da Câmara, restante Executivo, Srs. presidentes de Junta de Freguesia, Público, uma continuação de boas festas e um Feliz Ano Novo, que desejamos para todos.

----- Em relação á primeira intervenção, se me é permitido uma sugestão, eu creio que este texto deveria ser enviado para o Sr. Primeiro Ministro, com a aprovação de toda a Assembleia, porque é marcante, do ponto de vista político, independentemente de uma ou outra consideração ser discutível, no essencial eu creio que estamos todos de acordo com este agravo que foi feito ao Politécnico, e não só, ao ensino, aos professores, enfim, e portanto era uma sugestão que eu deixava.

----- Em relação à minha intervenção também queria fazer um reparo e uma sugestão, esta minha intervenção tinha a intenção de ser lida na Primeira Sessão da tomada de posse, não foi possível, e a sugestão que eu deixava, e creio que era curial e democraticamente interessante, que na instalação das novas assembleias, fosse possível uma intervenção de cada grupo parlamentar, acho que democraticamente era interessante.

----- Em relação à intervenção, passo a lê-la.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Na minha qualidade de membro da CDU, quero aqui sublinhar que a reeleição de um representante da CDU, nesta Assembleia Municipal, enquadrada num expressivo aumento de votação e eleitos da CDU, a nível nacional, assegura um propósito de proposta para um devir

mais promissor para o nosso concelho. Assim, estaremos, como tem sido nossa postura, empenhados em formular e subscrever todas as iniciativas que correspondam aos reais interesses da população. Seremos, como tem sido nossa conduta, voz crítica e denunciadora dos atropelos aos anseios das populações.

----- Tomo como oportuno sublinhar a importância da Assembleia Municipal e o seu papel insubstituível para o funcionamento democrático das autarquias locais. Consideramos, por isso, que a redução de presenças agora patente, resultante da Lei 22/2012, torna a nova Assembleia mais pobre, porque menos representativa. É uma alteração negativa e redutora, até numa perspectiva do funcionamento democrático das estruturas representativas mais próximas dos cidadãos, - e no nosso caso, mais isoladas - que são as Juntas de Freguesia.

----- Convém lembrar que esta famigerada lei, foi esboçada por PS, PSD e CDS com a Troika, aquando da assinatura do Pacto de Agressão.

----- A Assembleia Municipal e a sua função deliberativa conferem uma responsabilidade implicadora e cúmplice, convocando de forma ativa, cada um de nós, seus membros. Mas é também, por força das suas competências, o lugar em que os cidadãos podem expor e solicitar a atenção devida para situações consideradas pertinentes, dando assim espaço à intervenção e envolvimento dos munícipes, com o conseqüente enriquecimento das instituições e da vivência democrática participativa.

----- Tendo em atenção práticas anteriores, assentes no trabalho produzido pela anterior Assembleia Municipal, e sem substituir propostas concretas, que a seu tempo teremos ocasião de formular, permitam contudo que adiante desde já algumas ideias que, no nosso entender, contribuirão para um melhor e mais democrático funcionamento deste órgão.

----- Desde logo, estimular e incentivar a uma participação nos trabalhos, mais substancial e ativa, por parte dos Senhores Presidentes de Junta, até no sentido de melhor elucidar esta Assembleia sobre as carências e anseios dos seus representados, dos projetos e propostas que entendam oportunos.

----- No que concerne á participação do público, e não obstante a alteração já efetuada por proposta da CDU e aceite pela Assembleia Municipal, no sentido de mudar o seu espaço de

intervenção para o início dos trabalhos, conferindo assim mais atenção e dignidade á sua presença, convém constatar que tal participação ainda é escassa e pontual. Razões múltiplas estarão na base de tão pouca ocorrência, mas também não será alheia a pouca atenção, para não dizer displicência, com que, por vezes, aqueles que ousam expor-se são tratados. A este propósito de recordar o ocorrido na última Assembleia da anterior legislatura, cuja intervenção de um munícipe recebeu como resposta, por parte do executivo, o silêncio. Tal atitude não engrandece este órgão, nem promove a participação popular.....

----- No que reporta às Comissões de Trabalho, de sublinhar a sua importância e a atenção que devem merecer o trabalho produzido.

----- É inaceitável, o repetido sentido prático contrário, dado pelo executivo às moções e deliberações da Assembleia Municipal. Daria exemplos múltiplos, passo de largo.

----- Por tudo isto e pelo que temos pela frente, em prol do bem-estar e desenvolvimento do nosso concelho, reafirmamos o empenho e dedicação da CDU. Só assim honraremos e daremos sentido aos votos que nos confiaram.....

----- Disse”.....

----- Obrigado pela atenção.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, agora, a palavra, o Sr. Deputado Pedro Rego, do PS. Tem sete minutos.....

----- **Pedro Rego** – Obrigado, Sr. Presidente. Um cumprimento especial, dado que é também a minha primeira intervenção neste Órgão, um cumprimento especial ao Sr. Presidente da Assembleia, ao Sr. Presidente da Câmara e seu Executivo, Srs. Presidentes de Junta e demais Deputados Municipais, desejando umas boas festas e um Ano de 2014, que, na medida do possível, seja próspero para vocês e todas as famílias. Desejo também a continuação dos bons trabalhos desta presente Assembleia.

----- **Apresentou, por escrito, a seguinte**

“Moção

----- No passado dia 18 de dezembro, o ministro Nuno Crato colocou em causa a formação ministrada nas escolas superiores de educação. Tal afirmação proferida pelo principal

responsável pela tutela da Educação e Ciência em Portugal, revela um preconceito inadmissível e com consequências graves para a credibilidade das escolas superiores de educação e, em particular, dos institutos politécnicos, no seu conjunto.

-----Mais, no conjunto das afirmações proferidas coloca, ainda, em causa, a ação e onorabilidade da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, cuja missão é garantir a qualidade dos cursos ministrados no Ensino Superior e que já fez diversas avaliações a cursos ministrados no Instituto Politécnico de Bragança.....

-----As afirmações proferidas pelo Sr. Ministro, ao levantarem suspeitas sobre a credibilidade da formação ministradas pelas Escolas Superiores de Educação colocam em causa a competência científica e pedagógica dos docentes, o profissionalismo dos funcionários, a desvalorização dos seus estudantes e dos diplomados delas oriundos, assim como a imagem da Instituição do Instituto Politécnico de Bragança.....

-----Perante tais declarações e suas inevitáveis e nefastas consequências, a Assembleia Municipal de Bragança conhecendo o papel fundamental e estratégico que o Instituto Politécnico de Bragança tem assumido, para o desenvolvimento económico e social, para a criação de emprego e fixação populacional, a importância da investigação e desenvolvimento efetuada pelo IPB, particularmente ao nível dos recursos endógenos, o reforço da Instituição IPB no estabelecimento de parcerias com entidades locais, nacionais e estrangeiras, a dedicação dos seus profissionais, docentes e não docentes, na prossecução de um ensino de excelência, vem, por este meio, repudiar as declarações do Senhor Ministro Nuno Crato, e , simultaneamente, demonstrar total solidariedade institucional para com o Instituto Politécnico de Bragança, com os seus dirigentes e professores, funcionários e alunos, reafirmando o nosso reconhecimento pela importância que o Instituto Politécnico de Bragança mantém enquanto instituição de ensino superior de excelência, que contribui decisivamente para o desenvolvimento económico e social da nossa Região”

----- Esta moção é aberta e suscetível de alterações, quem queira fazê-las. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** - Senhores deputados, é apresentada uma moção, eu solicito aos

srs. deputados que queiram pedir esclarecimentos sobre a moção, que façam o favor de proceder à sua inscrição.....

----- Não há pedidos de esclarecimento.

----- Intervenções, sobre esta moção?.....

----- Há um pedido de inscrição para intervenção, de António Malhão, do PSD. Tem a palavra, Sr. Deputado.....

----- **António Malhão** – Muito bom dia a todos, cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, Sr.ª Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, restantes Vereadores, caros Presidentes de Junta, caros Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores.

----- Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar o meu companheiro Vasco Cadavez pela sua intervenção, bem estruturada e realista, eu diria até inteligente, e, que faz, de facto, justiça a uma das nossas jóias da coroa, que é precisamente o IPB. E o objetivo do companheiro e da bancada do PSD é exatamente esse, puxar por uma das nossas instituições mais emblemáticas. .

----- Curiosamente, a intervenção do Sr. Deputado Pedro Rego subscreve, quase, as palavras do companheiro Vasco Cadavez, e assina pelo mesmo diapasão.

----- Quanto à moção, o PSD, obviamente, que fez a defesa do nossa jóia da coroa, como referi, e não irá acompanhar essa moção, irá abster-se, porque me parece que a nossa intervenção é bastante clara e inequívoca, sobre o apoio da nossa bancada ao IPB. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Luís Pires, do PS, também pediu a palavra para uma intervenção sobre este tema da moção. Tem a palavra.

----- **Luís Pires** – Muito bom dia a todos, e votos de Boas Festas.

----- Cara Assembleia, há assuntos que merecem a nossa maior importância, e esta Assembleia tem a responsabilidade de ser consequente. Já há algum tempo, e estou perfeitamente à vontade para dizer isso, tem sido, um pouco, a linha que eu tenho seguido ao longo dos últimos anos, nesta Assembleia, eu sou muito pragmático, gosto da verdade e gosto das coisas claras e de ser consequente naquilo que se faz.

----- Eu começava por juntar aqui duas intervenções, a intervenção do Vasco Cadavez e a intervenção do Pedro Rego, que deu sequência a uma moção. Realmente, dizer que, relativamente à primeira, é uma moção redondinha, que fica bem com toda a gente, já agora aproveito para dizer aqui, os dezasseis milhões é um erro, são trinta e um mil, mal estaríamos se fossem dezasseis, porque o Vasco esqueceu-se das receitas próprias e de outros valores que vêm, portanto não é só o que vem transferido do Orçamento, se nós vivêssemos só com o dinheiro que nos mandam de Lisboa, estávamos muito mal, é só vocês verem também o peso que a Instituição tem.....

----- Embora eu não goste muito de falar aqui em termos de instituição, quando o Vasco disse “nós, os docentes”, eu quando estou aqui sou deputado municipal, não sou Diretor da Escola, portanto eu quando faço intervenções faço-as sob o ponto de vista de deputado municipal e tento abster-me um bocadinho com algumas coisas que eu sei que também não posso referir em público.....

----- Já agora, referir que, o Sr. Deputado Malhão disse que a Moção que foi apresentada pelo Partido Socialista que colhia diretamente com aquilo que foi dito pelo Vasco Cadavez, realmente é pena que não tenha colhido também junto do Executivo, porque acho que é uma moção em ponto similar a esta, foi reprovada no Executivo, e, portanto, há aqui alguma dessintonia entre posições daquilo que é a Assembleia e daquilo que é o Executivo.

----- No entanto eu acho que há uma coisa que nós temos que ter, é que toda a gente reconhece o papel e a importância do Politécnico de Bragança, é uma âncora a nível demográfico, a nível económico, ao nível das empresas locais, aos nível das famílias locais, ao nível da intervenção social, ao nível da demografia é importantíssimo, a maior parte dos alunos vêm de fora para cá. Portanto nós conseguimos ter uma taxa de retenção dos alunos, ou seja, aqueles que vêm acabam por ficar, não apenas em Bragança mas também em Vila Real, portanto nós temos uma função importantíssima para que esta região ainda se mantenha com alguma competitividade. E, portanto, com alguma forma e com algum altruísmo, e com alguma capacidade de encaixe, e até com consensos, seria possível que estes grupos fossem consequentes, e não é só fazer um texto, fica aqui confinado a estas paredes, se é consequente,

é-se conseqüente fazendo com que esse texto, aprovado com força, por unanimidade, por aquilo que são as forças vivas desta cidade, chegue lá em baixo e vejam que realmente, meus caros amigos, este Ministro está a fazer mal ao Ensino Superior, e está a fazer mal a Bragança. ..

----- Portanto, eu acho que este é um momento em que nós podemos ter um sinal, não nos abstermos, sermos conseqüentes, já fizemos isso no passado, e se há algum achego a fazer à moção que foi apresentada, faça-se, mas há necessidade de todos juntos, de forma positiva, dizer-mos a Lisboa que não queremos que isto seja assim.

----- Eu decidi vir para Bragança, para trabalhar e morar, e quero continuar cá, por muito que custe a algumas pessoas.

----- Portanto, não me consola uma abstenção, acho que deveríamos ser conseqüentes e devíamos votar a favor.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ainda há uma intenção de intervenção, por parte do Deputado Henrique Ferreira, do Movimento Sempre Presente.

----- Tem a palavra, Sr. Deputado. Tem três minutos, Sr. Deputado.

----- **Henrique Ferreira** – Mas, então sejamos conseqüentes, integremos os dois documentos e votemos por unanimidade, e votemos também esse documento em momento posterior. De qualquer maneira estamos a perder força nas posições que estamos a tomar.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Julgo que isso é uma indicação dada ao PSD, que fez também uma intervenção sobre a matéria. Eu pergunto ao PSD se quer proceder a alguma resposta a este desafio, digamos, por parte de Henrique Ferreira.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado António Malhão.

----- **António Malhão** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Eu penso que essa estratégia devia ser combinada previamente, e que foi pena, de facto, querer tomar a dianteira e querer, enfim, fazer aqui um brilharete. Se a proposta é no sentido de fazer uma fusão dos dois textos, parece-me bem, teria que ser retirada essa proposta e depois de concertada com o nosso texto, então sim, trazermos aqui uma proposta

de todos os partidos com assento nesta Assembleia. Se assim for estamos de acordo, se não existir da parte do proponente da proposta do PS, essa vontade e esse consenso, estamos falados.

----- **Presidente da Mesa** – Este desafio, também agora lançado pelo PSD, poderá ser comentado pelo PS, e, nesse sentido, o Sr. Deputado Bruno Veloso tem a palavra.

----- **Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos. Naturalmente, e de acordo com aquilo que foi a leitura da nossa moção, por parte do meu camarada Pedro Rego, o PS está disponível para fazer as alterações devidas para que ela ganhe força e uma forma, e que, de facto, projete, e que nos una em torno daquilo que foram as declarações do Ministro, e que, demais, há a intervenção que o antecedeu, assim o disse, e portanto também da defesa da própria Instituição, Instituto Politécnico.

----- Naturalmente estamos de acordo, eu não sei qual é a parte do texto que querem juntar, não sei se seria necessário suspender a reunião, se criávamos um grupo de trabalho, durante, porque, de facto, nós apresentámos uma moção, aquilo que nós ouvimos da parte do PSD foi, de facto, uma explanação, não retirando o mérito, não fez propriamente nenhuma proposta, que, no fundo, o desenlace é exatamente a nossa proposta, mas, naturalmente, daquilo que é o texto, estamos disponíveis, como dissemos, para acertar um texto conjunto. Acertamos um texto conjunto e suspendemos a entrega e poderá ser entregue durante esta Sessão da Assembleia, para votação, um texto conjunto, neste aspeto parece-me bem.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Fica então decidido, pelo Partido Socialista, que este texto irá ser, agora, retirado da votação, para que se proceda, e de acordo com a indicação dada também pelo PSD e o Movimento Sempre Presente, que se faça um texto conjunto, se possível, naturalmente o assunto fica, agora, suspenso, esta votação, regressando para deliberação no momento em que for apresentada uma moção definitiva, a esta Assembleia.

----- Seguimos os nossos trabalhos, para a intervenção seguinte, tem a palavra o Sr. Deputado do CDS/PP, Francisco Pinheiro.

----- **Francisco Pinheiro** – Bom dia, a todos, e Boas Festas.

-----Esta minha primeira intervenção é para fazer um pedido de esclarecimento ao Executivo, neste caso, sobre um assunto que foi trazido aqui por um cidadão, e que estava numa das atas que foi votada hoje, e era para saber qual era o ponto da situação, nomeadamente uma situação trazida aqui na Sessão de nove de setembro, pelo Sr. Casimiro Fernandes, que tinha apresentado em dois mil e doze, será fácil de identificar, julgo que era a área que estava sobre a sua responsabilidade, quero saber se foi respondido ao Cidadão, compete à Assembleia saber qual é o ponto dessa situação.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Julgo que, durante a Sessão, o Sr. Presidente da Câmara terá a informação necessária para dirigir a esta Assembleia, digamos, o seguimento que a Câmara deu à intervenção que foi feita pelo munícipe na sessão de nove de setembro.

-----Temos, agora, a inscrição seguinte, de Henrique Ferreira, do Movimento Sempre Presente, para fazer a sua intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, tem cinco minutos.....

----- **Henrique Ferreira** – A Lei 75/2013 enquadra, de uma forma diferente das anteriores, o papel do PAOD nas Assembleias Municipais, centrando-o mais nas questões municipais, e por isso uma primeira nota que aqui quero deixar, é a do estatuto do MSP nesta Assembleia. O MSP foi eleito em nome dos independentes, daqueles que não se reveem em qualquer dos partidos políticos concorrentes, e, portanto, é um movimento que representa cidadãos, e é um movimento pela cidadania. E, portanto, era esse o sentido que o Movimento aqui está, sempre disposto a trabalhar, seja com quem for, para melhorar os destinos e as condições das gentes de Bragança.

-----Uma segunda nota, apraz-me registar as intervenções sobre o IPB, porque realmente o atual Ministro tem uma conceção universitária do Ensino Superior, parece-me que não é só universitária, parece-me que também é “tribaquista”, e portanto naturalmente os institutos politécnicos estão a ser postergados para uma posição secundária nos estatutos do Ensino Superior.

-----Uma terceira nota, a do Regimento, não compreendo como foi possível fazer um Regimento da AM tão partidocrata, em que um grupo parlamentar com sete membros tem o

mesmo tempo de palavra que os grupos parlamentares com um membro. Portanto, espero que, breve, esse Regimento possa ser revisto.

----- E, agora, entro diretamente nas questões que queria aqui colocar, a primeira das quais tem a ver com a linha aérea para Lisboa, em que ponto é que isto está, porque num artigo que escrevi, acerca de seis meses, a comentar o fim da linha aérea, eu dizia, se o Governo tem intenção de acabar com a linha aérea, a estratégia que seguiu é a mais adequada, e portanto confirmou-se tudo, *ipsis verbis*, não há concorrentes, como é óbvio, e o próprio Primeiro Ministro já admitiu que seria necessário rever a concessão do serviço, e, assim sendo, pergunto-lhe, Sr. Presidente da Câmara, se tem alguma notícia sobre este problema importantíssimo para o Município.

----- Uma outra questão que eu lhe queria colocar, Sr. Presidente da Câmara, é sabido que a instalação de empresas na nossa Região e sobretudo, neste caso, no nosso Município, é necessária como o pão para a boca, para animar a tese, não só económica mas também demograficamente, do nosso espaço municipal. O que é que há, que notícias tem para nos dar, a este respeito, e, sobretudo, que justifique que um empresário italiano tenha querido instalar-se em Bragança, numa das zonas industriais, e que tenha sido recusada a autorização.

----- Uma outra questão que lhe queria colocar é, porque é que a Câmara não tem um gabinete de apoio aos novos presidentes de junta, alguns dos quais sem conhecimentos, andam por aí a fazer algumas asneiras, como, por exemplo, a alienar património sem autorização das respetivas assembleias de freguesia, outros a fazerem assembleias de freguesia só com os membros eleitos pelo seu partido, nem sequer convocando assembleias de freguesia, e sem convocatória pública, outros sem fazerem Orçamento nem Plano para 2014, outros, ainda, sem prestarem contas. Portanto, acho que a Câmara deve prestar atenção a isto, constitua o gabinete de apoio aos presidentes de junta nessa matéria. Há casos até de flagrantes ??? do PDM e da REN (Reserva Ecológica Nacional), para alguns movimentos de terras, e, portanto, isto deve ser acautelado pela Câmara, porque os presidentes de junta têm, obviamente, menos conhecimentos e menos apoios.

-----Termino com uma questão crucial e estratégica para o Município, a questão das estradas. Há dias tive que ir a Parada, também tive de tirar os sinais que lá estavam a dizer que a estrada de Mós/Parada estava em obras, e a induzirem os automobilistas para virem pelo Penacal, que, na altura, estava cheia de gelo, e a outra, vindo a apoiar os sinais, encostá-los à parede e virá-los ao contrário, porque achei que aquilo era um convite ao assassinato.

----- Felizmente, entretanto vejo que houve um concurso para o asfaltamento dessa estrada e para outro que a obra já está em execução.

----- Mas, pergunto-lhe também porque é que a Câmara Municipal abandonou a intervenção da estrada Nacional 218 -1, a estrada que vai para Izeda, a antiga estrada de Izeda, que passa pelo Penacal, quando constitui uma poupança de oito Kms/dia, numa ida e volta, em relação à estrada Mós/Valverde.

----- Então, que projetos de novas estradas é que há, porque há uma que pode poupar vinte e cinco Kms, na ligação a Quintanilha, para as populações da zona de Izeda e a norte de Izeda. ...

----- Portanto, em altura própria, para falarem, então, dela.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada.

----- Tem, agora, a palavra a Sr.ª Deputada do PSD, Maria do Amparo.

----- Sr.ª Deputado, quero recordar-lhe que tem cinco minutos.

----- **Maria Alves** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Digníssimos Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados, órgãos de Comunicação Social, Excelentíssimo Público.

----- A minha intervenção vai no sentido de dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, aos restantes membros do Executivo e a todos os eleitos, pela vitória alcançada no dia vinte e nove de setembro.

----- Sr. Presidente, o eleitorado acreditou em todos os que o acompanharam nesta eleição, porque depositam em V. Ex.ª a confiança. Não foi por acaso que obtive a maioria, foi porque V. Ex.ª é uma pessoa séria, trabalhadora, determinada, de confiança, e com grande experiência

autárquica, que trabalhou ao lado de um grande homem que deixou uma grande marca no nosso Concelho, o Sr. Eng. António Jorge Nunes, para quem eu peço uma grande salva de palmas, por favor.....

----- Eu sei que V. Ex.^a é uma pessoa de palavra, assim como todos aqueles que o acompanham nesta caminhada, e, por isso, estou certa, embora a conjuntura nacional não sendo fácil nos momentos que correm, vai fazer os possíveis para cumprir os compromissos do programa eleitoral, tendo já dado provas, na redução das taxas da água aos mais carenciados, do IMI e outros.

----- Sendo esta Assembleia o espaço de debate onde se promove a discussão de ideias, a reflexão e a apresentação de propostas, que contribuem para o desenvolvimento e crescimento do nosso Concelho, todos podemos fazer um ótimo trabalho.

----- Desejo a V. Ex.^a e ao Executivo e a esta Assembleia, um bom trabalho, que Deus nos ajude a superar as dificuldades que vão surgindo durante este mandato.

----- E, para terminar, desejo a todos os presentes, um bom Ano, que 2014 seja um ano de paz, de amor e de esperança. Obrigada.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigada, Sr.^a Deputada.

----- Francisco Marcos, do PS, tem a palavra, para a sua intervenção.

----- **Francisco Marcos** – Muito bom dia e continuação de Boas Festas. Felicitar o Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sr.^a e Srs. Presidentes de Junta, Senhores funcionários municipais, Público, Comunicação Social, caros colegas Deputados Municipais.

----- Vou aqui apresentar uma moção sobre a carreira aérea Bragança/Vila Real/Lisboa.

“MOÇÃO

----- Constatando que a carreira aérea Bragança-Vila Real-Lisboa foi suspensa em 28 de novembro de 2012, devido a uma aparente inépcia do Governo PSD/PP, de pouco sérvio o Município de Bragança investir no Aeródromo Municipal, ao longo do tempo, significativos recursos financeiros e humanos a fim de otimizar condições para o bom funcionamento do respetivo equipamento;

-----A carreira aérea constituiu uma mais valia para a mobilidade das gentes do interior e para o estreitar de distâncias entre o interior e o litoral.....

-----A carreira aérea é um instrumento importante para empresários, serviços, agentes culturais, turistas e pessoas individuais circularem mais fácil e rapidamente para a capital e vice-versa, a fim de resolverem assuntos burocráticos e de negócios;.....

-----Este meio de transporte pode criar condições para a implementação de empresas na região, visto que os seus dirigentes têm à sua disposição um meio de locomoção rápido e eficaz, que lhes permite ultrapassar distâncias dos locais de decisão, nomeadamente a capital do país e que muitas vezes constitui obstáculo para a sua radicação em territórios afastados da sua sede;.....

-----Esta retirada do serviço pode constituir mais uma machadada para o encerramento de empresas, serviços e abandono das populações neste espaço do território, já por si abandonado e bastante despovoado. E, este serviço prestado às populações do interior é de inteira justiça para não se sentirem discriminadas em relação a outras regiões, que possuem meios em condições idênticas de funcionamento;.....

-----A justificação financeira apresentada para o fim da carreira aérea não pode constituir argumento para a prestação de um serviço que é fundamental para estabelecer ligação mais rápida entre Bragança e a capital, que permite criar melhores condições para a criação de riqueza e, concomitantemente, estabelecer desigualdades que infelizmente ainda existem entre o litoral e o interior;.....

-----Passado mais de um ano da sua suspensão não se vislumbra qualquer solução para o seu reatamento;.....

-----A taxa de ocupação desta linha aérea era superior a 60% nos dois voos diários e implicava diretamente 40 postos de trabalho;

-----No 1.º de junho de 2013 o Exmo. Primeiro Ministro Pedro Passos Coelho, em visita à região, afirmou que a negociação estava “em fase final de negociação com a Comissão Europeia (CE)” e que preferia “esperar mais algum tempo para ver se tinha luz verde do que avançar para depois ter de dirimir um conflito” com Bruxelas e tendo garantido, ainda, que “o Governo não

abandonou esta ligação, que tem dinheiro no orçamento rectificativo” e “que espera ainda que este ano sejam retomadas as ligações”;

----- Esperamos que PSD e PP não estejam à de maio de 2014, com as europeias, para voltar a colocar o engodo do avião sem intenção de nada fazer.....

----- Considerado que passados estes meses o Senhor Primeiro Ministro mais nada disse sobre a dita suspensão, assim, esta Assembleia Municipal solicita a retoma da ligação aérea Bragana/Vila real/Lisboa, de imediato, dada a importância que esta assume para a mobilidade das pessoas individuais, empresários, turistas e dirigentes.....

----- A enviar para o Gabinete do Presidente da República, Gabinete do Primeiro Ministro, Gabinete do Ministro da Economia, Gabinete do secretário de estado dos Transportes e Comunicações, Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, e Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.”

----- **Presidente da Mesa** – É apresentada uma moção por parte do PS, está aberto o período para pedidos de esclarecimento. Registamos a inscrição do Sr. deputado Júlio de Carvalho.....

----- Tem a palavra, Sr. Deputado.

----- **Júlio Carvalho** – Sr. Presidente da Assembleia, digníssima Mesa, digníssimo Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores e caros amigos e companheiros, presentes, e Senhores Deputados.

----- Aquilo que está dito nesta proposta de Moção creio que corresponde àquilo que todos nós pensamos desta realidade, que não é agradável para quem quer que seja.....

----- Houve muita luta, de muitos anos, para que nós tivéssemos esta ligação aérea, e conseguimos-la, e obviamente que ninguém está feliz com esta situação, e aquilo que está ali, no fundo, expressa o nosso descontentamento. Sabemos da importância que esta linha aérea merece, sabemos da importância que ela representa em termos sociais, em termos económicos, em termos turísticos, em termos de todo o género, e sabemos, portanto, que é importante que ela se mantenha e que seja retomada. Só que, e o Marco tem toda a razão, quando o invoca, e o Sr. Presidente provavelmente irá pronunciar-se sobre esta matéria, sabemos que a Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, tem feito um esforço

permanente, e diligências permanentes, no sentido de ser retomada a linha aérea. Ainda há dias, conversando com ele, e creio que o expressa nas Opções do Plano, está lá referido isso, portanto nós sabemos dessa realidade.....

----- Obviamente, Marcos, nós estaremos dispostos a votar esta moção, só que, em linguagem política, nós temos que, muitas vezes, não usá-la de uma forma tão contundente, tão irreverente, podemos burilar nessa linguagem, em função daquilo que é exigível, mesmo em política, quando algumas coisas são difíceis.....

----- Portanto eu só pedia ao Marcos, se fosse possível, nós burilarmos, enfim, não vamos dizer que isto é um engodo, há uma preocupação, talvez qualquer coisa que não correu bem, hoje alega-se que são influências de Bruxelas e tudo se justifica com Bruxelas, mas há qualquer coisa que não está bem, mas podemos burilar essa linguagem, se assim me permite, e nós subscreveremos integralmente esta Moção, e, até é do interessa da Câmara Municipal, que está preocupada com essa situação, talvez nós possamos ajudá-la a resolver o assunto, e a ultrapassá-la.

----- **Presidente da Mesa** – Penso que isto foi um pedido de esclarecimento dirigido ao PS, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Marcos.

----- **Francisco Marcos** – Sr. Deputado, Dr. Júlio de Carvalho, O PS está aqui nesta Assembleia ao interesse de toda a população, e, sim senhora, estamos com a abertura, que isto aqui de Bruxelas, há aqui algumas coisas, mas nós retiramos isso, perfeitamente, e, em conjunto, aprovamo-la por unanimidade, porque é aquilo que se pretende, é que façamos alguma coisa por esta terra, portanto aqui não andamos com politiquices e com coisas de barato e trazer por casa, portanto aquilo que pretendemos é apresentar uma coisa em conjunto, e retirar isso do engodo. Eu falava do engodo porque quando foi das autárquicas foi a mesma coisa, como todos sabemos, e vem agora novamente para maio, e em maio vêm as europeias, é só essa parte, mas retiramos, o que pretendemos é que se faça alguma coisa construtiva e fazer sentir, não só o Órgão Executivo mas também aqui este Órgão Deliberativo, e fazê-lo sentir a estas instituições que aqui falei. Obrigado.....

-----**Presidente da Mesa** – Tem a palavra o Sr. Deputado António Morais, para uma intervenção.....

----- Naturalmente a pedido do subscritor da moção vamos suspender a votação, mas vamos ainda ouvir a intervenção de António Morais, ou mais algum Deputado que se queira pronunciar neste momento.

-----**António Morais** – A minha questão, não foi possível, dado o constrangimento do tempo, ser abordado, mas aproveito esta ocasião também para manifestar a posição da CDU, que vai ao encontro da discussão aqui feita, e, portanto, subscrevemos, por inteiro, esta posição.

----- Já agora, só uma pequena nota, que em relação à posição mais de ordem política não há como ser frontal e não há como ser claro, e, de facto, aqui a relação do ping, pong, com Bruxelas a história depois o ditará, é só esse sublinhado.

----- Eu tenho aqui uma pergunta feita pelo Deputado da CDU, a nível europeu, e que recebe a resposta do Sr. Comissário Almunia, em nome da Comissão Europeia indica que a Comissão foi notificada acerca do regime propósito, em 26 de março de 2013, mas que esta notificação acabou por ser retirada pelo Governo Português em 30 de setembro de 2013, pelo que não será adotada qualquer decisão no que respeita às referidas ligações aéreas. Isto faz parte da história e convém termos em conta isso, portanto, não escamotear estes dados que são pertinentes para a análise do problema. Disse.....

-----**Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- A Mesa pergunta se há mais algum Deputado que queira pronunciar-se, com algum pedido de esclarecimento ou intervenção, relativamente à moção apresentada pelo PS.

----- Não há mais nenhuma intenção de pedido de esclarecimento ou intervenção sobre esta moção. Por isso, a pedido do subscritor, está suspensa a votação desta moção.

----- Passamos, pois, para os senhores deputados inscritos, e, neste caso, Adriano Rodrigues, da Junta de Freguesia de Rebordãos, lembrando aos senhores deputados que não podemos ultrapassar os sessenta minutos do Período de Antes da Ordem do Dia, para tal faltam oito minutos.....

-----**Adriano Rodrigues** – Bom dia, Sr. Presidente, Senhores Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Senhores vereadores, Público e Colegas. Eu não sou Presidente da Junta mas venho aqui defender uma causa aos Presidentes de Junta, visto que o nosso futuro representante, o Luís de Donai, já o posso dizer, não estava na sala, e eu venho aqui defender tipo uma honra, a que o Sr. Dr. Henrique Ferreira não esteve muito bem ao vir aqui dizer que os Presidentes de Junta são uns atrasados, digamos assim, não esteve muito bem dizendo que não convocavam os colegas que foram eleitos nas Juntas de Freguesia, eu acho que o Sr. Dr. deve vir aqui e dizer quem foram essas pessoas e essa Junta de Freguesia, porque senão está a meter toda a gente no mesmo saco e nós somos pessoas de bem como é o Sr. Dr. e toda a gente que está aqui nesta Assembleia. Eu acho que o Sr. deve vir aqui e denunciar as situações, uma a uma, e não pôr toda a gente no mesmo saco.

-----Agora, também quero, para defender a honra da Junta de Freguesia, embora não sendo o Presidente da Junta, mas estou aqui como representante legal das mesmas. Eu também queria dar os parabéns aos eleitos desta legislatura, ou seja:.....

----- Ao Sr. Dr. Luís Afonso, Presidente da Mesa, e aos Senhores Secretários;

-----Uma nota positiva também para o Sr. Presidente da Câmara, que teve uma vitória estrondosa nas eleições, mais quem o acompanha;

-----Para o Sr. Vereador do PS, Vítor Prada Pereira, uma nota positiva, por assumir, e visto que ele gosta mesmo de Bragança;

-----Também uma nota positiva para o Sr. Vereador André Novo, se não fosse o Sr. Vereador, se calhar, o muro caía totalmente, visto que ninguém quis assumir, e você, com responsabilidade, também como está em Bragança, está aqui;

-----Uma nota positiva e negativa também para o Sr. Dr. Filipe, Presidente da Junta de Izeda, pela vitória que obteve na única Vila do Concelho, e sendo ele de uma anexa mais pequena, assim, os parabéns pela vitória, e que tudo lhe corra bem.

-----A nota negativa, é que na primeira Assembleia desta legislatura, o Sr. Presidente da Junta abandonou a sala antes do termo da mesma e não fez a votação de um colega seu que estava para ser eleito para participar no Congresso da ANMP, abandonando a sala muito antes..

----- Também uma nota negativa para o Sr. Deputado Bruno Veloso, pela mesma situação, teve um discurso muito “querido”, a cativar o público, nessa reunião, eu estava no público, mas não é o público que tem que cativar, é os membros da Assembleia, e depois desse discurso abandona também os trabalhos, também não lhe ficou bem.....

----- Dar também os parabéns ao Sr. Dr. Filipe pela eleição como Diretor da Concelhia do PS, que tudo lhe corra bem. É só.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos.....

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Izeda, não vai ter tempo, mas, no Período de Antes da Ordem do dia pode fazê-lo.

----- **Luís Fernandes** – Muito bom dia a todos e também como é a primeira minha vinda aqui, desejar também Boas festas a todos e cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, o Sr. Presidente da Mesa, os Senhores secretários.....

----- E, muito rápido, porque eu tenho uma intervenção preparada mas é para o ponto do Estado e Vida do Município, só para dizer ao meu colega, não sei se posso chamar-lhe colega, já que não é Presidente de Junta, e está aqui a representar o Sr. Presidente de Junta, que ainda não vimos nesta Assembleia, já agora também gostava de ver, numa Assembleia qualquer, o Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos, para lhe dizer o seguinte. Quando me chama a atenção que abandonei a sala, por essa razão fica a saber, e aqui também, se calhar, teremos que chamar a atenção a quem dirigia os trabalhos, na altura, eu, quando abandonei a sala, eu tinha uma reunião e tive que me ausentar, ainda não tinha sido anunciado que ia ser feita uma votação para qualquer coisa de Presidentes de Junta, que fique bem claro, quando eu sai ainda ninguém tinha dito que ia ser feita essa eleição, portanto não me pode acusar que abandonei a sala para não votar num colega, se se recordar, se rebobinar o filme, vai ver que foi introduzido

à posteriori, esse ponto, na agenda de trabalhos, portanto é só para que conste essa situação, que não me pode acusar de não ter votado num Presidente de Junta.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, pela sua intervenção.....

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, não tem tempo, lamento. Relativamente a Henrique Ferreira, devo dizer que, não considera, a Mesa, que tenha havido ofensa à sua honra, de qualquer forma, quero dizer que não entendo que houve ofensa à sua honra, apenas comentou e fez uma observação política na sua intervenção, de qualquer forma no Período imediatamente a seguir, tem tempo para fazer as apreciações que entender sobre essa matéria, mas cabe à Mesa, naturalmente, decidir que não há tempo para as respostas, mesmo para a defesa da honra, que não existiu ofensa

----- Terminamos o Período de Antes da Ordem do Dia, terminando, agora, com os sessenta minutos, iniciando o Período seguinte, onde os senhores deputados que agora queriam usar da palavra, têm todo o tempo para poderem fazer as intervenções que quiserem.....

----- Quero pedir, naturalmente, desculpa ao Sr. Presidente da Câmara, a Câmara tem quatro minutos no Período de Antes da Ordem do Dia, e foram colocadas algumas questões relativamente ao Município, mas o tempo já não permitiu, e, por isso, tendo sido esgotado o tempo, Sr. Presidente, se entender enquadrar respostas no tempo seguinte, está, naturalmente, no uso da possibilidade de tempo que a Mesa pode conceder.

----- Por isso, agora, avançamos para o ponto seguinte.....

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das atividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 09 de setembro de 2013, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

1.1 – Divisão de Administração Financeira

1.1.1 – Serviço de Contabilidade e Gestão Patrimonial

Com reporte ao período acumulado a 30 de novembro de 2013, a execução bruta do Orçamento da receita é de 82,50% (no montante de 33.152.083,48€), para um Orçamento da despesa paga de 79,95% (no valor de 32.064.979,14€).

De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram até 30 de novembro de 2013 uma execução financeira de 78,98% (12.552.374,99€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos no montante de 10.442.330,14€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal no valor de 2.110.044,85€. As despesas foram orientadas principalmente para as funções gerais, com um valor de despesa paga de 5.854.343,45€. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 76,97% e o Plano de Atividades Municipal, constituído pelas atividades mais relevantes da autarquia atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 90,67%.

A evolução da estrutura da dívida a terceiros regista, em 30 de novembro de 2013, uma diminuição de 3.185.165,57€, ou seja, de – 34,88 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2012.

De 01 de setembro a 30 de novembro de 2013 foram deliberados ,em reunião de Câmara, apoios financeiros para as Juntas de Freguesia no montante de 32.025,00€ e Subsídios e Comparticipações para Associações e Instituições sem fins lucrativos no valor de 38.569,88€.

1.1.2 - Serviço de Taxas, Contra Ordenações e Metrologia

No período de 01 de janeiro a 30 de novembro de 2013, o valor das taxas e outras receitas municipais arrecadadas pelo setor no âmbito das suas atribuições, foi de 850.089,11€ representando um saldo positivo de 28.731,49€ (i.e. 3,5%), comparativamente ao período homólogo.

1.2 – Unidade de Administração Geral

- Gabinete de Atendimento Integrado ao Município

No período em análise foram atendidos presencialmente neste serviço 9417 munícipes, que se traduziu numa média de 134 atendimentos/dia.

- Serviço de Expediente Geral e Arquivo

No âmbito deste Serviço destacam-se, para além da atividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, as seguintes tarefas: desenvolvido todo o processo administrativo relativo às eleições autárquicas, realizadas em 29 de setembro de 2013, produção de certidões, registo e classificação de documentos.

1.2.1 - Serviço de Recursos Humanos – Para além das normais tarefas do Serviço, esta Secção procedeu ao acompanhamento de um procedimento concursal por tempo indeterminado e, ainda, ao acompanhamento de 10 processos de aposentações. Deu-se continuidade ao acompanhamento do pessoal afeto ao centro de emprego com contrato emprego- inserção.

1.3. Assessoria Jurídica e contencioso: prestou apoio nas seguintes áreas: - Habitação social; - Património; - Apoio jurídico às Juntas de Freguesia.

1.4. Serviço de Informática

Para além das tarefas normais de funcionamento deste serviço foi consolidada a Gestão Documental, no âmbito do projeto de Modernização Administrativa.

O principal website do Município de Bragança registou, de 01 de outubro até 18 de dezembro do presente, um total de 47.689 (média de 668 visitantes por dia).

Os restantes endereços autárquicos foram visitados, no mesmo período, 5.109 vezes (57/dia). Assim, o site do Museu Ibérico da Máscara e do Traje foi procurado por 800 cibernautas, o do Centro de Arte Contemporânea por 1.560 pessoas, enquanto o endereço do Teatro Municipal recebeu 2.354 visitas e o da Biblioteca Municipal 395. Relativamente ao Facebook 5.000 “amigos” e 2.149 fãs seguem diariamente as atualizações do Município.

2 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL

2.1. Serviço de animação e equipamentos culturais

Centro de Arte Contemporânea – No Centro de Arte Contemporânea Graça Morais esteve patente, até ao dia 8 de dezembro, a exposição antológica de Graça Morais, inaugurada no dia 30 de junho por ocasião da passagem do 5º aniversário do centro, que ocupou todos os

espaços expositivos e reuniu um conjunto significativo de obras, cerca de 150, de séries emblemáticas e inéditas da carreira da artista, de 1971 a 2013.

No dia 21 de dezembro, serão inauguradas as exposições “Cadernos da Montanha”, pintura e desenho, de Graça Morais - onde frutos, flores silvestres ou tubérculos são alguns dos referentes que abrem simultaneamente a obra a territórios de silêncio, de sensualidade e fertilidade ou tão-somente à passagem cíclica das estações - e de escultura e desenho, de Zulmiro de Carvalho, onde se apresenta o mais recente trabalho escultórico que assinala o regresso de Zulmiro de Carvalho à exploração das potencialidades de materiais como o aço corten, mantendo simultaneamente no seu processo de criação a relação entre a materialidade dos suportes, o recurso a sistemas formais modulares e a sua produção industrial, e ainda uma seleção de desenhos a grafite, prática autónoma e distinta do seu trabalho escultórico.

Estas exposições estarão patentes até 30 de março e 28 de fevereiro de 2014, respetivamente.

O Centro de Arte Contemporânea Graça Morais abriu as portas, na noite de 2 de outubro, para acolher mais de três centenas de pais, crianças e professores. A iniciativa surge na sequência de um projeto conjunto, entre o Serviço Educativo do Centro de Arte Contemporânea e o Colégio de Santa Clara, no âmbito da abertura oficial do ano letivo e do seu projeto educativo “Aprender a Ser”.

Ao longo de duas horas, os filhos desafiaram os pais a partilharem com eles as muitas atividades preparadas para uma verdadeira noite em família. Em pequenos grupos, as crianças, que conhecem bem todos os espaços do Centro de Arte Contemporânea, assumiram o papel de guias dos pais, que participaram ativamente nos muitos desafios preparados para esta noite, criados a partir da maior exposição antológica de Graça Morais.

A noite terminou com um pequeno concerto pelo Coro de Santa Clara.

Dando sequência ao programa educativo, 12 SÁBADOS/12 OFICINAS, o Serviço Educativo do Centro de Arte Contemporânea preparou duas novas oficinas de prática artística, que decorreram nos dias 21 de setembro (9.ª oficina) e 19 de outubro (10ª oficina). Cada oficina teve um tema específico, complementada com uma divertida visita/jogo à exposição de Graça Morais.

No dia 7 de dezembro decorreu a oficina para crianças: “Máscaras da Ásia e teatro de sombras”, integrada no programa da VI Bienal da Máscara – Mascararte 2013.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje – Durante os meses de setembro e outubro, esteve patente, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje, uma exposição de elementos em miniatura cuja temática versa a componente rural, onde se procura retratar, com singularidade e autenticidade, os utensílios agrícolas ou outros materiais de natureza rural das comunidades locais onde os “fazeres antigos” são o mote da tradição do ciclo festivo associado às máscaras. Desde o dia 1 de novembro, está patente a exposição fotográfica integrada no projeto Pré-Christian Traditions – Masquerades, projeto liderado pelo Município de Bragança e que tem como parceiros o Patronato de Turismo de Zamora (Espanha) e a Comunità Montana della Carnia (Itália). Esta exposição regista alguns dos momentos mais significativos das festividades associadas às Festas de inverno que ocorrem durante o período do Natal, Santo Estêvão, Ano Novo, Reis e Carnaval.

Teatro Municipal de Bragança – Durante os meses de setembro, outubro e novembro, realizaram-se 18 espetáculos com 28 sessões.

De destacar, no projeto Tempo para a Infância, os espetáculos infantis Comer a língua e As viagens de Gulliver, e no âmbito do Festival Douro Jazz os concertos com L.A. Mainstream, Filipe Melo e Bruno Santos Quartet, Spyros Manesis Trio e Isabel Ventura Quarteto.

No teatro, a coprodução e residência artística com o Teatro da Garagem da peça Os Sofás, os espetáculos O Doente Imaginário, pela Ensemble - Companhia de Atores, Macbeth, pela Companhia do Chapitô, e O menino de sua avó, pela companhia A Barraca.

Na dança, o destaque para a Companhia de Dança Contemporânea de Évora com Romeu e Julieta e na música, para o XVI Encontro Internacional de Grupos Corais.

De referir, ainda, a coprodução da ESTE - Estação Teatral com o Teatro Municipal de Bragança, 23.ª criação daquela companhia, “Eles tapam a cara com máscaras de lata e madeira”, produzido para a VI Bienal da Máscara – Mascararte 2013 e estreado no dia 4 de dezembro, numa sessão para IPSS e escolas. Já antes, no dia 28 de novembro, tinha havido ensaio aberto, ensaio de imprensa e conversa com o público.

Bibliotecas Municipais - Continuação da indexação e catalogação do acervo documental que têm vindo a ser executadas paralelamente ao trabalho de atendimento ao público.

Durante o mês de setembro usufruíram dos serviços disponibilizados na Biblioteca 1.787 utilizadores, no mês de outubro 2.129 utilizadores e no mês de novembro 2.161 utilizadores.

Nestes meses, na secção infantil, foram desenvolvidas algumas atividades, tais como: leitura partilhada, desenho e pintura e projeção de filmes, tendo sido registada a presença de 185 crianças em todas as atividades.

Biblioteca Adriano Moreira - Nos meses de setembro, outubro e novembro registámos a presença de 395 pessoas neste espaço.

Centro Cultural Adriano Moreira – No dia 6 de setembro foram inauguradas as exposições “Breve História do Parlamentarismo Português”, Exposição Itinerante do Museu da Assembleia da República, na Sala Luís de Camões, e “Ruja Ruja, Quem Quiser Que Fuja!”, de Cristina Magalhães, na Sala Miguel de Cervantes.

No dia 5 de outubro foi inaugurada, na Sala Luís de Camões, a 1.ª edição da Brigantarte, que esteve patente até ao dia 24 de novembro, expondo trabalhos de nove jovens artistas de Bragança (Ana Carmo, André Régua, Carlos Trancoso, Olga Diegues, Rui Gomes, Rosa Campos, Sofia Montanha, Vicente Nequinha e Vítor Fernandes) que se relevaram nas áreas da joalheria, animação, desenho, arquitetura, fotografia, gravura e instalação.

Na semana de 18 a 22 de novembro esteve patente, na sala Miguel de Cervantes, a exposição Álvaro Cunhal «Vida, pensamento e luta: exemplo que se projeta na atualidade e no futuro», tendo-se realizado, na mesma sala, a sessão pública de encerramento às 21:00h do dia 22 de novembro.

Centro de Fotografia George Dussaud - Na sequência do mais recente trabalho fotográfico de Georges Dussaud, em Trás-os-Montes, o fotógrafo doou mais duas fotografias da sua autoria à Coleção do Centro de Fotografia Georges Dussaud.

As obras em questão intitulam-se “Portugal – Trás-os-Montes – Lagomar – Serra de Montesinho”, série 2 de 20, datada de abril de 2013, 38x26cm, e “Portugal – Trás-os-Montes – Lagomar – Serra de Montesinho”, série 2 de 20, datada de abril de 2013, 26x36cm.

Outras atividades:

VI Bienal da Máscara – Mascararte 2013

Decorreu de 4 a 7 de dezembro, sob a temática “Máscaras da Ásia”, a VI Bienal da Máscara - Mascararte, tendo como objetivo principal a promoção da máscara, das tradições e da cultura ancestral das “Festas de inverno em Trás-os-Montes”, aproximando regiões que partilham tradições associadas à máscara.

Nesta 6.ª edição, as atividades programadas decorreram em três espaços distintos: no Teatro Municipal, no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira e na Praça Professor Cavaleiro de Ferreira.

O programa iniciou no dia 4 de dezembro, com a abertura do “Espaço Máscara”, no Foyer do Teatro Municipal de Bragança, onde artesãos deram a conhecer o seu trabalho relacionado com as máscaras e os fatos usados nas Festas de inverno, entre outros.

Na tarde deste dia foi representado pela primeira vez o espetáculo “Eles tapam a cara com máscaras de lata e de madeira”, numa coprodução do Teatro Municipal de Bragança/Município de Bragança e da companhia ESTE_Estação Teatral, que teve mais três sessões nos dias que se seguiram, sendo que as duas primeiras atuações destinaram-se às escolas e Instituições de Solidariedade.

O primeiro dia da Mascararte terminou com a apresentação do livro “Máscaras e danças rituais”, do Dr. Pinelo Tiza.

Já no dia seguinte, foram projetados documentários sobre o tema “Rituais da Máscara”.

No dia 6, teve lugar a inauguração da exposição “Máscaras da Ásia”, da coleção do Museu da Fundação Oriente, que cedeu as peças ao Município de Bragança, e da exposição dos trabalhos dos concursos da Mascararte 2013, patentes no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, seguida da apresentação do catálogo da edição de 2011 da Mascararte, momentos com uma significativa participação de público.

No último dia, o evento teve um programa muito preenchido que terminou com a “Queima do Mascareto”, na Praça Cavaleiro Ferreira, ponto alto desta edição da bienal, que contou com um elevado número de assistentes que encheu a Praça e toda a área envolvente. Foram queimados

dois mascaretos executados pelos alunos da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança e da Escola Secundária Emídio Garcia.

Já durante a tarde, tinha decorrido um espetáculo de música popular portuguesa com o grupo “Realejo” e, pela primeira vez, numa edição do evento, a “Dança da Rosca” e a “Arrematação do Charolo”, tradições da aldeia de Outeiro ligadas à festa de São Gonçalo, também uma Festa de inverno tradicional da região. A verba obtida com a arrematação do charolo, no montante de 724 euros, reverte, na sua totalidade, para uma instituição de solidariedade social do concelho.

Precedendo a “Queima do Mascareto”, houve animação com grupos de caretos, a realização do espetáculo “Fogo do Imaginário” e a entrega de prémios Mascararte 2013 nas áreas da Pintura, Escultura, Arte Infantil e Juvenil e Fotografia, perante os espetadores presentes no Teatro Municipal de Bragança que esgotaram a lotação da última sessão do espetáculo “Eles tapam a cara com máscaras de lata e de madeira”.

Visita da escritora Leonor Lourenço

Nos dias 28 e 29 de novembro, o Município apoiou a deslocação da escritora Leonor Lourenço, autora do obra “Estrelinha Curiosa”, a Bragança onde desenvolveu atividades sobre esta obra com os alunos do ensino pré-escolar e do 1.º CEB do Concelho de Bragança.

2.2 – Serviço de Educação e Ação Social

Educação:

No âmbito da candidatura para concessão de refeição e/ou prolongamento de horário para o ano letivo 2013-2014, até à presente data, deram entrada nos serviços de ação social escolar, um total de pedidos para 1246 alunos.

No corrente ano letivo o Município de Bragança continua a fornecer suplementos alimentares aos alunos abrangidos pelo escalão 1 do abono de família num total de 285 alunos.

Foi concluído o processo de aquisição e distribuição de manuais escolares a alunos carenciados do 1º Ciclo (Escalão 1 do Abono de Família de Crianças e Jovens) do concelho de Bragança, tendo sido atribuídos 260 manuais e fichas de trabalho, no valor de 13.381,96€.

Foi organizada a visita de escolas, no dia 1 de novembro, à 12ª edição da Norçaça, Norpesca e Norcastanha – Feira Internacional do Norte, na qual participaram cerca de 300 crianças, tendo algumas participado numa atividade de culinária com a chef Justa Nobre.

Imbuídos do espírito natalício foram distribuídos jogos didáticos, como lembrança de Natal, aos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo da rede pública e privada do concelho de Bragança, num total de 2074 alunos abrangidos.

O Município de Bragança estabeleceu protocolos de colaboração com os Agrupamentos de Escolas para a cedência e utilização de kits de atividade física e desportiva, dois por agrupamento, no desenvolvimento desta atividade pelos alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Estes kits, propriedade do município, faziam parte do material desportivo utilizado no desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular que ficaram disponíveis quando o município deixou de ser entidade promotora das atividades. A cedência seguiu-se à solicitação dos agrupamentos.

Ação Social:

No período compreendido entre 2 de setembro de 2013 a 12 de dezembro de 2013, realizaram-se, com marcação prévia, 195 atendimentos sociais para avaliação e resposta face aos diferentes pedidos de apoio social solicitado. Relativamente aos atendimentos efetuados sem marcação foram efetuados aproximadamente 90 atendimentos. No total foram realizados cerca de 285 atendimentos de cariz social.

Ainda neste período, foram realizadas 40 visitas domiciliárias no âmbito do acompanhamento de uma multiplicidade de situações/problemáticas.

2.3. UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE

Neste período foi feita a gestão das instalações desportivas e a orientação de Estágios Curriculares da Escola Superior de Educação de Bragança realizados na piscina municipal, foi dado apoio à realização de torneios e competições oficiais, início das atividades orientadas na Piscina Municipal, prestado apoio ao Programa Mexa-se em Bragança, elaborada a programação dos percursos pedestres/caminhadas rurais para o próximo ano, iniciado o processo de organização e preparação do plano anual de atividades para o ano de 2014.

Durante os meses de setembro, outubro e novembro o projeto Bragança Saudável, Bragança Solidária contou com a realização de sete caminhadas, num total aproximado de 85 km e 519 caminhadores, nas freguesias de Grijó de Parada, Alfaião, S. Julião de Palácios, Castrelos, Paço de Rio Frio Montesinho e Quintanilha.

O projeto Desporto Sénior no Meio Rural, que visa abraçar todos os munícipes com mais de 65 anos, podendo excecionalmente abranger outras idades, está a decorrer na Freguesia de Grijó de Parada com uma média de 20 participantes e na Freguesia de São Julião de Palácios com uma média de 35 participantes, e na freguesia de Paço de Rio Frio, com uma média de 35 participantes.

No dia 14 de dezembro decorreu a 11.ª Festa de Natal Aquática com a presença de 200 crianças, dos 2 aos 14 anos, das classes orientadas da piscina municipal.

2.4 - DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Serviço de Turismo

Durante os meses de setembro, outubro e novembro foram atendidos no Posto Municipal de Turismo um total de 5212 turistas.

A nacionalidade com maior expressividade é a espanhola com um total de 1544, representando 29,6% dos visitantes. Nestes meses os nacionais têm uma representatividade de 931 visitantes correspondendo a 17,8% do número total de turistas que entraram no Posto Municipal de Turismo. Os franceses com um número total de 1464 visitantes correspondem a 28,2%. As restantes nacionalidades têm uma representatividade, pelos três meses, de 1273 turistas, correspondendo a 24,4%.

O Município de Bragança, ciente da importância que o setor da restauração representa na atração de fluxos turísticos para a região, reuniu com os respetivos estabelecimentos, no sentido de ser definida uma estratégia conjunta que permita, de forma eficaz e articulada, a dinamização turística e económica do Concelho.

- Promoção Económica

De 31 de outubro a 03 de novembro realizou-se a 12 Feira Internacional do Norte - Norçaça, Norpesca e Norcastanha.

O rico e variado programa deste ano incluiu 30 atividades diferentes, como concursos, provas, passeios, montarias, seminários e outras iniciativas de animação, que complementaram a oferta de produtos dos cerca de 100 espaços de exposição, nos quais se podia encontrar material de caça e pesca, produtos regionais e tradicionais, gastronomia e artesanato, entre muitos outros.

E se em todo o País, o certame já é reconhecido como um dos melhores nos setores da Caça e da Pesca, também ao nível da gastronomia tem havido uma forte aposta. Este ano, a Norçaça, Norpesca e Norcastanha voltou a receber alguns dos melhores e mais conhecidos chef's de cozinha portugueses e estrangeiros, que vieram a Bragança à procura de novos aromas e produtos, como Luís Barradas (que utilizou peixes dos rios das região na confeção de pratos de sushi), Justa Nobre (que ensinou dezenas de crianças de escolas de Bragança a cozinhare), Vicent Farges (do Restaurante Fortaleza do Guincho, detentor de uma Estrela Michelin) e Frederic Breitenbucher.

A grande novidade da edição deste ano ficou a cargo dos oito bloggers (cujos blogues recebem mais de meio milhão de visitas diariamente) que participaram no concurso “Cozinha de Ensaio”, durante o qual confecionaram novas propostas gastronómicas, a partir de produtos da região de Bragança, e que teve como jurados o chef Luís Barradas, a crítica gastronómica Fátima Moura e o músico Miguel Gameiro.

Destaca-se, ainda, a presença do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Doutor Francisco Gomes da Silva, que marcou presença na abertura do VI Fórum Internacional de Países Produtores de Castanha.

Em paralelo, no dia 2 de novembro, a Confraria Ibérica da Castanha realizou o Capítulo de outono, durante o qual foram entronizados 14 novos Confrades.

Este é mais um evento promovido pelo Município de Bragança, que visa, assim, incentivar e impulsionar o desenvolvimento económico-turístico do Concelho, estimular a captação de novos públicos, aproveitando a excelente qualidade paisagística e ambiental deste território, no sentido de contribuir, de forma decisiva, para o crescimento e dinamização da economia local.

3 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS

Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo

Neste período foram adjudicados trabalhos no valor global de 267.633,18€+IVA: Remodelação dos edifícios da sede do Município - Trabalhos Complementares (149.549,71€); Fornecimento e Instalação de Reservatório de 30 m³ e ligação à rede pública na aldeia de Labiados (48.405,00€); - Remodelação de apartamento no Bairro da Coxa, Bloco B, Entrada 1, 1.º Esq.º (10.500,00€); - Construção de equipamento e infraestruturas diversas - remodelação de Balneários no Pavilhão do Estádio Municipal Eng. José Luís Pinheiro (12.850,00€); - Elaboração do projeto de adaptação do edifício E19, antiga Câmara Municipal, situado na rua Combatentes da Grande Guerra, para residência de estudantes (25.000,00€); - Recuperação do edifício da antiga Cooperativa da Terra Fria, sito no Bairro da Estação - Trabalhos Complementares (4.228,47€); - Domus Universitária, recuperação de imóveis na zona histórica para residência de estudantes - demolição parcial do edifício n.º18 - 24, sito na rua Abílio Beça (17.100,00€).

Foi, ainda, aberto concurso para beneficiação e Pavimentação do caminho Municipal 1061 Mós/Valverde/Paredes (775.000,00€).

No âmbito do serviço de Maquinas e Oficinas procedeu-se aos trabalhos limpeza e manutenção de caminhos agrícolas nas aldeias de Carrazedo, Alimonde, Terroso, Martim, Oleirinhos, Carragosa, Samil, Zoio, Meixedo, Maças, Gostei, Rebordãos, Coelhooso Pombares, Vila Meã e Caravela.

Foram, também realizados, trabalhos de manutenção de pavimentos na rede viária municipal nas localidades de Zoio, Mós, Oleirinhos, Cova de Lua, Soutelo, Gondesende.

4- DIVISÃO DE AMBIENTE, ÁGUAS E ENERGIA

4.1- Serviço de Águas e Saneamento

1) Setor de Águas: - Reta da mosca: A obra, com extensão de 300ml, envolve a colocação de conduta e visa garantir o reforço do abastecimento de água á reta da Mosca; - Av. Abade Baçal: A obra, com extensão de 230ml, envolve a colocação de conduta em PVC, e visa substituir / desativar as condutas em fibrocimento; - Reforço do abastecimento de água à Santa Casa da Misericórdia: A obra, com extensão aproximada de 200ml, envolve a colocação de conduta em PVC para garantir o reforço à futura Unidade de Cuidados Continuados.

O Município de Bragança, ciente das dificuldades que muitas famílias estão a passar devido à crise económica e financeira que o país atravessa, afetando de forma particular as que têm menos recursos, implementará, em 2014, um conjunto de medidas de apoio às famílias, nomeadamente:

- A redução de 70% do tarifário sobre o valor mensal da fatura de consumo de água, saneamento e os resíduos sólidos urbanos, das famílias carenciadas;
- A manutenção do atual preço da tarifa dos serviços supra referidos, para toda a população do Concelho, não aplicando a recomendação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e dos Resíduos (ERSAR), de atualização de preços, em + 0,8%, de acordo com o Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) previsto para 2014.
- Também as famílias numerosas (cujo agregado familiar seja igual ou superior a seis pessoas) continuarão a ser apoiadas, através do alargamento do 2.º escalão de consumo, limitando-o, no entanto, a um consumo máximo de 3m³ mensais por pessoa (Consumo de Referência).

2) Setor de Saneamento: - Rua Dr. António da Circuncisão Pires (Sapato): Em execução a substituição de um troço de saneamento com uma extensão aproximada de 45ml em tubo corrugado; - Em execução a empreitada: “Fornecimento e instalação de reservatório de 30m³ e ligação à rede pública na aldeia de Labiados”; - Em execução a empreitada “Execução de saneamentos e construção de ETAR nas aldeias de França, Rabal e Rebordãos”; - Em execução a empreitada: “fornecimento e instalação de reservatório de 30m³ e ligação à rede pública na aldeia de Martim”; - Concluída a execução de furos nas localidades de Alfaião, Labiados e Outeiro.

Foram, ainda, realizados os seguintes trabalhos: desobstrução em coletores (31); limpeza de fossas (43); execução de novas ligações (38); substituição de contadores (47); reparação de fugas (68).

Decorrem, desde o início de julho, a bom ritmo, as obras de construção da Barragem de Veiguinhas, após 18 anos de suspensão.

4.2. Serviço de Espaços Verdes e Cemitérios e Serviço de Manutenção e Limpeza Urbana

Realizados os seguintes trabalhos:

- 1. Manutenção Urbana:** Manutenção de sinalética vertical em perímetro urbano. Inspeção, fiscalização e manutenção de espaços de jogo e recreio - Levantamento exaustivo de todos os equipamentos no concelho, para elaboração e proposta de renovação e encerramento de espaços; - Levantamento do estado de conservação de Abrigos e Mupis; - Desenvolvimento de inúmeras ações de montagem e desmontagem de palcos; - Apoio a eventos culturais e afixação de publicidade.
- 2. Parques Infantis:** Foram realizados trabalhos de manutenção dos parques infantis da área urbana, tendo sido intervencionados os parques infantis da Braguinha, Polis, Eixo Atlântico e Bairro do Seixagal, os quais foram alvo de ações de vandalismo.
- 3. Gestão Cemiterial** - Durante o período em referência foram desenvolvidas as seguintes atividades: - Inumações – 33; - Concessão de terrenos – 8; - Licenças de construção – 10.
- 4. Gabinete Técnico Florestal/paisagismo:** Elaboração de candidatura ao Fundo Florestal Permanente, no âmbito do funcionamento do Gabinete Técnico Florestal; - Participação em sessão de trabalho promovida pelo ICNF, sobre a problemática do nemátodo da madeira de pinheiro. - Elaboração da cartografia das áreas ardidas no concelho durante 2013, decorrente do trabalho desenvolvido conjuntamente com a GNR. - Atendimento de diversos munícipes para esclarecimentos sobre matérias relacionadas com a DFCl. - Conclusão do processo de construção de um ponto de água na freguesia de Calvelhe.
- 5. Controlo de animais errantes e direção técnica do Canil Intermunicipal:** No âmbito do controlo de animais errantes, procedeu-se à captura de 69 canídeos e 10 felídeos, dos quais 6 foram adotados e 3 restituídos aos seus donos. A captura destes animais contribui para a melhoria das condições de segurança e higiene pública. Durante o mês de julho a direção técnica do canil foi da responsabilidade da médica veterinária do Município de Bragança.
- 6. Saúde Pública Veterinária:** No âmbito do PACE (Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos) foram efetuadas 3 vistorias a estabelecimentos de venda a retalho de carne e peixe. Foram efetuadas vistorias a 3 refeitórios do ensino pré-escolar e do 1.º

ciclo do ensino básico e às instalações onde são confeccionadas as refeições pela empresa que fornece os almoços, 2 vistorias relacionadas com queixas de insalubridade e 2 vistorias a veículos de venda ambulante. Emissão de parecer sobre 2 projetos de instalações pecuárias e 5 de instalações para fabrico de fumeiro.

- 7. Proteção Civil Municipal:** Colocação de sal (30 toneladas), em todas as vias municipais identificadas com gelo; Atualização do Manual Operacional do Plano Municipal de Proteção Civil; - Identificação de edifícios devolutos em risco de queda parcial e notificação dos proprietários com apoio da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo da Câmara Municipal; - Preparação e realização da reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil, com aprovação por unanimidade da proposta do Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil; - Articulação com o CDOS e Bombeiros do Concelho das atividades do Serviço Municipal de Proteção Civil.

4.3. Serviço de Energia, Eletromecânica e Telecomunicações

Principais trabalhos realizados: - Assegurada a manutenção de todos os equipamentos municipais no âmbito do setor de eletrotécnica geral.

Substituição da iluminação do túnel da Avenida Sá Carneiro, com instalação de 40 projetores equipados com microleds, que permitirá um retorno do investimento em cerca de seis meses, com a poupança de energia resultante da nova solução luminotécnica. Com o antigo equipamento verificava-se um consumo que ascendia a 65 mil euros/ano e com a atual solução, os gastos preveem-se gastos na ordem dos dez mil euros/ano, ou seja, cerca de 15% dos antigos consumos.

A antiga iluminação do túnel da Avenida Sá Carneiro encontrava-se muito deficiente, devido a múltiplas avarias, obrigando a intervenções de manutenção de dois em dois anos, o que representava um custo de dez mil euros.

Outras atividades/assuntos relevantes:

- O Município de Bragança foi distinguido, no dia 3 de outubro, com os diplomas “Município por Excelência”, atribuído pelo Instituto Fontes Pereira de Melo (IFPM), na sequência de estratégias de desenvolvimento nas áreas social, cultural e económica, defesa e promoção de valores locais

e nacionais, competência e dignidade na liderança, e “Município Pró Família”, pela Confederação Nacional das Associações de Famílias (CNAF), pelo trabalho no âmbito do desenvolvimento e de uma política de família global integrada.

- A Rua dos Combatentes da Grande Guerra, em plena Zona Histórica da cidade de Bragança, vai acolher a Conservatória do Registo Comercial e Predial e a Conservatória do Registo Civil, do Ministério da Justiça.

A instalação destes serviços no Centro Histórico de Bragança foi decidida após a visita do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos da Justiça, Eng.º Fernando Santo, acompanhado pelo Presidente da Câmara Municipal de Bragança, pelo Presidente do Instituto do Registo e Notariado, Dr. António Figueiredo e pela Conservadora do Registo Comercial e Predial de Bragança, Dra. Armandina Agrochão, a Bragança.

Os edifícios localizam-se na Rua Combatentes da Grande Guerra, sendo que um (com 260 m²) é propriedade do Município de Bragança, está desocupado atualmente e acolheu, em tempos, a Repartição de Finanças, enquanto outro é arrendado a privados.

Este acordo vem de encontro à aposta assumida pelo atual Executivo Municipal que pretende animar, revitalizar e dinamizar o Centro Histórico da Cidade, atraindo, para tal, novos serviços e estabelecimentos comerciais e fixando jovens.

- Com o objetivo de dinamizar a atividade no Comércio Tradicional e promover e valorizar os produtos regionais, a Câmara Município de Bragança decidiu proceder à instalação de iluminação e som natalícios, de modo a animar as ruas mais comerciais no Centro Histórico.

Durante o mês de dezembro, os utilizadores dos parques de estacionamento subterrâneos da Praça Camões e da Praça Cavaleiro de Ferreira não pagam as duas primeiras horas de utilização, de modo a atrair novos clientes e cidadãos ao Centro Histórico da Cidade de Bragança, onde se localiza grande parte do Comércio Tradicional. Foi, ainda, alterado o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais que podem estar abertos aos domingos. Já os estabelecimentos de restauração e bebidas terão horário livre na noite de 31 de dezembro.

- No dia 08 de dezembro, na data em que se celebra o dia da Padroeira da Corporação dos Bombeiros Voluntários de Bragança, Nossa Senhora da Imaculada Conceição, foram

reconhecidos, com medalhas de mérito, os Bombeiros que, durante o ano, se distinguiram pelo seu trabalho, esforço, dedicação e disponibilidade na ajuda e socorro às populações.

Foram, ainda, recebidos, com grande ânimo, os novos jovens bombeiros voluntários que integraram a Corporação, sendo o garante da continuidade do bem-fazer em prol da comunidade.

A Liga dos Bombeiros Portugueses condecorou o anterior Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Eng.º António Jorge Nunes, com o Crachá de Ouro, pelo apoio prestado à Corporação nos 16 anos em que esteve à frente do Município de Bragança.

Município de Bragança, 19 de dezembro de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal

Hernâni Dinis Venâncio Dias “

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra.....

----- **Presidente da Câmara** - Bom dia, cumprimento o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, os Srs. Secretários, Senhores Vereadores presentes, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público.

----- Antes de iniciar a minha explicação sobre o Estado e Vida do Município, queria, apenas, dar aqui duas ou três explicações sobre as questões que me colocaram..

----- Em primeiro lugar, relativamente à questão do IPB, eu queria dizer-vos o seguinte, nós continuamos a reconhecer, como não podia deixar de ser, a importância estratégica do IPB para a Cidade e para a Região, pelo que temos estado ao lado do IPB, na defesa desta Instituição. E, neste momento, começou às dez da manhã, o Presidente do Instituto Politécnico juntamente com vários dirigentes doutras instituições de ensino superior, do interior, e também com os presidentes das escolas superiores de educação, estão reunidos com o Senhor Secretário de Estado, Professor Ferreira Gomes, para tentarem perceber qual o alcance das declarações e aquilo que pode vir a acontecer no futuro.....

----- Portanto, nós estamos devidamente articulados com o Presidente do IPB sobre esta matéria, para continuarmos a acompanhar o IPB e a defendê-lo sempre que seja necessário, e a tomarmos, como é evidente, as medidas que se vierem a revelar necessárias e ajustadas à

defesa desta importante Instituição de Ensino, como eu já referi. Não fiquem a pensar nada de negativo, porque sabemos exatamente o que está a acontecer e como está a acontecer, estamos atentos a essa situação, e queria deixar-vos esta nota.....

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente, vou interrompe-lo para dizer uma coisa, e avisar os Srs. Deputados, a grelha que foi escolhida para o tempo, nestes pontos, para lá do ponto do Plano e Orçamento, foi a grelha A, o que significa que os tempos são mais curtos, e peço desculpa ao Sr. Presidente, interromper novamente, a grelha escolhida é uma grelha que permite mais tempo ao Sr. Presidente da Câmara, só para avisar o Sr. Presidente da Câmara que tem apenas quatro minutos para a sua intervenção, incluindo respostas, pelo que, devo solicitar ao Sr. Presidente da Câmara, de facto, uma coordenação que se entenda por bem, para ter tempo disponível para responder às perguntas, que imagino que sejam diversas.

----- Sr. Presidente, peço desculpa por o interromper, mas era o esclarecimento que queria dar. ---

----- **Presidente da Câmara** - Sendo assim, vou ser muito mais rápido. Relativamente à questão que o Sr. Membro da Assembleia, Dr. Henrique Ferreira, colocou sobre o Gabinete de Apoio aos Presidentes de Junta de Freguesia, deixe-me dizer-lhe o seguinte: Os Srs. Presidentes não precisam de um gabinete. Sabe porquê? Eles têm a Câmara inteira à disposição deles, portanto estamos todos a trabalhar para eles, percebe?.....

----- No que concerne ao empresário italiano, ligado à área da castanha, eu confesso que desconheço esta situação, por isso não vou sequer comentar.

----- Relativamente à instalação de empresas, nós continuamos a fazer o nosso trabalho, no Parque de Ciência e Tecnologia, para conseguirmos captar empresas para Bragança, nomeadamente para esse equipamento, e continuamos com os projetos, como vêm no nosso Plano e Orçamento, para a construção da ampliação da zona industrial das Cantarias.

----- Relativamente à carreira aérea, uma vez que já foi aqui também amplamente debatido, deixem-me dizer-vos que efetivamente o Governo retirou, em setembro, a proposta que tinha feito inicialmente da subsídio ao passageiro, ao residente e aos estudantes, que também estavam abrangidos, por se entender que essa proposta não teria qualquer possibilidade de ser

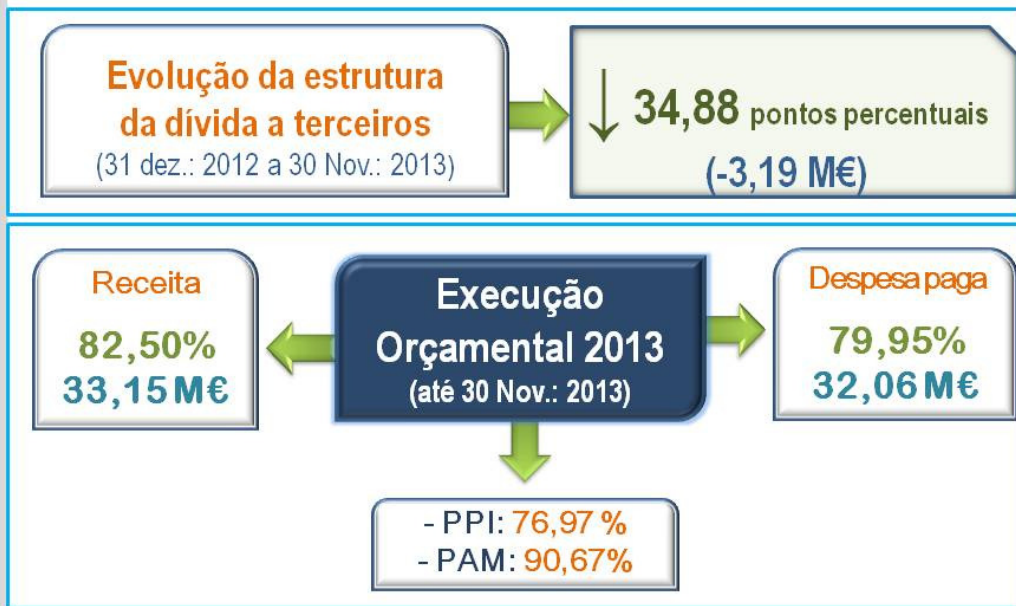
aceite por Bruxelas, e, por isso, retiraram-na. Entretanto, como já foi aqui também referido, pensa-se que, por volta do mês de maio, volta a haver um novo regulamento comunitário, e, possamos encaixar aquilo que é a ligação aérea de Bragança/Lisboa, dentro desse novo regulamento comunitário, para saber se efetivamente é financiável ou não, e é subsidiado ou não. --

-----Aquilo que o Governo pretende, neste momento, é, segundo informação que foi transmitida pelo Secretário de Estado dos Transportes, fazerem uma candidatura que subsidie a carreira e não o passageiro, e nós sabemos perfeitamente que se for ao passageiro ela não é economicamente atrativa para ninguém, portanto não terá qualquer hipótese de ter aqui alguma operadora nessa área.

----- Vou, agora, passar à apresentação do Estado e Vida do Município.



Apoios financeiros atribuídos às Juntas de Freguesia (até 30 nov.: 2013): 1,24 M€ - Mais coesão territorial, melhor qualidade de vida

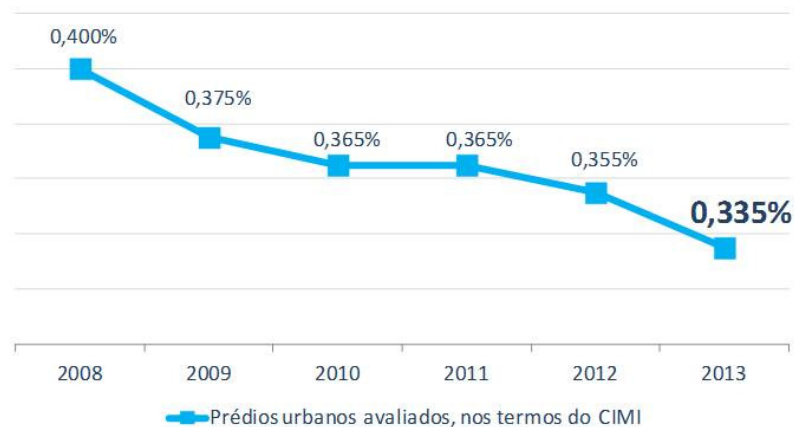


2

----- Nesta altura, em análise, pela Câmara, foram concedidos apoios financeiros às Juntas de Freguesia, no valor de 1,24 M€; a evolução da estrutura da dívida a terceiros teve uma diminuição de 34.88 pontos percentuais, equivalente a 3,19M€; a execução orçamental, na altura a que se reporta este gráfico, isto é até 30 de novembro, está com 82,50% de receita cobrada, e a despesa paga com 79,95%, e na parte da execução orçamental do PPI está com 76,97 e o PAM com 90,67.....

Nos tempos atuais, de grande dificuldade para as famílias,
reduziu-se o Imposto Municipal sobre Imóveis em 6%

Evolução da Taxa de Imposto Municipal - IMI



Não aplicação de Derrama às empresas com sede no
Concelho de Bragança

3

-----Nos tempos atuais, como todos nós sabemos, em que há efetivamente grandes dificuldades para as famílias, e como foi aqui aprovado pela Assembleia Municipal, foi deliberado, no sentido de se proceder a um abaixamento da taxa do IMI.

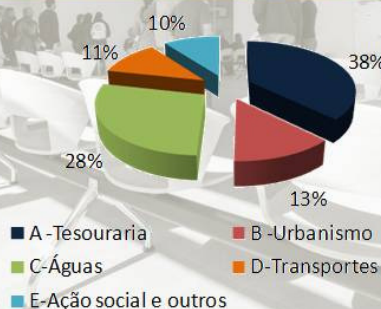
-----Já agora, permitam-me que vos diga, para aquelas vozes que acharam que efetivamente nós não estávamos a fazer um bom trabalho na questão do abaixamento do IMI, deixem-me só recordar-vos que o Jornal, da semana passada, diz-nos que só sessenta e seis dos duzentos e oitenta e uma Câmaras vão baixar o IMI em dois mil e catorze. Meus Senhores, nós somos uma destas sessenta e seis, não são assim tantas. De facto estamos a fazer o nosso trabalho.

----- Também não aplicamos a taxa de derrama às empresas.

Balcão Único de Atendimento

Um espaço moderno, atrativo e dirigido aos cidadãos

Meses	A - Tesouraria	B - Urbanismo	C- Águas	D- Transportes	E-Ação social e outros	TOTAL
Abril (30.04) /Maio	2.345	689	1.320	625	527	5.506
Junho	1.679	537	1.068	394	359	4.037
Julho	1.698	580	1.343	290	413	4.324
Agosto	1.378	583	1.206	182	333	3.682
Setembro	1.489	575	1.218	917	618	4.817
Outubro	1.668	573	1.315	678	488	4.722
Dezembro (até 23.12)	765	325	755	262	262	2.369
TOTAL	11.022	3.862	8.225	3.348	3.000	29.457



4

-----Relativamente ao Balcão Único, um espaço que foi aberto, como todos sabem, há pouco tempo e que contou, desde a sua abertura, com vinte e nove mil quatrocentos e cinquenta e sete atendimentos. Está ali apresentada a desagregação por meses, sendo que, efetivamente o mês de agosto é dos meses em que, curiosamente tendo nós mais população, vinda de outros países, acaba, por isso, por não se traduzir num aumento significativo em termos de pessoas que vão à Câmara Municipal.....

-----Também aqui em baixo, um gráfico onde está a distribuição pelos vários setores que mais recebem as pessoas nos atendimentos, na parte da tesouraria, que é aquela que tem maior expressão, do urbanismo, e também a parte das águas.....



Balcão Único de Atendimento Grau de satisfação dos utilizadores

✓ 84 % está totalmente e muito satisfeito relativamente ao atendimento prestado por este serviço.

✓ 70% dos inquiridos responderam que o serviço prestado pelo Balcão Único está muito acima do esperado e acima do esperado.

✓ Os resultados alcançados, numa escala de 1 a 5, são bastante satisfatórios, tendo a média global de respostas um valor de 4,17%.

5

----- Também aqui no Balcão Único foi feito um inquérito para medir o grau de satisfação dos utilizadores, e, ali, temos: 84% está totalmente muito satisfeito, relativamente ao serviço que é prestado; 70% dos inquiridos também responderam que o serviço prestado pelo Balcão Único está acima daquilo que eles esperavam, portanto significa que é um bom serviço, e os resultados alcançados, também numa escala de um a cinco, é bastante satisfatório, porque representa 4,17%.....

150 crianças do Centro Escolar da Sé visitaram, no dia 31 de outubro, as instalações do Município de Bragança.



6

----- Também, ainda durante este período, foram cento e cinquenta crianças, do Centro Escolar da Sé, fazer uma visita às instalações do Município de Bragança, tiveram oportunidade de visitar os dois edifícios da Sede do Município.....

Nos tempos atuais, de grandes dificuldades, reduziu-se a fatura da água, saneamento e resíduos sólidos, para as famílias carenciadas, para 70%

- Redução para 70% do tarifário sobre o valor mensal da fatura de consumo de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, às famílias carenciadas;
- Manutenção do atual preço da tarifa dos serviços supra referidos, para toda a população do Concelho, não aplicando a recomendação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e dos Resíduos (ERSAR), de atualização de preços, em + 0,8%, de acordo com o Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) previsto para 2014.
- As famílias numerosas (cujo agregado familiar seja igual ou superior a seis pessoas) continuarão a ser apoiadas, através do alargamento do 2.º escalão de consumo, limitando-o, no entanto, a um consumo máximo de 3m³ mensais por pessoa (Consumo de Referência).

7

-----Aqui, também algumas medidas que os Senhores também conhecem, tomadas por este Executivo, na questão de redução de algumas tarifas, para conseguirmos acompanhar a colmatar as dificuldades financeiras dos nossos concidadãos, nomeadamente aquela questão da redução para 70% do tarifário sobre o valor da água, resíduos e saneamento, das famílias carenciadas.....

No dia 20 de dezembro o Município de Bragança proporcionou a 200 crianças, institucionalizadas ou integradas em agregados familiares desfavorecidos, assistir de forma gratuita ao Festival Panda e os Caricas.

Distribuição de lembranças de Natal, aos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo da rede pública e privada do concelho de Bragança, num total de 2074 alunos abrangidos (7.000,00€).



8

----- No dia 20 de dezembro também aconteceu aqui um evento, pela primeira vez, o Festival Panda e os Caricas, a Câmara Municipal teve a oportunidade de oferecer duzentos bilhetes a crianças carenciadas para que pudessem ir a este espetáculo.....

----- Também fizemos a distribuição das prendas de Natal para os alunos da rede pública e privada, do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo, tendo sido todos os alunos abrangidos.....

Mascararte 2013 – VI Bienal da Máscara



9

----- Também uma imagem muito interessante sobre a queima do Mascareto, no último dia. .
----- A Mascararte 2013, mais um acontecimento cultural, de referência.....

Mascararte 2013 – VI Bienal da Máscara



FUNDAÇÃO
ORIENTE

10

-----Continuamos também com a Bienal da Máscara, numa altura em que tivemos uma exposição da Fundação do Oriente, uma exposição de sessenta e seis peças, de treze mil quinhetas e duas, da Fundação.....

Estado e
Vida do Município

Cultura



Exposições no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais



Exposição “Escultura e Desenho”, de Zulmiro de Carvalho
Inaugurada a 21 de dezembro

12

Estado e
Vida do Município

Cultura



Exposições no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais



Exposição “Cadernos da Montanha”, de Graça Morais
Inaugurada a 21 de dezembro

13

----- Duas novas exposições que foram inauguradas dia 21 de dezembro, no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, uma de Zulmira Carvalho, que é uma exposição de escultura e desenho, e outra “Cadernos da Montanha”, da própria Pintora Graça Morais.

Estado e
Vida do Município

Cultura



Museu Ibérico da Máscara e do Traje



Exposição fotográfica integrada no projeto “Pré-Christian Traditions – Masquerades”

14

-----O Museu Ibérico da Máscara também com uma exposição fotográfica integrada no projeto que tem a ver com uma candidatura conjunta com o Município também de Itália.

Centro Cultural Municipal Adriano Moreira



1.ª edição da Brigantarte – trabalhos de jovens artistas de Bragança

15

-----O Centro Cultural Municipal Adriano Moreira que acolheu uma exposição que foi a “Brigantarte”- trabalhos de jovens artistas Brigantinos.

Bragança Saudável, Bragança Solidária



7 caminhadas, 85 km e 519 caminheiros, Freguesias de Grijó de Parada, Alfaião, S. Julião de Palácios, Castrelos, Paço de Rio Frio, Quintanilha e Montesinho.

16

-----As caminhadas que são feitas, normalmente através da Unidade de Desporto e Juventude.

Estado e Vida do Município

Saúde e bem estar



11.ª Festa de Natal Aquática



17 200 crianças, dos 2 aos 14 anos, das classes orientadas da piscina municipal

-----A 11.ª Festa de Natal Aquática para crianças dos dois aos catorze anos, das classes orientadas, da piscina municipal.

Estado e Vida do Município

Segurança e Proteção Civil



Reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil

25 dez.: 2013; Carninho Municipal 1026 Portelo – Montesinho; Limpa-neves municipal



Colocação de sal (56 toneladas), em todas as vias municipais identificadas com gelo e neve

- Atualização do Manual Operacional do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.
- Aprovação do Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil

18

-----A reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil, já com algumas situações ao nível da colocação de sal. Até este momento, colocámos já, nas várias estradas municipais e dentro da cidade, cinquenta e seis toneladas de sal, para fazer face àquelas situações que todos conhecemos.....

Estado e
Vida do Município

Segurança e Proteção Civil



Comemoração do Dia da Padroeira dos Bombeiros Voluntários de Bragança



A Liga dos Bombeiros Portugueses condecorou o anterior Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Eng.º António Jorge Nunes, com o Crachá de Ouro, pelo apoio prestado à Corporação nos 16 anos em que esteve à frente do Município de Bragança.

-Reconhecidos, com medalhas de mérito, os Bombeiros que, durante o ano, se distinguiram pelo seu trabalho, esforço, dedicação e disponibilidade na ajuda e socorro às populações.

19

----- E, para terminar, também no Dia da Padroeira dos Bombeiros Voluntários de Bragança, foi homenageado o ex-Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Eng.º António Jorge Nunes, com o crachá de ouro, pelo apoio que concedeu aos Bombeiros e pelo trabalho positivo que foi realizando, durante o tempo que exerceu funções como Presidente de Câmara, que foi, efetivamente, um trabalho excelente, por isso também foi reconhecido aqui.

Norcaça, Norpesca & Norcastanha 2013



20

Norcaça, Norpesca & Norcastanha 2013



30 atividades
diferentes, 100
espaços de exposição,
+ 15 mil visitantes



21

-----A Norpesca e a Norçaça.....

Estado e
Vida do Município

**Desenvolvimento
Económico - Turismo**



Reunião com estabelecimentos de restauração



Objetivo: auscultação das principais preocupações do setor da restauração concelhio e definição de uma estratégia conjunta que permita, de forma eficaz e articulada, a dinamização turística e económica do Concelho.

22

-----A reunião com os estabelecimentos de restauração. Aqui, só para dar nota que estamos a fazer reuniões com alguns setores da sociedade e da nossa Cidade, neste caso particular foi com a restauração, no sentido de tentarmos perceber também, juntamente com eles, qual a estratégia a seguir, para que económica e turisticamente possamos vir a desenvolver mais o nosso Concelho.....

Apoio ao comércio tradicional

- ✓ Instalação de iluminação e som natalícios, de modo a animar as ruas mais comerciais no Centro Histórico.
- ✓ Durante o mês de dezembro, os utilizadores dos parques de estacionamento subterrâneos da Praça Camões e da Praça Cavaleiro de Ferreira não pagam as duas primeiras horas de utilização, de modo a atrair novos clientes e cidadãos ao Centro Histórico da Cidade de Bragança, onde se localiza grande parte do Comércio Tradicional.
- ✓ Alterado o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais que podem estar abertos aos domingos. Já os estabelecimentos de restauração e bebidas terão horário livre na noite de 31 de dezembro.

23

-----Apoio ao Comércio tradicional, as duas horas que foram concedidas nos parques de estacionamento subterrâneos, para que pudéssemos ajudar, também por essa via, o comércio tradicional; a alteração dos horários de funcionamento; a iluminação de Natal, que foi pouca, é verdade, mas estamos em período de contenção; a animação sonora que foi contratada pela Câmara Municipal.....

VI Feira de Artesanato e Produtos Regionais de Parada



24

-----A feira do artesanato e produtos regionais de Parada, que ocorreu ontem. Uma feira que o Município apoia, na medida do possível, como apoia as feiras dentro do espaço rural e que nós queremos continuar a apoiar e queremos continuar a apostar neste tipo de iniciativas. .

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Lamento, de facto a aplicação desta grelha deixa pouco tempo para a Câmara naturalmente desenvolver a informação dos seus assuntos.

----- Cabe, agora, à Mesa, pedir aos Srs. Deputados que queiram fazer pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara, mas a verdade é que o Sr. Presidente da Câmara não tem tempo disponível. De qualquer forma, aos pedidos de esclarecimento que os Srs. Deputados possam pedir, o regulamento prevê três minutos para resposta do Sr. Presidente. É o tempo que temos, não podemos inventar outro tempo, os Srs. Deputados têm bastante tempo, o PSD tem treze minutos, o PS tem sete minutos, o Movimento Sempre Presente tem cinco minutos, e a CDU e o CDS têm três minutos. O Sr. Presidente da Câmara tem três minutos para responder aos pedidos de esclarecimento. Portanto está aberto o período de inscrições para pedidos de esclarecimentos à Câmara.

----- António Morais, Francisco Marcos e Luís Pires.

----- Tem a palavra, para o seu primeiro pedido de esclarecimento, António Morais da CDU....

----- **António Morais** – De forma sintética, duas questões, uma tem a ver com os trabalhadores da Nunber One, como é sabido acabou, esta empresa teve a concessão de limpeza de vários espaços públicos, da responsabilidade da Autarquia, sabemos que, para além da privatização dos direitos de quem trabalha, esta empresa não garantiu os serviços contratuais pelo Município, há ainda pagamentos a efetuar, o Sr. Presidente da Câmara está ao par da situação? E o que pretende fazer?

----- Outra questão, também de forma lacónica, a rescisão por mútuo acordo, que abrange alguns trabalhadores da nossa Câmara. Sabemos que a Câmara resolveu aderir ao programa apenas depois de ter conhecimento de alguns requerimentos. Acontece que houve trabalhadores que requereram e lhes foi indeferido, não é?

----- O que levou a Câmara a aderir ao programa sabendo que depois não tinha condições para? -

----- Portanto, acho que isto merece algum esclarecimento. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, foi sintético, não esgotou o seu tempo.

----- Francisco Marcos, do Partido Socialista, tem a palavra, para pedidos de esclarecimento à Câmara.....

----- **Francisco Marcos** – Muito rapidamente, Sr. Presidente, eu gostava que esclarecesse aqui, a esta assembleia, e como em vários municípios, e a lei assim o permite, na questão dos horários de trabalho dos funcionários da Câmara, passar das quarenta horas para as trinta e cinco, com o acordo coletivo da empresa. Sei também que os Sindicatos já reuniram com o Sr. Presidente, nesse sentido, gostava que o Sr. Presidente nos esclarecesse do que é que irá fazer acerca disso, visto que temos muitas autarquias, a nível nacional, que estão a aderir a isso, e, se nos é permitido, o porque é que não os trabalhadores passarem a fazer as trinta e cinco horas, sabendo que a motivação é outra, e o rendimento do trabalho será outro para o Município aqui de Bragança. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Luís Pires, do PS, tem a palavra, para formular o seu pedido de esclarecimento.

----- **Luís Pires** – Mais uma vez, bom dia, a todos. Sr. Presidente, aquilo que eu lhe quero solicitar, esclarecimentos, é algo que me preocupa profundamente. Fui confrontado, há poucos dias, ao ler no Jornal, aliás, num café desta Cidade, que já não costuma ter muita gente, Chave D'Ouro, e cujo café foi amavelmente até oferecido aqui pelo nosso Secretário da Mesa, foi simpático, estava a ler um artigo que me chamou muito a atenção, aliás, essa notícia foi eco nos telejornais, e tem a ver com as insolvências.....

----- No jornal era apresentado um mapa do País onde havia um confronto, uma comparação, que eram as insolvências por distrito, entre dois mil e doze e dois mil e treze havia uma comparação, e havia uma variação em cada uma das capitais de distrito. Eu comecei a dar uma vista de olhos, há valores positivos, o que significa que a variação foi maior, ou seja, houve

um aumento de insolvências de dois mil e doze para dois mil e treze, valores que na sua maioria se ficavam por as dezenas, e alguns iriam aos quinze e tal por cento. Havia um caso de destaque. Havia alguns com o valor negativo, o que significa que inverteram, realmente, essa tendência, e havia um caso de destaque que tem a ver com o Distrito de Bragança, que era noventa e oito ponto um, que é quase duplicar.

----- Ora bem, isto preocupa-me porquê? Eu estou certo que a Câmara deve ter um sistema de monitorização sobre vários indicadores da nossa atividade, e, portanto, um deles certamente será a atividade das nossas empresas, que terá feito, provavelmente, em parcerias com outras entidades que têm esses dados. Este é um valor do Distrito, e preocupou-me porque eu fiquei sem saber, fui ao INE tentar procurar e ver o que é que havia, não consegui encontrar, qual é que seria, desse valor complicado, aquilo que caberia à cidade de Bragança e àquilo que é, neste momento, a nossa responsabilidade enquanto Município de Bragança. E, aquilo que eu gostava de saber, da parte do Município, é como é que estamos nesse indicador, porque isto tem várias leituras, não é? Por um lado podia ser positivo, significava que no ano anterior ainda tínhamos um conjunto de empresas que insistiam e foram à falência. Aqueles que, se calhar, baixam um pouco é porque já não têm nada, já estão naquilo que se costuma dizer, no osso, portanto já não têm músculo.

----- Portanto isto é um valor que me preocupa, eu gostava, para esclarecimento, e, se calhar, é um valor que a Câmara tem estudado, uma vez que é importante para fazer o impute naquilo que é o Orçamento que nos vão mostrar aqui, para o próximo ano, e qual será o diagnóstico da nossa cidade no que concerne a este indicador. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PSD, Júlio Carvalho, julgo que é a última inscrição para pedido de esclarecimento.

----- **Júlio Carvalho** – Em relação ao esclarecimento que eu queria pedir ao Sr. Presidente, estou convencido que já deve ter observado isto na nossa cidade, e eu acho que estou em vias de ser vítima duma situação dessas, e, a melhor forma de ser solidário com os outros é eu ser

solidário primeiro comigo mesmo, evitando os perigos em relação a mim, provavelmente sou eu a evitar os perigos dos outros.

-----Mas há uma coisa que me fere, nesta cidade, há muitos anos, é o problema das passadeiras. Inventaram-se aqui em Bragança umas passadeiras tipo aquelas que estão aqui na zona de intervenção do Polis, muito especiais, à base de granito, e suja-se, enfim, e invocam que há lá um sinal, mas eu, normalmente, quando ando a conduzir não vou olhar para cima, vou olhar para baixo, e tenho verificado e constatado que as pessoas não respeitam, minimamente, essas passadeiras que existem ali na Rua Alexandre Herculano, Rua do Loreto e outras, não respeitam! Vamos a entrar nessa passadeira e os carros passam, porque não são visíveis. E têm razão! Porquê? Essas coisas têm uma história - e era essa a minha interpelação ao Sr. Presidente - tem uma história! Porque é que chamam Zebras? As pessoas não sabem porque é que se chamam zebras. É que isto tem um fundamento e fruto de muito estudo e de muita investigação, de que nas grandes selvas o que é que acontece? Eu já estive lá e vi como é que são os búfalos, quando vêem manadas de centenas ou de milhares, trituram tudo, destroem tudo, matam tudo. E, então, o que é que ficou provado? Enfim, observadores atentos, estudiosos, verificaram que sempre que aparece uma zebra à frente dos búfalos, a zebra, ou pela tonalidade, ou do que quer que seja, bloqueia-lhe o cérebro e os búfalos estancam, param imediatamente, e todos os animais inteligentes, que estão já à volta da zebra, à espera que ela passe, ao verem que ela avançou, todos os outros animais - corços, veados, etc.- passam.....

-----Portanto eu acho que as zebras também provocam em nós algum bloqueio e que nos obrigam a respeitar os peões.

-----Sr. Presidente, o Sr., como homem atento e observador, e que está solidário com aqueles que querem viver, e o amor à vida é importante, e todos nós gostamos de viver bem, eu gostaria que acabassem com aquelas passadeiras e pusessem lá zebras, para ver se essas pessoas respeitam, de facto, os peões. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, agora, a palavra, o Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões que lhe foram formuladas, e informo o Sr. Presidente da Câmara que tem três minutos.

----- **Presidente da Câmara** – Vamos começar pelo Dr. Júlio de Carvalho.

----- Relativamente à questão das passadeiras – Com certeza que sim, mandaremos fazer uma avaliação e estamos a pensar, eventualmente, na possibilidade de conseguirmos construir passadeiras sobreelevadas, para que a segurança dos peões esteja em primeiro lugar.

----- Relativamente à questão das insolvências em Bragança, nós, neste momento, estamos a recolher informação, o Município não tem tido, por regra, este tipo de informação disponível de um momento para o outro, e estamos a tentar recolher informação no sentido de verificar o que está em causa, concretamente para o nosso Concelho, para que depois possamos avaliar quais são as causas e eventualmente qual o impacto que isto possa ter em termos económicos no nosso Concelho. De qualquer forma também é verdade que essa notícia também nos deixa preocupados e sabemos que é importante olhar para esta matéria com olhos de ver, e tentarmos ajudar naquilo que tivermos que ajudar, neste assunto. Nós temos essa noção. Também a nível nacional, o número de insolvências aumentou muito, mas, também é verdade que, pese embora tenha aumentado o número de insolvências, o número de empresas que foram criadas a nível nacional superou as insolvências, pode ser que no nosso Concelho e nosso Distrito esteja a acontecer exatamente isso, vamos tentar perceber qual é o impacto que isso tem.---

----- Relativamente aos horários de trabalho, a questão dos acordos coletivos de trabalho, respondo diretamente à sua questão, deixe-me dizer-lhe que este assunto está a ser articulado ao nível da Comunidade Intermunicipal. Os Presidentes das Câmaras da Comunidade das Terras de Trás-os-Montes, reunimos e decidimos tomar uma posição conjunta, significa que ainda não tomámos a deliberação de regressarmos novamente às quarenta horas, imposto pelo Governo. Ainda estamos todos a praticar o horário das trinta e cinco, e só o faremos, mesmo estando numa situação de ilegalidade, neste momento, só o faremos quando todos viermos a tomar essa decisão. Estamos também a solicitar algum apoio jurídico nessa matéria para ver de que

forma podemos resolver este assunto. Não queremos avançar já para as quarenta horas, sem pensar melhor.

-----Relativamente às outras questões, a questão das rescisões por mútuo acordo – O Município teve uma preocupação, que foi dar a possibilidade a quem viesse a requerer a rescisão por mútuo acordo, de o fazer, aderimos ao processo para não eliminarmos, logo à partida, qualquer tipo de solicitação que viesse a acontecer por parte dos trabalhadores. Mais tarde, analisados os processos dos trabalhadores que efetivamente requereram esse acordo, o Município, juntamente com as chefias diretas, entendeu ser necessário avaliar duas coisas. Em primeiro lugar, qual o valor em causa para pagamento ao trabalhador; segundo – qual a importância desse trabalhador no setor onde ele está a trabalhar. E, o que aconteceu foi o seguinte: as chefias confrontadas com a situação de saída de trabalhadores das suas áreas, das suas divisões ou das suas secções, não houve um único que manifestasse vontade em que o trabalhador pudesse sair, ou seja, nós temos os pareceres das chefias, todas elas dizem que os trabalhadores em causa são indispensáveis ao normal funcionamento da instituição. Por isso, dessa forma, como somos gestores também responsáveis, não só financeiros mas também de recursos humanos, entendemos que não seria oportuno que qualquer trabalhador pudesse sair da nossa instituição porque eles fazem falta para atingirmos os objetivos que pretendemos alcançar.....

-----Para terminar, relativamente à Number One, o Município, na altura, uma vez que houve situações de incumprimento por parte da empresa, decidiu aplicar algumas penalidades, das quais eles não serão ressarcidos, como é evidente, e, portanto, nós aí estamos perfeitamente à vontade e de consciência tranquila neste assunto da Number One.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente. O Sr. Presidente geriu bem o tempo, para conseguir dar as respostas às questões formuladas.....

-----Agora, abrimos um período de intervenções, por parte dos senhores deputados, para o Período da Ordem do Dia. Registamos a inscrição de Ana Almeida, do Movimento Sempre Presente e de António Malhão, do PSD. Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Almeida.

-----**Ana Almeida** – Bom dia a todos. Antes de mais, queria agradecer os votos de Boas Festas que a Câmara Municipal nos enviou, apresentar os meus cumprimentos à Mesa e a todos os presentes, e desejar que o Natal e Consoada tenham sido bons e que esta quadra continue, pelo menos, com saúde, e que 2014 nos vá trazendo, pelo menos, isso.....

-----Queria só meter uma cunha ao Sr. Presidente, não é um esclarecimento, é uma intervenção, Sr. Presidente, quando falo no IMI, eu tenho a consciência daquilo que disse na última sessão da Assembleia, eu não discordo da redução do IMI, eu votei contra, e se forem ver as atas, na minha declaração de voto está que o facto por ver que sendo um ato isolado não haveria propriamente uma estratégia associada à redução do IMI, e é isso que eu vou trazer aqui hoje, como uma proposta de recomendação à Câmara Municipal, para a qual apelo a todos os presentes, acho que pode ser um ponto fulcral para o Estado e Vida do nosso Município, e é numa postura proativa que o trago.

-----Relativamente ainda a uma questão do Estado e Vida do Município, que já comentei com o Sr. Vereador Paulo Xavier, no sentido de que as famílias numerosas, na maior parte dos municípios do País, alinham pelas declarações do IRS, não são seis membros, são cinco membros, penso que isto para uma cidade do interior, despovoada, tem implicações no universo das famílias abrangidas e pode ajudar ainda mais, e apelava para isto.

-----Portanto eu venho aqui, em concreto, apresentar uma proposta/recomendação, que depois farei chegar pelos meios digitais, e é uma recomendação no sentido, já, de que a Câmara Municipal, nesta sessão legislativa, não estou a dizer nesta legislatura, mas ainda nesta sessão legislativa, o que significa, neste ano, que delibere e proponha a esta Assembleia a aprovação de uma área de reabilitação urbana para toda a zona consolidada da cidade, e passo a explicar porquê.

-----**Apresentou, por escrito, a seguinte**

“PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

-----A reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação.....

-----Até data recente, a reabilitação urbana era vista como um parente pobre das demais políticas urbanísticas ou, pelo menos, das demais tendências de ocupação do território.

-----A difícil operacionalização da reabilitação urbana, a preferência pela construção nova, mais ajustada a novas exigências de qualidade e, muitas vezes, disponibilizada a mais baixos preços, e a crença numa inesgotável capacidade de expansão urbana das cidades, tornavam a reabilitação urbana uma opção pouco atrativa para os investidores e, mesmo, para os proprietários.....

-----Atualmente, as políticas de reabilitação urbana são vistas como uma das mais desejáveis tendências de ocupação do território, já que com elas se contraria um modelo de desenvolvimento urbanístico assente na expansão urbana, com o conseqüente alargamento de perímetros e perda de área necessária a uma ocupação natural e racional do território.....

-----A reabilitação é, assim, percebida como primeiro ótimo, já que permite a consolidação e ocupação de áreas urbanizadas e edificadas, evitando os desperdícios territoriais, financeiros, ambientais e sociais que caracterizam a expansão urbana.

-----São, efetivamente, por demais evidentes as conseqüências positivas desta política pública em termos territoriais (impedindo a consumpção de novos espaços), financeiros (promovendo a racionalização das infraestruturas e equipamentos existentes), ambientais (provendo à valorização do património construído e do ambiente urbano das cidades) e sociais (funcionando como mecanismo de identificação e integração sócio-cultural, bem como de desenvolvimento ou revitalização do tecido económico da *urbe*).

-----É no seio das políticas urbanísticas — ou melhor, no seio das mais recentes tendências destas políticas — que a reabilitação urbana tem vindo a assumir um particular relevo, por estar em consonância com uma *nova lógica* de ocupação do território para que estas políticas apontam e com um novo e distinto *paradigma de urbanismo* e de *gestão urbanística*: em vez de um *urbanismo de expansão* (com alargamento exponencial de perímetros urbanos e a conseqüente expansão irracional das infraestruturas no território), um urbanismo de *contenção dos perímetros*, em que as necessidades urbanísticas são satisfeitas, por um lado, com a mobilização dos solos expectantes dentro dos perímetros urbanos (nos

quais devem ser concretizados projetos que os considerem de forma global e integrada) — a que poderíamos chamar de *urbanismo de colmatação* — e, por outro lado, com a utilização (após reabilitação) do edificado existente, precedida da requalificação espaços públicos que os servem — um urbanismo de *reabilitação urbana*.

----- Ora, este novo tipo de gestão urbanística para que apontam os vários instrumentos jurídicos atualmente em vigor pode bem ser alcançada por intermédio da reabilitação urbana, aqui no sentido de *requalificação* ou *revitalização* de áreas inseridas no interior das cidades, dotando-as das necessárias infraestruturas e outras condições que permitam uma sua ocupação sustentável, a melhoria do respetivo ambiente urbano em geral e, ainda, de atratividade, centralidade e multifuncionalidade das mesmas.

----- Com efeito, a concretização de operações de reabilitação urbana aponta para a necessária *programação* pública das intervenções a efetuar (de acordo com a sua ordem de prioridades e não em consonância com os *timings* dos proprietários), para a delimitação de *áreas que apontem para intervenções integradas* (áreas de reabilitação urbana e unidades de intervenção ou de execução) e para a promoção de *parcerias* entre privados e destes com a Administração ou com terceiros na concretização das operações em causa.

----- Mais, a atual necessidade de justificação e de programação da expansão urbana para que apontam a LB POTU e o RJIGT são exigências urbanísticas que, indiretamente, demonstram a imperiosidade de proceder à intervenção no existente, requalificando-o.

----- Por este motivo a reabilitação urbana, posiciona-se como uma via para contrariar o modelo de gestão urbanística tradicional (de controlo de operações casuísticas de iniciativa dos interessados) e para afastar um desenvolvimento urbanístico assente na *expansão urbana* (com todos os custos inerentes: territoriais, financeiros, ambientais e, mesmo, sociais), permitindo a *consolidação* e *ocupação* do já edificado integradamente com a intervenção em espaços expectantes dentro das cidades.

----- Assim e Considerando que a Reabilitação Urbana permite:

----- a) Articular o dever de reabilitação dos edifícios que incumbe aos privados com a responsabilidade pública de qualificar e modernizar o espaço, os equipamentos e as infra -

estruturas das áreas urbanas a reabilitar;.....

----- b) Garantir a complementaridade e coordenação entre os diversos atores, concentrando recursos em operações integradas de reabilitação nas “áreas de reabilitação urbana”, cuja delimitação incumbe aos municípios e nas quais se intensificam os apoios fiscais e financeiros; ..

----- c) Diversificar os modelos de gestão das intervenções de reabilitação urbana, abrindo novas possibilidades de intervenção dos proprietários e outros parceiros privados;.....

d) Criar mecanismos que permitam agilizar os procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas de reabilitação;.....

----- e) Desenvolver novos instrumentos que permitam equilibrar os direitos dos proprietários com a necessidade de remover os obstáculos à reabilitação associados à estrutura de propriedade nestas áreas.

----- E considerando ainda que:

----- f) O controlo de operações urbanísticas realizadas em área de reabilitação urbana é objeto de um conjunto de regras especiais;

----- g) A reabilitação urbana tem objetivos amplos, relacionados com políticas públicas: *políticas habitacionais, política de proteção e salvaguarda do património cultural; política ambiental; políticas de cariz social ou de coesão económico-social, e políticas de transporte e de mobilidade.*

----- h) A decisão de delimitação de uma ARU está sujeita a particulares exigências de fundamentação que não se traduz numa simples identificação da área territorial sobre a qual será promovida a operação de reabilitação urbana que passa pela identificação dos concretos limites físicos da área a sujeitar à operação de reabilitação urbana; pela determinação do tipo de operação de reabilitação urbana a concretizar; pela fixação dos objetivos a alcançar com a operação de reabilitação urbana; pela determinação dos “instrumentos” programáticos (estratégicos) que enquadram as operações de reabilitação urbana e densificam o dever de reabilitação que impende sobre os proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre edifícios e frações compreendidos numa área de reabilitação urbana e pela definição da

sua entidade gestora.

-----i) A decisão pode, assim, ser faseada, procedendo-se primeiro à identificação dos concretos limites físicos da área a sujeitar à operação de reabilitação urbana e apenas depois se aprovando a operação de reabilitação urbana (decisão esta que integra para além da definição do tipo de operação urbana também a aprovação da estratégia ou programa estratégico de reabilitação;

-----j) A delimitação física da área não está sujeita a discussão pública, não apenas por esta não estar prevista legalmente, mas também porque da mera delimitação da área não resulta diretamente a afetação negativa da esfera jurídica dos proprietários abrangidos

-----k) A delimitação da área de reabilitação urbana tem também relevantes efeitos fiscais na medida em que o município fica obrigado a definir os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património – IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) - este é, de facto um dos mais relevantes efeitos da delimitação de uma ARU visando incentivar a promoção, pelos respetivos proprietários, de intervenções de reabilitação urbana (*Em sede de IVA: incluem-se as empreitadas de reabilitação urbana na lista dos bens e serviços sujeitos a taxa reduzida, atualmente de 6%. Desde que:*

-----a) sejam realizadas por autarquias locais, sociedades de reabilitação urbana integralmente detidas por organismos públicos, associações de municípios, empresas públicas responsáveis pela rede pública de escolas secundárias e associações ou corporações de bombeiros;

-----b) se trate de *“empreitadas de reabilitação urbana realizadas em imóveis ou em espaços públicos localizados em áreas de reabilitação urbana (áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, zonas de intervenção das sociedades de reabilitação urbana e outras) delimitadas nos termos legais, ou no âmbito de operações de requalificação e reabilitação de reconhecido interesse público nacional”*;

-----c) sejam empreitadas contratadas pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. ou realizadas ao abrigo de programas financiados por este instituo ou, ainda, realizadas no

âmbito de regimes especiais de apoio financeiro ou fiscal à reabilitação urbana;

----- (d) sejam empreitadas de beneficiação, remodelação, renovação, restauro, reparação ou conservação de imóveis ou partes autónomas destes afetos à habitação. Não estão incluídos os trabalhos de limpeza, de manutenção de espaços verdes, piscinas, saunas, campos de ténis, golfe ou minigolfe ou instalações similares.

(i) - *Em sede de IMI e de IMT:*

----- a) por deliberação da Assembleia Municipal podem ficar isentos deste imposto, pelo período de dois anos, os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana, prazo que se conta a partir da emissão da licença camarária.

----- b) por deliberação da Assembleia Municipal, os prédios urbanos, objeto de ação de reabilitação podem ter uma isenção por um período de cinco anos, renováveis por mais cinco anos, se as ações de reabilitação se tiverem iniciado depois de 1 de janeiro de 2008 e ficarem concluídas até 31 de dezembro de 2020. O prazo de cinco anos conta-se a partir da conclusão das obras de reabilitação. Neste caso, os imóveis têm que se localizar em áreas de reabilitação urbana ou estarem arrendados e serem passíveis de atualização faseada das rendas nos termos dos artigos 27º e seguintes do NRAU.....

(ii) - *Em sede de IRC:* ficam isentos

----- (a) os rendimentos de qualquer natureza obtidos por fundos de investimento imobiliário que operem de acordo com a legislação nacional, desde que se constituam entre 1 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2012 e pelo menos 75 % dos seus ativos sejam bens imóveis sujeitos a ações de reabilitação realizadas nas áreas de reabilitação urbana,

----- (b) os rendimentos respeitantes a unidades de participação nos fundos de investimento referidos no número anterior, pagos ou colocados à disposição dos respetivos titulares, quer seja por distribuição ou mediante operação de resgate, são sujeitos a retenção na fonte de IRS ou de IRC, à taxa de 10 %, exceto quando os titulares dos rendimentos sejam entidades isentas quanto aos rendimentos de capitais ou entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português ao qual os rendimentos sejam imputáveis, excluindo (α) as entidades

que sejam residentes em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças; e (β) as entidades não residentes detidas, direta ou indiretamente, em mais de 25 % por entidades residentes.

(iii) - *Em sede de IRS:*

----- (a) ficam isentos

----- (i) os rendimentos respeitantes a unidades de participação nos fundos de investimento referidos no número anterior, pagos ou colocados à disposição dos respetivos titulares, quer seja por distribuição ou mediante operação de resgate, são sujeitos a retenção na fonte de IRS ou de IRC, à taxa de 10 %, exceto quando os titulares dos rendimentos sejam entidades isentas quanto aos rendimentos de capitais ou entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português ao qual os rendimentos sejam imputáveis, excluindo as entidades que sejam residentes em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças; e as entidades não residentes detidas, direta ou indiretamente, em mais de 25 % por entidades residentes;

----- (i) o saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação de unidades de participação nos fundos de investimento referidos no n.º 1 é tributado à taxa de 10 % quando os titulares sejam entidades não residentes a que não seja aplicável a isenção prevista no artigo 27.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais ou sujeitos passivos de IRS residentes em território português que obtenham os rendimentos fora do âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola e não optem pelo respetivo englobamento;

----- (b) são dedutíveis à coleta até ao limite de (euro) 500, 30 % dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação de Imóveis, localizados em “áreas de reabilitação urbana” e recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação; ou Imóveis arrendados passíveis de atualização faseada das rendas nos termos dos artigos 27.º e seguintes do Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que sejam objeto de ações de reabilitação.

----- (c) São tributadas à taxa autónoma de 5 % — sem prejuízo da opção pelo

englobamento, quando sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis situados em “áreas de reabilitação urbana”, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação — as mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributadas.

----- (d) São tributados à taxa de 5 %, sem prejuízo da opção pelo englobamento os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento de imóveis situados em “áreas de reabilitação urbana”, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação; ou imóveis arrendados passíveis de atualização faseada das rendas nos termos dos artigos 27.º e seguintes do NRAU, que sejam objeto de ações de reabilitação).

----- l) A estes efeitos fiscais acrescem efeitos financeiros, na medida em que a delimitação de uma área de reabilitação urbana permite que os titulares de direitos reais dos edifícios abrangidos tenham acesso a incentivos deste tipo à reabilitação urbana.

----- m) A delimitação de uma área de reabilitação urbana confere ao município o poder de aceitar e sacar letras de câmbio, conceder avales cambiários, subscrever livranças, bem como conceder garantias pessoais e reais, relativamente a quaisquer operações de financiamento promovidas por entidades gestoras no âmbito de uma operação de reabilitação urbana (n.º 2 do artigo 76.º); Concede às entidades gestoras a possibilidade de contraírem empréstimos a médio e longo prazos destinados ao financiamento das operações de reabilitação urbana, os quais, caso autorizados por despacho do ministro responsável pela área das finanças, não relevam para efeitos do montante da dívida de cada município (n.º 1 do artigo 76.º) e Permite, estando em causa uma operação de reabilitação urbana sistemática, o recurso às expropriações, à venda forçada dos imóveis existentes, bem como à constituição sobre os mesmos das servidões necessárias à execução da operação de reabilitação urbana (n.º 3 do artigo 54.º);.....

----- n) A ARU pode ter como objeto zonas urbanas consolidadas;

----- o) Os programas eleitorais de todos os partidos e do MSP, sem exceção;.....

----- p) A NOSSA POSIÇÃO NA VTAÇÃO DA SESÃO ANTERIOR A PROPOSITO DA TAXA DE IMI

NOS PREDIOS DEGRADADOS POR FALTA DE VISÃO ESTRATÉGICA DE REABILITAÇÃO URBANA

Assumindo uma postura proativa e construtiva que nos mobiliza para dar vida a Bragança, Propomos seja deliberada a delimitação de uma ARU para toda a zona urbana consolidada da cidade de Bragança, sob proposta da CMB, ainda nesta sessão legislativa.”

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr.^a Deputada. Fica, pois, esta recomendação à Câmara.....

----- Passamos para a intervenção seguinte, António Eduardo Malhão, do PSD.

----- **António Malhão** – Quero cumprimentar, novamente, o Sr. Presidente da Assembleia, o Presidente do Executivo, restantes Vereadores, caros colegas Deputados, caríssimos Presidentes de Junta, minhas Senhoras e meus Senhores.

----- Eu queria deixar aqui uma nota prévia, até porque o final de ano normalmente é um período de balanço, mas também estamos a atravessar uma quadra em que tem que haver esperança e confiança, e, para responder um pouco também à questão algo dramática que o Sr. Deputado Luís Pires aqui colocou sobre umas insolvências em Bragança, queria deixar aqui alguns dados.

----- Num universo de onze mil e quinhentas empresas que tem o nosso Distrito, de facto, Bragança tem o menor número, em termos absolutos, de insolvências. Em dois mil e dez registaram-se vinte insolvências, em dois mil e onze - vinte e uma, e em dois mil e doze - trinta. Se compararmos, por exemplo, com Vila Real, Vila Real registou em dois mil e dez – dezoito, em dois mil e onze – trinta e quatro, e em dois mil e doze – sessenta e duas, por isso, muito mais. ...

----- Gostaria também de dizer, que, pela primeira vez, nos últimos cinco anos, o número de insolvências decresceu, estamos a falar do todo nacional, é evidente que em termos percentuais, em Bragança, registou-se um aumento um pouco em contra ciclo, com a tendência nacional, porque, de facto, os efeitos negativos da economia, em economias como a nossa, que têm uma matriz iminentemente familiar, as nossas empresas têm uma estrutura familiar, e resistiram muito mais aos efeitos da crise, e, apesar do número não ser preocupante, obviamente que nós, enquanto cidadãos e enquanto membros desta Assembleia, devemo-nos preocupar, até como empresa que feche, são postos de trabalho que se destroem, é riqueza

que se destrói, mas não podemos deixar aqui essa carga negativa, que em Bragança vivemos uma situação dramática ao nível de insolvência de empresas. Curiosamente, se calhar, o número é mais preocupante, até, dado o número de insolvências em termos de famílias, também temos que olhar para essa vertente. Claro que, repito, qualquer encerramento de empresas é sempre preocupante. Eu julgo que, em Bragança, o ajustamento também na economia das empresas que está concluído, que 2014 será um ano muito positivo para as empresas.

----- Por exemplo, o setor ao qual também eu pertenço, que foi um dos setores mais críticos no ano que está agora a terminar, não é conhecida nenhuma insolvência nesse setor, que é o setor onde é que havia um maior número de insolvências.

----- Por isso, tenho que me preocupar também com o que se preocupou o Sr. Deputado Luís Pires, mas não queria deixar aqui, neste final de ano, e nesta quadra festiva de esperança e confiança, uma nota negativa relativamente ao número de insolvências das empresas da nossa região.

----- Passando, agora, à minha intervenção que vai, um pouco, contra isto que acabei de dizer, uma vez que gostei de me focar mais no património imaterial, que é exatamente, neste momento, aquilo que é mais notório, e gostei, de facto, deste período que estamos a viver, que é, como eu dizia, particularmente inspirador e portador de um espírito positivo e solidário, de me focar mais no nosso património imaterial, muito rico em tradições ancestrais que marcam a nossa cultura, a nossa gastronomia e a nossa identidade, com traços ainda mais visíveis nas nossas aldeias, as quais vão desde a Festa dos Caretos de Rebordãos, que aconteceu precisamente ontem, à Mesa de Santo Estêvão, à Fogueira, ao Charolo e ao Carro da Lenha na Freguesia de São Pedro, até à Festa dos Solteiros da Lombada e de Parada, entre outras não menos emblemáticas que têm lugar, um pouco, por todo o Concelho.....

----- De facto este património imaterial, desde que bem estruturado, pode resultar num complemento de rendimentos importante ao nível do turismo e numa mais valia significativa para a nossa economia local, que é importante, de facto, olharmos para este património imaterial e rentabilizá-lo melhor. Até porque as coisas existem, funcionam quase

automaticamente, há o envolvimento das comunidades locais, com poucos custos e, como dizia, desde que bem estruturados podem representar um importante complemento de rendimento para as nossas populações.

----- E, gostaria, de facto, por esse motivo, alterar um pouco aqui a narrativa política que antecedeu esta minha intervenção, de facto fez-se aqui, hoje, muita política, e também como uma nota positiva, porque, talvez imbuídos deste espírito de Natal, também houve aqui, de facto, uma grande abertura que saúda aos consensos e à fusão das moções, é uma nota também muito positiva e acho que estamos todos de parabéns por este comportamento de Natal, que todos os partidos, sem exceção, manifestaram. Se assim continuarmos, para o resto deste mandato, com certeza que Bragança ficará mais forte e nós ficaremos todos mais fortes...

----- Estas palavras que eu acabei aqui de referir, que é a solidariedade, a esperança e a partilha, estiveram também bem presentes, e o Postal de Natal que a Câmara fez o favor de nos remeter, que foi um presente de Natal, eu gostei muito, o facto da Câmara ter valorizado uma atividade importante da nossa Região e em particular do nosso Concelho, que é a atividade da apanha da castanha.

----- Como sabem, a castanha tem um peso económico cerca de cinquenta milhões de euros, é um bom subsídio de Natal que entra nas casas dos nossos agricultores, e, por isso, foi-me feliz, a Câmara Municipal, ao ter escolhido um quadro que é um verdadeiro santuário da nossa Região, que é a apanha da castanha, e ter-nos enviado, para as nossas casas, esta mensagem muito positiva e também de uma nova forma de comunicar o nosso património natural, a nossa economia baseada em produtos locais, que é importante, uma vez que, para além da mão de obra local, toda a matéria prima é local, isso tem muito mais impacto e tem muito mais incorporação de valor económico e social no valor final do produto, e, de facto, está de parabéns a Câmara Municipal por esta nota muito positiva, escolhendo um quadro que é nosso, e também valorizando o equipamento que é o Centro de Fotografia Georges Dussaud, que se situa no 1.º Andar deste Edifício, aproveitando exatamente o nosso património e valorizando a prata da casa. Essa nota deve prevalecer e estou confiante que sim, que irá prevalecer, e estamos todos de parabéns.

----- Referir também que essas palavras foram tidas em conta e estiveram presentes também no espírito de partilha de recursos públicos e recursos municipais, e também de cooperação institucional que existiu entre a Câmara Municipal de Bragança e a ACISB, o que se saúda, porque, de facto, com essa abertura e com esse espírito, foi possível que a Associação, que é de todos, e é uma Associação histórica emblemática, também tivesse o seu Natal, tivesse um feliz futuro, bem com dos colaboradores, pois estava em causa a extinção de postos de trabalho, parabéns à Câmara Municipal por ter dado as mãos, e bem, à ACISB, e parabéns à ACSIB por uma atitude proativa e também de confiança e esperança, não desistiram, e quando as pessoas não desistem e quando as pessoas trabalham em cooperação e em rede o resultado final só pode ser um resultado positivo, parabéns por isso.

----- Finalmente, gostaria também de deixar aqui uma nota sobre essas palavras de solidariedade e partilha, para todas as IPSS's e Instituições da Cidade, também para a sociedade civil, para as Juntas de Freguesia, que nesta quadra especial se mobilizaram e partilharam os seus recursos através de diversas campanhas de solidariedade, um verdadeiro exemplo a nível nacional, que, julgo eu, o nosso Concelho em matéria de rede social e solidariedade pode pedir meças com qualquer outros concelho do País, e, de facto, devido a esse espírito natalício de voluntariado, de partilha, de trabalho em rede, foi possível que o Natal tivesse chegado a muitos dos nossos concidadãos, de outra forma seria mais difícil ter chegado.....

-----Parabéns a todos, e aqui há muitas pessoas ligadas às IPSS's, às Instituições, a esse movimento imenso de voluntariado, por isso deixo aqui esta nota muito positiva de mobilização coletiva das nossas instituições e dos nossos concidadãos.

-----Termino com os votos de um Feliz Ano de 2014, mais positivo e mais afirmativo, com muita confiança para todo o tipo, pessoal, individual, profissional e também para as nossas Instituições. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado do PS, Francisco Marcos.

----- **Francisco Marcos** – Sr. Presidente da Câmara, depois do esclarecimento que o Sr. Presidente de Câmara deu aqui a esta Assembleia, só gostava de lhe dizer que o STAL (Sindicato

dos Trabalhadores da Administração Local) mandou ao Sr. Presidente várias informações, o que é que poderia fazer, e que o Sr. Presidente da Câmara se vem refugiar na CIM.

-----A Câmara Municipal de Bragança, que, no meu ver, a capitalidade e o motor do Distrito deve ser o Município de Bragança, não pode ficar dependente da CIM, deve o Sr. Presidente da Câmara de Bragança tomar as medidas que deve tomar e fazer o acordo coletivo com os trabalhadores, com o sindicato. Mais, até para defender o Sr. Presidente, pegue neste ponto e leve-o ao Executivo, e discuta este ponto com o Executivo. Portanto é isso que se deve discutir, e o Sr. Presidente da Câmara, como membro executivo da CIM, deve dar o esclarecimento ao seu Executivo e também a este órgão deliberativo. Agora, não deixe, Sr. Presidente da Câmara, que essas decisões sejam tomadas na CIM, porque estamos a falar de trabalhadores, Sr. Presidente da Câmara, trabalhadores desta Autarquia, trabalhadores que vivem neste Município, e é a mais valia daquilo que temos de melhor neste Concelho, e que são os trabalhadores da Autarquia, e vê-se pelos trabalhos que executam e a riqueza que é criada neste País tem sido com os trabalhadores da Administração Local. Com certeza deve concordar comigo, não é, Sr. Presidente?.....

----- Também, outra coisa, e, para estas coisas, às vezes, não acontecerem, aqui há dias dizia-me um jovem de setenta anos, que com os anos que tinha nunca tinha visto chover tanto como neste último dia! E uma coisa que se viu, loteamentos que se fizeram sobre linhas de água, e agora viu-se aquilo que aconteceu, as águas, quase que parecia a Madeira, é claro que estas coisas ninguém as pode controlar, pode controlar, sim, na altura do projeto, e quando se estão a fazer estrada em cima de linhas de água acontece isso, como aconteceu na Avenida Abade de Baçal, na Avenida das Forças Armadas. Portanto, prevenir essas situações, com os técnicos da Câmara, portanto é um alerta que queria aqui deixar, para ter atenção, para prevenir essas situações.....

----- E, falando também em horários, outra situação, que ouvi, e estando lá presente, que foi neste Encontro Bial da Mascar, e muito bem, que foi os horários, os da Autarquia que estavam lá para fazer “ A rosca” e que estavam à espera do Executivo, que, por qualquer motivo, também não sei qual seria o motivo, mas houve um atraso significativo. Acho que é um

evento, e é o renascimento de tradições que se deve manter, mas não alargassem para tão tarde, fazerem mais cedo, que era quando estavam pessoas. Isto quase me fez lembrar que, depois de ir a formiga de asa é que vieram os perdigotos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para a sua intervenção, Luís Pires, do PS, recordando que tem três minutos para a sua intervenção.

----- **Luís Pires** – Enquanto me dirigia para aqui, o Sr. Deputado Malhão mostrou-me aqui uma tabela com dados, é precisamente sobre isso que eu vinha aqui falar. O que está aqui também são variações, são valores absolutos, os que disse não correspondem nada aos que estão aqui, não estou a ver que seja verdade estes ou que sejam os seus, o que eu acho que nós nos devemos preocupar é com o seguinte, é que, o que saiu para o País, no jornal público de tiragem nacional, e no Jornal da TVI, é que Bragança foi a única cidade, Bragança/Distrito, foi o único Distrito que teve esta hecatombe, e aquilo que me preocupa, que tal como a mensagem, há bocadinho, do Politécnico, e como já passou no passado, que não metemos alunos, que a Escola Superior de Educação não tem qualidade, Bragança fecha as suas empresas, e, portanto, esta imagem negativa que está a ser dada ao País é que é muito má, e, por vezes, no subconsciente, as pessoas, as famílias que tentem fazer investimentos em Bragança, que querem mandar os seus filhos para Bragança, pensam duas vezes, isto pode ser negativo, e, o que compete a nós, enquanto forças vivas, Câmara, Assembleia, NERBA, é contradizer publicamente, a nível nacional, estes números, só assim é que fazemos um bom trabalho, e não é aqui! Tem que se reagir, conferências de imprensa, falar com os jornalistas, explicar-lhe, nós temos que mostrar que não somos uns coitadinhos. E, o que está aqui, de um ano para o outro, foi cinquenta e três, cento e cinco, em Vila Real – cento e setenta e uma, cento e cinquenta e seis. --

----- Mas, digo-lhe uma coisa, eu tenho lidado, ultimamente, com situações dramáticas de vida, de pessoas que não têm dinheiro para medicamentos, não têm dinheiro para pagar propinas, o Governo não paga as bolsas a tempo, e digo-lhe uma coisa, isso choca-me, é dramático, e eu lutarei, com todas as forças que eu tiver, para que isso seja ultrapassado. São

cento e setenta e uma, nem que fosse uma, eu faria tudo o que fosse possível para que isso fosse invertido.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Estão terminadas as intervenções sobre a Informação Escrita do Sr. Presidente. Temos que passar para o ponto seguinte.

PONTO 4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.2.1 – Documentos Previsionais para o Ano de 2014 – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal, Mapa de Pessoal e Compromissos Plurianuais – Análise, Discussão e votação;.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ I – CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia treze de dezembro do ano de dois mil e treze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Victor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014 – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL, MAPA DE PESSOAL E COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.

Pelo Sr. Presidente e em cumprimento da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto nos artigos 4.º e 5.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, foram presentes as propostas dos documentos acima referidos, para aprovação, tendo concretizado com a seguinte apresentação:

Apresentação:

“Na elaboração das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal de 2014, consideraram-se as opções gerais e específicas de política municipal enquadradas num programa plurianual e que se evidenciam, anualmente, de forma coerente nas previsões financeiras e no plano de ação, seguindo-se as regras do POCAL e legislação complementar, assim como as orientações previstas no Orçamento de Estado para 2014. Os documentos apresentados para aprovação foram detalhadamente construídos em articulação com todos os setores de atividade dos Serviços Municipais.

No ano de 2014, conforme os documentos previsionais aqui apresentados, a Câmara Municipal de Bragança vai gerir um orçamento de 33.867.800 euros, valor consideravelmente inferior ao de anos anteriores, devido, sobretudo, à ausência de fundos comunitários (quadro atual a fechar e indefinição das linhas de apoio no programa Portugal 2020), à perda de receita derivada da redução da taxa do IMI e da redução das verbas transferidas pela Administração Central.

Apesar disso, entendemos ser um orçamento realista, equilibrado e ajustado aos tempos que vivemos, de grandes constrangimentos financeiros, que vai ao encontro das principais necessidades dos Brigantinos, estando em consonância com as linhas programáticas que apresentámos ao eleitorado nas eleições autárquicas, e que garantirá uma política de proximidade, voltada para as pessoas.

O Plano de Atividades Municipal e o Plano Plurianual de Investimentos ascendem a um valor de 9.598.400 euros, sendo 14,75% dedicado às funções gerais, 38,83% às funções sociais e 46,42% às funções económicas, evidenciando as duas grandes áreas de aposta do Executivo.

Na área social, destaque para um importante conjunto de medidas que visam a coesão social e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente dos mais carenciados e desfavorecidos, através do apoio à construção de equipamentos sociais, cuja responsabilidade é das Instituições Particulares de Solidariedade Social, à realização de obras em casas degradadas de famílias carenciadas, tanto no meio urbano como no meio rural.

Na área da educação também são asseguradas medidas sociais: gratuidade dos manuais escolares para todos os alunos carenciados, escalão 1, e redução de 50% para os alunos carenciados, escalão 2; apoio nos transportes escolares para alunos e cidadãos, em geral, carenciados. Ainda na área social, especial referência para a redução de 70% no tarifário de água, saneamento e resíduos para famílias carenciadas e o não aumento do tarifário para a população em geral.

Estas medidas traduzem um esforço financeiro significativo, destinado essencialmente a ajudar as famílias mais carenciadas do concelho.

Em termos de investimento, a Câmara Municipal direciona a sua prioridade para o desenvolvimento sustentado do concelho, apostando na melhoria das condições de vida dos nossos concidadãos.

A rede viária municipal rural continuará a ter uma atenção especial, sendo intervencionada com vista à sua requalificação, bem como nos bairros da cidade, nomeadamente ao nível dos passeios.

O comércio e turismo é uma área que merece atenção, para onde são canalizadas importantes verbas, com vista à promoção do território concelhio, em feiras e certames no exterior, e à dinamização da economia local, com plano de animação da zona histórica e, também, com a elaboração de um plano de regeneração urbana.

A significativa redução do orçamento municipal, não vai ser refletida nas transferências para as Juntas de Freguesia, principais parceiros da Câmara Municipal, uma vez que vão ser mantidos os mesmos montantes de 2013 em receitas de capital, para além do apoio a outros investimentos previstos.

Este é um documento ajustado à realidade municipal, capaz de manter um ritmo sustentado de desenvolvimento do concelho, mau grado o atual quadro de dificuldades orçamentais, mas que não esquece as necessidades das pessoas, sobretudo das que mais precisam, porque cada decisão que tomamos, cada opção que tomamos tem como destinatário último a “pessoa”.

Temos consciência que este documento não reflete tudo o que nele gostaríamos de ver inscrito, mas a nossa missão é continuar a lutar para conseguir atingir, durante o período 2013/2017, os objetivos pretendidos, garantindo o equilíbrio social que permite o desenvolvimento do nosso concelho, contando com a ajuda de todos.”

Seguidamente o Sr. Presidente solicitou aos Srs. Vereadores que se pronunciassem sobre os documentos previsionais para o ano de 2014 – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de atividades Municipal; Mapa de Pessoal e Compromissos Plurianuais.

Intervenção dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

“Os documentos com a importância estratégica para o concelho de Bragança, como são o Orçamento, o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Atividades Municipal, o Mapa de Pessoal e os Compromissos Plurianuais, não podem ser analisados, assimilados e muito menos discutidos num período de apenas dois dias. Acrescentar ainda que neste período não podemos faltar aos nossos compromissos profissionais, o que limita ainda mais a nossa disponibilidade para o estudo e reflexão de documentos que exigem tempo e método para uma discussão séria e eficaz em prol dos destinos do Concelho.

Assim, solicitamos ao Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Bragança que, de futuro, estes documentos e outros similares sejam entregues aos Vereadores com mais tempo de antecedência para uma análise profícua e detalhada porque queremos ser parte da solução”.

Os Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo, colocaram as seguintes questões ao Sr. Presidente:

“Na pág 16, Quadro 4 – Listagem de imóveis a alienar: montante 5.266.359,00Eur. No texto que antecede a apresentação do Quadro, menciona que a previsão de receita para 2014 é de 48,34%. (2.546.800,00Eur). Esta previsão, na sua opinião, é realista? É um ato de gestão viável quando o mercado imobiliário está em baixa? Quantos terrenos foram alienados em 2012 e 2013?

Quanto é que a Câmara Municipal de Bragança vai receber de apoios comunitários? Na pág. 17 Quadro 6 são mencionados 4.196.100Eur. No Orçamento da Receita na pág. 3, no código 10.03.07.01 relativo à designação FEDER apresenta-se o montante de 3.520.300,00Eur. A que se deve este diferencial?

No Orçamento da Despesa na pág. 21, o orçamento da despesa é reforçado em 8,97%. As despesas com pessoal aumentaram 1,86%. Sendo assim, o montante que falta para perfazer 8,97%, em que rubrica ou rubricas é mencionado?

Tendo a Câmara Municipal de Bragança técnicos altamente qualificados, por que razão aumenta a aquisição de serviços em 8,22%? [pág. 22]

O Plano Plurianual de Investimentos deve projetar o ciclo governativo de 4 anos. Quantos projetos novos são apresentados?

No Orçamento da Despesa pág. 4 no código 08.05.01.02 e designação Freguesias, o montante citado é de 983.600,00Eur. No Quadro 23 que nos apresenta na pág. 123 com o título “Previsões de transferências de Capital para as Freguesias” constam 371.900Eur. Porquê esta discrepância?

Em relação ao Quadro 23 da pág. 123 “Previsões de transferências de Capital para as Freguesias”, qual ou quais os critérios de atribuição dos referidos montantes? Ouviu os Presidentes de Junta de Freguesia e das Uniões de Freguesias?

Em relação à promessa eleitoral, viaturas de 9 lugares para as freguesias, onde estão contempladas neste Plano Plurianual de Investimento?

Em relação ao orçamento participativo, nomeadamente o jovem, não vislumbramos qualquer intenção de aceitação de propostas dos cidadãos. Porquê esta lacuna?

A ausência de qualquer menção no Plano em relação ao Conselho Municipal da Juventude é mero esquecimento? E em relação ao Plano Municipal da Juventude para o Concelho de Bragança? Porque não é mencionado?

Os projetos de saneamento mencionados na pág. 78 só serão possíveis de executar se houver financiamento comunitário?

Na pág. 113, Rede viária e sinalização, a beneficiação e repavimentação das vias inclui 2. Na pág. 49 podemos constatar que foram incluídas 9 vias. Qual é o motivo desta disparidade? Os trabalhos de beneficiação e pavimentação, segundo o mencionado no texto da pág. 113, só serão executados desde que garantidos os recursos financeiros conforme previstos, ora se neste âmbito não haverá participação de fundos comunitários dado não serem elegíveis, como pretende resolver o problema?

Só lança as obras de ampliação da zona industrial se houver apoios comunitários?
[pág.110]

Está a pensar num plano de dinamização, revitalização e recuperação do Centro Histórico?

Na pág. 50 (Plano de Atividades Municipal), Quadro 22, no código 3.4.2 Funções gerais Turismo, apresenta a um valor de investimento de 4.500Eur. É com este montante que pretende dinamizar, promover e vender o produto Bragança?

Na pág. 45, no Quadro 20 – Resumo das Grandes Opções do Plano no período 2013-2014, verificamos um claro desinvestimento na Educação (PPI - 79,72%), na Ação Social (PAM - 59,88%), no Comércio e Turismo (GOP'S - 42,56%) e na Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca apenas contempla 3 500Eur. (GOP'S). Porquê?

Há algum plano concertado para a captação de investimento de empresas privadas para o Concelho de Bragança?

Existe um gabinete de planeamento e estudos na Câmara Municipal de Bragança?

Estão previstos projetos estruturantes para o Concelho e para a Região, que a Câmara Municipal de Bragança possa apresentar na Comunidade Intermunicipal? Se sim, quais?

E ao nível da CIM? Existem projetos estruturantes delineados para a região?"

Intervenção do Sr. Presidente, em resposta às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

Relativamente à previsão de receita com a venda de terrenos, esclareceu que como toda a informação contida nestes documentos é uma mera previsão, acrescentando ainda que em 2012 houve algumas alienações de terrenos.

Informou ainda o Sr. Presidente, que:

“Nas fontes de financiamento da receita previstas no Quadro 6, os “Apoios Comunitários e Outras” são responsáveis pelo valor de 4 196 100,00 euros. No mapa nominal e descritivo de todos os projetos financiados pelo FEDER e de acordo com as candidaturas aprovadas a previsão da receita é de 3 520 221,00 euros. Assim, como se constata, os mapas referidos não contêm a mesma informação, completam-se.

Nas despesas com pessoal consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

Compreendem também as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o esquema de segurança social dos seus funcionários.

Quanto à despesa efetiva com remunerações e outras despesas de pessoal, o acréscimo referido resulta dos novos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal para 2014 e do aumento dos encargos com a CGA, já previstos na LOE para 2014. O maior incremento na despesa corrente regista-se nas aquisições de bens e serviços, nomeadamente, transportes escolares, fornecimento de energia, fornecimento de gás, segurança e limpeza das instalações municipais, refeições escolares, recolha de tratamento de lixos e comunicações.

O acréscimo de 8,22% de aquisição de serviços, resulta da prestação de serviços para os quais o pessoal Municipal não tem capacidade, nem competências para responder, como já foi referido. Os técnicos altamente qualificados a que se refere desenvolvem um trabalho de excelência no Município.

Por exemplo os dois técnicos superiores juristas, como funcionários municipais, estão impedidos de intervir nos Tribunais de Jurisdição Civil.

Os projetos são os que constam no documento apresentado e os possíveis no atual contexto. Estamos ainda a definir alguns projetos que inscreveremos no PPI dos próximos anos. Tentámos ser muito realistas no âmbito da elaboração dos Planos Provisionais.

O critério de transferências para as Juntas de Freguesia foi o de manter exatamente o montante transferido em 2013, sem fazer refletir nessa transferência a diminuição registada nas transferências da Administração Central para os municípios, face ao ano 2013. A discrepância reside no facto de uma verba dizer respeito ao PAM e outra ao PPI. Não foram ouvidos os Presidentes de Junta, mas acredito, que sabedores desta situação, não contestem o

critério estabelecido. Quanto aos outros investimentos nas Juntas de Freguesia, serão articulados ao longo do ano com os Presidentes das Juntas de Freguesia.

No próximo ano vamos implementar o Conselho Municipal da Juventude.

Quanto aos projetos de execução de saneamento de facto só serão executados se houver financiamento comunitário, não deixando de, em qualquer circunstância, responder a situações, agora, imprevistas e urgentes.

Quanto à beneficiação e repavimentação de estradas, os trabalhos serão iniciados em 2014 e as restantes já se encontram em execução e serão efetivamente pagas em 2014, não sendo elegíveis a fundos comunitários.

A ampliação da zona industrial está condicionada à obtenção de fundos comunitários.

Sim, estamos a elaborar um plano de dinamização do Centro Histórico, que apresentaremos oportunamente, que terá a componente turística, económica, lúdica, cultural.

O investimento na Educação é o necessário para assegurar o normal funcionamento das escolas, tendo em vista as competências atribuídas às autarquias.

A captação de investimento de empresas privadas está a ser desenvolvida através do Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia EcoPark, tendo a Câmara Municipal de Bragança e o Instituto Politécnico de Bragança um trabalho de parceria que dará frutos.

O Município de Bragança tem elaborado um plano estratégico para o desenvolvimento do Concelho nas áreas da Educação, Saúde, Agricultura, Turismo, Economia, Acessibilidades, Comércio, projetos estruturantes que apresentaremos na CIM, tal como já foram apresentados noutros fóruns, alguns deles já inscritos como prioritários para candidatura a fundos comunitários.”

De seguida passou-se à votação dos documentos previsionais para o ano de 2014 – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal; Mapa de Pessoal e Compromissos Plurianuais:

Declaração de voto dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

“Considerando que no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Atividades Municipal está plasmada uma política de investimentos da qual nós sempre estivemos em desacordo ao longo dos anos;

Considerando que o Plano só contempla obras já iniciadas, concluídas ou em fase de acabamento, o que nos leva a pensar na ausência de estratégias e projetos para o futuro deste Concelho;

Considerando que o Plano Plurianual de Investimentos deve ser e citamos “para um horizonte móvel para 4 anos” (pág. 46), ora o presente deixa de ser plurianual para ser meramente anual, o que revela ausência de planeamento e ideias para o futuro;

Considerando que não existem no documento estratégias bem definidas para o desenvolvimento económico, criação de emprego e fixação de empresas no Concelho;

Considerando que não existe qualquer alusão a um plano de dinamização, revitalização e recuperação do Centro Histórico;

Considerando que não estão previstos projetos estruturantes para o Concelho e para a Região que a Câmara Municipal de Bragança possa apresentar na Comunidade Intermunicipal;

Considerando que o montante atribuído ao Turismo no Plano Plurianual de Atividades Municipais (PAM) é manifestamente irrisório;

Considerando que não se vislumbra um plano sério, estratégico no setor do Turismo de captação e de divulgação, para “vender” o Produto Bragança;

Considerando que não existe plano de apoio (isenção de taxas e impostos) para os comerciantes e industriais desta cidade;

Considerando que em relação às Juntas de Freguesia continuamos a assistir a uma política de subserviência com apoios manifestamente reduzidos, o que denota uma centralização do poder e não, como deveria, uma transferência de competências e correspondentes meios financeiros;

Considerando que não existe qualquer menção de criar o Conselho Municipal de Juventude e também o Plano Municipal de Juventude para o Concelho de Bragança;

Considerando que a fraca aposta nas funções sociais, nomeadamente na Educação e Ação Social, revela em tempos de crise uma insensibilidade social assumida e uma posição ideológica que é de registar;

Considerando que nas funções económicas a fraca aposta na rubrica Agricultura pecuária, silvicultura, caça e pesca revela a pouca importância dada a um setor que é fundamental para a nossa economia, desenvolvimento e coesão social;

Considerando que faz depender a execução dos projetos de saneamento básico à condição de apoios comunitários;

Considerando que estamos perante os primeiros meses de mandato do atual executivo e portanto com pouco tempo de exercício dos cargos;

Considerando que queremos assumir uma postura de diálogo e colaboração, mais voltada para a solução do que para a criação de problemas;

Considerando que deve haver margem de entendimento para aceitação das propostas que iremos continuar a apresentar;

Considerando que não houve tempo para a apresentação de propostas quer aos vereadores quer aos presidentes de Junta e representantes dos grupos municipais eleitos;

Votamos Abstenção.”

Declaração de voto do Sr. Vereador, Humberto Rocha

O Sr. Vereador ditou para ata a seguinte declaração de voto:

“Abstenho-me na votação do Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal, Mapa de Pessoal e Compromissos Plurianuais, pelas razões que a seguir indico:

1. Trata-se de um Orçamento de continuidade, cinzento e sem perspetivas de futuro.
2. Não há neste documento qualquer obra nova estruturante.
3. Num contexto de forte pressão económica, aumenta fortemente a despesa com o pessoal.
4. No campo social, este Orçamento é uma negação dos objetivos assumidos como bandeira eleitoral da maioria que compõe este Executivo.
5. Na educação, a despesa proposta para investimento é irrisória. Não é cumprida sequer a lei, em matéria de refeitórios escolares e apoio social a deficientes.
6. Em matéria de rede viária e transportes, não há nenhuma perspetiva de investimento relativamente ao reajustamento motivado pela reorganização das freguesias.
7. Há simetrias dentro do Concelho (a título de exemplo, cito o caso da ligação de Freixedelo ao planalto de Outeiro) que nem sequer são equacionadas.
8. Há freguesias, algumas das maiores do meio rural, que nem sequer mereceram qualquer referência nestes documentos, por antítese com a pressão desenfreada a que foram sujeitas durante o período de campanha eleitoral (a título de exemplo, cito o a freguesia de Parada).
9. Considero fortemente negativa a atitude do Sr. Presidente da Câmara, ao confrontar a oposição com um Orçamento e Plano na sua forma definitiva não dando sequer oportunidade à participação na sua elaboração, o que certamente contribuiria para a sua melhoria.

As razões atrás invocadas seriam razões mais do que suficientes para votar contra o Orçamento e Plano. Porém, tratando-se do primeiro Orçamento e Plano da responsabilidade deste executivo e porque são documentos fortemente marcados pela personalidade do

Presidente do Executivo anterior e pela gestão de que foi responsável vou abster-me na sua votação reservando, uma apreciação mais rigorosa para momentos posteriores.”

Declaração de voto do Sr. Vereador, Gilberto Batista

Voto favoravelmente o Orçamento, o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Atividades Municipal, o Mapa de Pessoal e Compromissos Plurianuais para 2014, aqui apresentado, porque os mesmos consubstanciam objetivamente as propostas apresentadas aos Brigantinos e por eles votadas e sufragadas no ato eleitoral ocorrido a 29 de setembro.

Não obstante o atual quadro conjuntural particularmente adverso subjacente à elaboração deste Orçamento Municipal, pois dado encontrarmo-nos num ano de transição do quadro comunitário com todas as indefinições daí resultantes, como podemos constatar da observação do ocorrido em períodos análogos, é aqui apresentado um documento revelador de que na sua génese esteve um cuidado exercício previsionar gerador de um Orçamento realista quanto aos pressupostos da receita e da despesa e ainda capaz de refletir muito claramente a aposta nas pessoas que são objetivamente os destinatários do exercício do poder autárquico.

O anteriormente referido é fundamentado pelos números constantes no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Atividades Municipais onde verificamos que 38,83% serão afetados às funções sociais e 46,42% às funções económicas. Da conjugação destes dois fatores resulta claramente o tentar minimizar o impacto da atual conjuntura sócio económica junto dos mais carenciados, e por outro lado apostar num apoio concreto ao tecido empresarial, trabalhando estrategicamente os recursos disponíveis em termos previsionais para catalisar e otimizar as suas apostas, apostando este Orçamento muito claramente na promoção do desenvolvimento e promoção económica ao nível interno e externo.

Este orçamento fomenta uma aposta clara na regeneração urbana, no apoio à economia social, na dinamização e animação da zona histórica, no apoio ao mundo rural, no apoio às Juntas de Freguesia do nosso concelho, nas parcerias com as Instituições dos diferentes níveis de ensino aqui sedeadas, nas agremiações de índole desportiva, cultural e social, em síntese aposta claramente na comunidade como um todo.”

Declaração de voto do Sra. Vereadora, Cristina Figueiredo

“Assistimos hoje a uma crescente instabilidade social e económica que deriva, invariavelmente, numa depreciação da qualidade de vida, da harmonia familiar e da educação. Essas consequências tendem a materializar-se numa procura mais expressiva de respostas por parte das entidades, por natureza, mais vocacionadas para esse efeito, entre as quais se encontra o Município enquanto agente facilitador e agregador.

O presente documento reflete, na sua totalidade, o que considero serem as medidas possíveis à luz da conjuntura atual e que mais se adequam às principais pretensões da população.

Nesse sentido, voto a favor das propostas inscritas no documento de Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Compromissos Plurianuais para o Município de Bragança relativas ao Ano de 2014.”

Declaração de voto do Sr. Vereador, Paulo Xavier

“O Orçamento proposto é um Orçamento equilibrado e ajustado à realidade em que vivemos. Visa a sustentabilidade orçamental, conduzindo o Município a honrar agora e no futuro os seus compromissos, sem por em causa aspetos fundamentais da soberania e da cidadania.

Estabelecendo uma comparação com o Orçamento ainda em execução, podemos ver que, tal como este ano o Orçamento para 2014 pretende salvaguardar as despesas dando especial atenção as decorrentes das funções sociais e económicas no Município de Bragança.

Mais especificamente, a esse nível, podemos verificar uma contínua aposta na Educação, Ação Social e Habitação e Serviços Coletivos.

Também ao nível das funções económicas, em particular na, Indústria e Energia, Transportes e Comunicações, as dotações disponíveis no presente Orçamento, irão contribuir para uma melhor qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos.

Por isso voto favoravelmente este Orçamento. “

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Paulo Xavier, Cristina Figueiredo e Gilberto Batista, e três abstenções dos Srs. Vereadores, Victor Pereira, André Novo e Humberto Francisco da Rocha, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2014 – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal, Mapa de Pessoal e Compromissos Plurianuais, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter as propostas dos documentos, para aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com as alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para os efeitos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do disposto nos artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e para os efeitos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de dezembro de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – ANEXO I Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2014”

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra, agora sim, com tempo suficiente, com quarenta e dois minutos, para poder fazer a apreciação e responder às questões que lhe venham a ser formuladas.

----- **Presidente da Câmara** – Como neste ponto vou ter muito tempo, ao que parece, posso dispensar algum desse tempo para tentar responder às perguntas que há bocado foram colocadas.

----- No que concerne à proposta para uma área de reabilitação urbana, Sr.ª Deputada, posso informá-la, desde já, que já estamos a trabalhar nisso, já estamos a definir, com uma outra Entidade, aquilo que vamos fazer no futuro. Estamos certos que durante este ano, e não será muito tarde, teremos, seguramente, uma proposta de reabilitação urbana para poder apresentar.

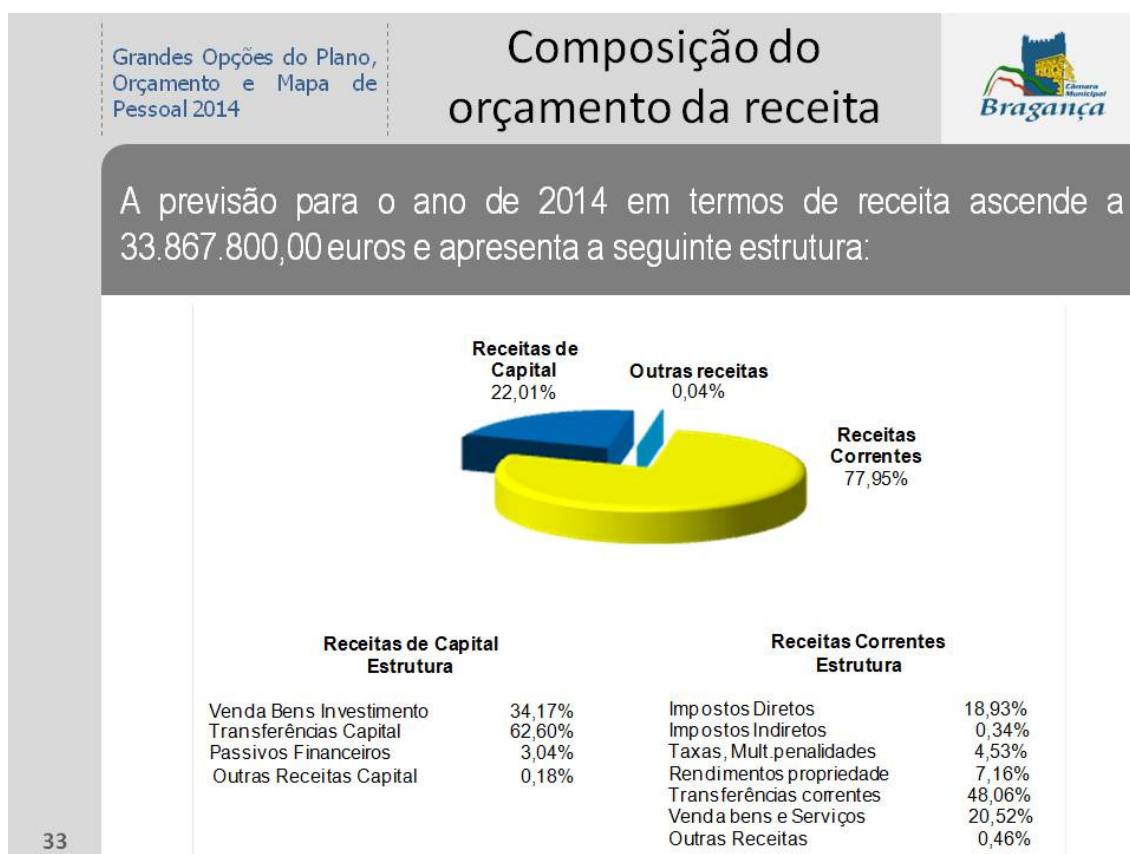
----- Aliás, só para deixar a Sr.ª Deputada descansada, essa também era uma preocupação nossa e foi um compromisso eleitoral e estamos a dar mostras que estamos a cumprir praticamente tudo aquilo que prometemos, por isso é preciso também ter confiança no futuro, e esse também era o nosso lema, seguramente lá chegaremos.

----- Relativamente à questão do STAL, pois bem, efetivamente o STAL enviou uma proposta para a Câmara Municipal, eu até agradeço muito os seus conselhos, mas quem tem a responsabilidade de gerir somos nós, mas deixe que nós tomemos as nossas decisões, nós também queremos tomá-las.

----- E também concordo consigo, noutra questão, o elogio que teceu aqui aos trabalhadores do município, são efetivamente os melhores trabalhadores que há, temos a noção clara disso. Fazem imenso trabalho, trabalham muito bem, de facto temos os melhores trabalhadores que poderíamos ter.

----- Relativamente à questão da Máscara, não percebi a sua preocupação sobre a questão do atraso, não sei a que se refere, posso dizer aqui, relativamente ao Executivo, tivemos a Sr.ª Vereadora da Cultura a acompanhar o processo desde o início.

----- Vamos avançar, agora, para a proposta do Plano e Orçamento.....



----- Relativamente ao Orçamento para 2014, em que apresentamos aqui os documentos provisionais, o PPI, o Plano e as G.O.P. Para este ano de 2014 efetivamente o nosso Orçamento vai ter uma redução de 15, 21%, isso traduz-se, como todos já devem ter lido no documento, pela redução dos fundos comunitários, e isso acontece por uma razão simples, é que, neste

momento, estamos a encerrar um quadro financeiro e não sabemos, ainda, o que aí vem no novo quadro financeiro, no Portugal 20/20, e, também, como não poderíamos inscrever no Orçamento aquilo que temos como ideias, mas que não têm a correspondente financeira, o nosso Orçamento teve que ser reduzido, tivemos que fazer aqui ajustamentos àquilo que nos parece ser um Orçamento realista, um Orçamento que não tem aqui nenhum tipo de magia associada para conseguirmos ter mais receitas, e, portanto, estamos a falar daquilo que efetivamente, nesta altura, nos tempos em que nós vivemos, é possível.

----- O Orçamento vai ter uma receita e uma despesa, como é evidente, do mesmo valor, de trinta e três milhões, oitocentos e sessenta e sete mil e oitocentos euros, como já disse, há bocadinho. É uma redução de quinze vírgula vinte e um por cento, comparativamente com o Orçamento de dois mil e treze. O Orçamento da Receita, neste caso particular, é constituído pelas receitas de capital, que representam vinte e dois ponto zero um por cento, outras receitas com valor muito baixinho, zero ponto zero quatro por cento, e depois com as receitas correntes, com setenta e sete ponto noventa e cinco por cento.

----- As receitas de capital, com a venda de bens e investimento, que representa trinta e quatro ponto dezassete por cento; transferências de capital com sessenta e dois ponto sessenta por cento; os passivos financeiros com três ponto zero quatro por cento, e as receitas de capital com zero ponto dezoito por cento.

----- Nas receitas correntes, com os impostos diretos a terem um peso de dezoito ponto noventa e três por cento; os indiretos, com muito menos, zero ponto trinta e quatro; as taxas, multas e penalidades com quatro ponto cinquenta e três por cento; os rendimentos de propriedade com sete ponto dezasseis; Transferências correntes com quarenta e oito ponto zero seis; venda de bens e serviços com vinte ponto cinquenta e dois, e outras receitas com valor muito baixo.

----- Isto significa que nós, como os Srs. já se devem ter apercebido, o Orçamento, tem uma boa parte de muitas receitas e despesas na parte de correntes e pouco de capital, significa o seguinte.

----- Desde dois mil e onze que o Orçamento, nomeadamente as transferências que vinham da Administração Central vinham com a seguinte dotação: despesas correntes - com sessenta por cento, e capital - quarenta por cento.

----- Em dois mil treze aconteceu o seguinte: Despesas correntes – oitenta por cento; despesas de capital – vinte.....

----- Para 2014 o que está previsto no Orçamento Geral do Estado é: Transferências para os Municípios – noventa, de correntes, e dez de capital, significa que vai ser um investimento muito inferior, porque já, só por essa via, o próprio Orçamento fica condicionado à execução daquilo que são os investimentos, despesas de capital, e nós não podemos fazer investimentos se não tivermos receitas, pois se estamos a perder receita, significa que efetivamente o condicionamento à execução de determinado tipo de despesas é enorme para dois mil e catorze.

Grandes Opções do Plano,
Orçamento e Mapa de
Pessoal 2014

Estrutura do Orçamento de Receita por fontes de financiamento

- As transferências provenientes diretamente do Orçamento de Estado através do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e da Participação Variável no IRS representam 38,85% dos recursos. Salienta-se a variação negativa de 2,76% (i.e. 373.200,00€) comparativamente ao ano de 2013;
- As receitas provenientes de apoios comunitários e outros refletem uma diminuição de 58,90% relativamente a 2013 e representam 12,39% na estrutura das fontes de financiamento;




-----No entanto, temos ali a estrutura do Orçamento de Receita por fontes de financiamento, em que vemos que as receitas próprias do Município representam quarenta e oito ponto zero nove; o Fundo de Equilíbrio Financeiro/Fundo Social Municipal e a Participação Variável do IRS representam trinta e oito ponto oitenta e cinco por cento, e, depois, temos empréstimos com um valor de zero ponto sessenta e sete; Apoios Comunitários e Outros com doze ponto trinta e nove. Isto é a estrutura que nós temos ao nível das receitas.....

----- Como está escrito em cima, as receitas provenientes de apoios comunitários e outros refletem uma diminuição de cinquenta e oito ponto noventa por cento, nós vamos ter uma quebra deste tipo de receitas, na ordem dos sessenta por cento, que é um valor elevadíssimo, é verdade, mas também a justificação está dada, pela razão que eu, há bocado, aponte, pelo facto de estarmos no final de um Quadro Comunitário e o início de um completamente indefinido, ainda sem sabermos quais são as linhas de apoio onde podemos ir buscar financiamento.....

Grandes Opções do Plano,
Orçamento e Mapa de
Pessoal 2014

Principais projetos cofinanciados

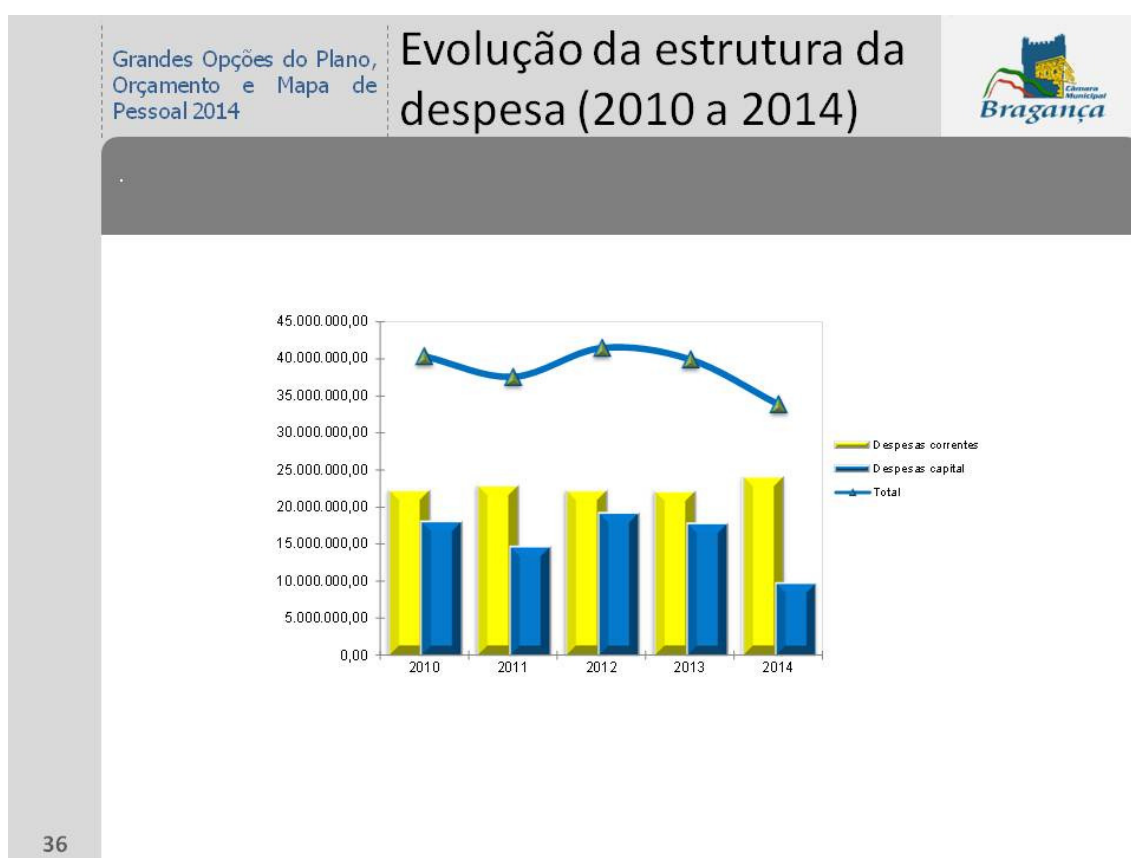


Projeto	Origem do Financiamento	Valor
Integração das TIC nos Processos de Ensino e Aprendizagem	FEDER	98.674 €
XVII Congresso da EARMA e II Encontro de Cooperação Europa América de Gestores de Ciência	FEDER	57.928 €
Loja Interactiva de Turismo de Bragança	FEDER	305.000 €
Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones	FEDER	24.000 €
Recinto da Feira de Bragança – Porta da rota da terra fria de Bragança	FEDER	492.035 €
Construção do Centro de Saúde de Santa Maria - Bragança II	FEDER	219.691 €
Requalificação da Rede Escolar - Centro Escolar da Sé	FEDER	116.090 €
Requalificação da Rede Escolar - EB1 Rebordões	FEDER	4.307 €
Requalificação da Rede Escolar - EB1 De Quintaniha	FEDER	2.259 €
Requalificação da Rede Escolar - Centro Escolar de Santa Maria	FEDER	105.751 €
EcoDomus - Centro de referência na áreas do urbanismo sustentável	FEDER	234.741 €
EcoPólis - Centro de Referência em Construção Sustentável	FEDER	205.863 €
Criação de Praça da Nova Mãe d'Água	FEDER	13.590 €
Criação da Ciclovia da Mãe d'Água	FEDER	54.340 €
Reperilamento da Avenida General Humberto Delgado	FEDER	361.794 €
Circuito de Manutenção de Santa Apolónia	FEDER	111.823 €
Escola de Dança	FEDER	10.355 €
Domus Universitária	FEDER	31.875 €
Casa da Seda	FEDER	2.093 €
Casa da Cidade	FEDER	- 20.642 €
Forno Comunitário	FEDER	9.820 €
Construção da Circular Interior - Troço da Mãe d'Água	FEDER	38.951 €
Melhoria da eficiência energética em habitações do Bairro Social da Mãe d'Água	FEDER	27.174 €
Conservação e Sinalização da Rede Viária Municipal	FEDER	192.140 €
Melhor Mobilidade	FEDER	149.211 €
Ciclo Urbano da Água - Vertente em Beira - Bragança	FCOESÃO	643.558 €
Melhor Gestão dos Riscos Naturais	FCOESÃO	27.801 €
Total		3.520.221 €

Com exceção do projeto de instalação de Loja Interativa de Turismo de Bragança as restantes receitas provenientes de fundos comunitários referem-se a projetos já concluídos ou em curso.

35

-----Os principais projetos cofinanciados são os que ali estão referidos, com uma Loja Interactiva de Turismo de Bragança, que pode ser, digamos, a mais significativa para este caso particular. Os Srs. estão a ver ali esta listagem de variadíssimos projetos e o dinheiro que nós ainda iremos receber em dois mil e catorze é algum dinheiro que vai pagar projetos já em execução, portanto ainda não estão finalizados, nem física nem financeiramente, e, terão que ser pagos em dois mil e catorze, por isso aquela listagem que está ali na imagem.....



-----Relativamente à evolução da estrutura da despesa, desde dois mil e dez a dois mil e catorze, por este gráfico percebemos que nós temos mantido uma despesa, ao nível das despesas correntes, com um ligeiro acréscimo no ano de dois mil e catorze, como se pode ver ali, que é aquela barra amarela, e, depois, as despesas de capital, como também é ali

perfeitamente notório, com uma redução, aquela que eu, há bocado, referi, na ordem dos setenta por cento relativamente ao ano de dois mil e treze.

----- Percebe-se, perfeitamente, que durante o Quadro Comunitário vigente, as despesas correntes andaram ali mais ou menos equilibradas, também as despesas de capital, excepto o ano de dois mil e onze, que baixaram ligeiramente, os anos de dois mil e doze e dois mil e treze foram ambos muito bons ao nível da captação de investimentos e de dinheiros de fundos comunitários para investimento no nosso Município, por isso em dois mil e catorze, percebe-se aquela redução que eu, há bocado, falei, dos setenta por cento, que é aquilo que nós temos ali, naquela barra azul.



----- Aqui temos a evolução do ativo fixo bruto do Município, reportado a setembro de dois mil e treze e que, comparativamente com o ano de dois mil e doze, teve um aumento de cinco ponto trinta e sete por cento. Percebe-se, perfeitamente, que o ativo fixo do Município tem

vindo a aumentar consecutiva e anualmente, e, neste momento, fixa-se em duzentos e cinquenta e cinco milhões de euros.....

----- Relativamente à questão do Orçamento, uma vez que este documento foi distribuído por todos os senhores, aqui presentes, eu deixaria que pudessem, numa fase posterior, colocar as questões que entenderem e que eu consiga, obviamente, responder. Estarei à vossa disposição para isso, sendo que todos devem ter lido muito bem o documento, devem ter percebido exatamente aquilo que o Executivo Municipal pretende para o ano de dois mil e catorze, e, sendo certo que, com menos receita, também, obrigatoriamente, teremos que fazer menos despesa.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Está, pois, aberto o período de inscrição para pedidos de esclarecimentos à Câmara Municipal.

----- Vamos iniciar os pedidos de esclarecimento com o Membro Francisco Pinheiro, do CDS/PP.

----- **Francisco Pinheiro** – Esta é uma intervenção muito rápida. Nas Opções do Plano e Orçamento para dois mil e catorze, é que o Orçamento do próximo ano vai ser igual à média dos últimos dez anos, portanto não vamos partir com uma diferença de dezasseis ou trinta, se virmos o orçamento dos últimos dez anos, a diferença será de zero vírgula zero dois ou zero três, era só para elucidar os restantes membros da Assembleia, vamos partir com um Orçamento que é igual à média dos últimos dez anos. Se o Sr. Presidente tiver outros números que possam ir contra o que eu disse... ..

----- **Presidente da Mesa** – Bruno Veloso, do PS, tem a palavra.

----- **Bruno Veloso** – Antes de passar diretamente às perguntas, de facto o Sr. Presidente foi eleito para tomar decisões, e que longe de nós querer disputar o seu cargo e as suas funções antes do próximo ciclo eleitoral, daqui a quatro anos. Mas, como deve entender, temos o direito de oposição, e o direito de oposição não é só fazer crítica, muitas vezes já fomos acusados de fazer aqui críticas destrutivas, nós temos sempre a tentação e é esse o nosso

papel, enquanto oposição, de apontar diferentes caminhos e apontar soluções, e, também, de alguma forma, quando achamos que as suas opções não são as melhores, dizer-lhe, de alguma forma, quais são as nossas opções, assim, ninguém quer disputar, sabemos muito bem que o Senhor foi, de facto, eleito para tomar decisões e para o exercício das suas funções.

----- Relativamente a este ponto, Sr. Presidente, há um número que, de facto, gostaria que explicasse, ao relativo pormenor, tem a ver com as receitas e aos bens imóveis, aqui o Sr. Presidente refere que pretende auferir dois milhões e quinhentos mil euros no próximo ano. Eu gostaria que nos explicasse, trazer-nos um quadro com as potenciais vendas de alguns terrenos, e a pergunta concreta que eu lhe fazia é se, de facto, já tem, de alguma forma, esses negócios agendados, se já tem compradores, se esse investimento, de facto, é credível ou não. .

----- Em segundo lugar, gostaria de lhe perguntar qual a razão do aumento da aquisição dos serviços na ordem dos oito por cento, e estamos a falar de serviços, perguntar-lhe se a própria Autarquia não teria, com os seus tão excelentes funcionários, que nós reconhecemos, capacidade para a prestação de alguns desses serviços.....

----- E, também perguntar-lhe, ainda, relativamente à captação de investimento do Parque Tecnológico, de facto foi uma obra emblemática do Sr. Eng.º Jorge Nunes, e que o seu Executivo parece continuar a querer assumir, embora com alguma indefinição, perguntar-lhe como é que está esse processo, porque muito se tem falado, se haveria acordos ou se havia tentativas de negociação com algumas empresas de renome, particularmente com a PT, com a EDP, e numa das últimas parecia que havia um acordo já bastante avançado com uma empresa internacional, que era a Bayer, e, portanto, gostaria que nos dissesse se existe algo concreto, palpável, ou se existe alguma esperança nesse sentido.....

----- Também, perguntar-lhe, Sr. Presidente, quais os critérios que pautaram para a atribuição das verbas a atribuir para as Juntas de Freguesia e se em algum momento ouviu, durante a execução deste Plano, os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia para essa elaboração.....

----- Uma última pergunta – A expansão da Zona Industrial e saneamento - o Sr. Presidente só está em condições de garantir estes investimentos se tiver financiamento?

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para formular o seu pedido de esclarecimento, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortes, Sr. António Pires.

----- **António Pires** – Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário, Sr.^a Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros Colegas, Público em geral, bom dia a todos e umas Boas Festas, desejos de um bom 2014 para todos.....

----- Sr. Presidente, é com bom grado que vejo inscrito no Plano de Atividades e Orçamento a construção, pelo menos a intenção, de fazer o saneamento nas aldeias de Lanção e Viduedo, pois sem intenção nada se faz, ainda que, para Lanção esteja depois inscrito no quadro da última rubrica e Viduedo não esteja, não sei, deve ter sido algum lapso. Mas, quero alertá-lo também para que não se esqueça que em Sortes metade da rede ainda está por construir, e há muitas casas, não sei se o Sr. Presidente tem conhecimento, que estão com as fossas mal colocadas e as águas residuais caem para a rua e dão mau cheiro e dão mau ambiente. Queria procurar se realmente essa obra, ou os saneamentos para Viduedo e Lanção, é só para um estudo ou se é mesmo para concluir, para fazer durante este mandato.

----- Quanto a pavimentações não vi grande inscrição no calcetamento, na colocação de paralelos, pois acho que talvez já passasse um pouco essa moda, mas na minha freguesia ainda não chega, ainda temos ruas por acabar de calcetar. Foi aprovado no nosso Plano e Orçamento a intenção, já vinha da outra antiga Junta, e, com o apoio da Câmara Municipal, fazer estas ruas, eu acho que todas as pessoas têm o direito de chegar a casa sem levar lama nos pés. Mas tenho que procurar, porque continua intenção da Câmara apoiar estes projetos, são pequenos mas são de grande relevância.

----- Vejo também escrito no Plano de Atividades e Orçamento a construção de algumas barragens, pois louvo, ao máximo, essa ideia, porque devemos aproveitar ao máximo os potenciais que podemos ter no nosso Concelho, que não têm sido aproveitados, desperdiçamos muita energia, pensando que poupamos por não construir essas barragens.

----- E queria deixar aqui uma achega, porque não fazer um estudo na nascente da barragem do Rio Penacal, em Lanção, pois poderia construir-se ali uma barragem com bom

aproveitamento, que, com pouco custo, ficava a uma cota a nível do sul do Distrito, bastante elevada, que daria acesso a muitas localidades, a muitas aldeias, podiam servir muita população.

----- E, já agora, puxar a brasa um pouco para a minha sardinha, dizer que em Lanção pode ser construída uma charca, uma barragem mais pequena, num local muito bom, que resolveria o problema do abastecimento de água na Freguesia de Sortes, uma vez por todas, e, talvez, com o desperdício que temos, no gasto da energia, para abastecer Izeda e Sortes poderíamos construir um depósito em sortes, Sr. Presidente, que é também uma necessidade, porque enquanto tivermos aquele depósito sujeitamo-nos sempre a ter as cobras na rede pública.

----- Queria deixar aqui um aparte, o Sr. Presidente falou aqui na colocação do sal, no tempo do gelo, pois vejo com bons olhos a colocação do sal, por causa do gelo. Nós temos algum sal em Sortes, temos aplicado não às custas da Freguesia mas sim às nossas próprias custas, porque não temos meios para o fazer às custas sequer da Junta de Freguesia, tem que ser às nossas próprias custas, temo-lo feito, mesmo assim não evitámos, um dia fomos surpreendidos com o gelo que realmente ocupou a estrada toda, um carro destruiu-se por completo, acho que o Sr. Presidente já tem conhecimento, o abrigo para a espera dos autocarros, que foi sorte, aconteceu o caso passados alguns quinze minutos que as crianças tinham saído do local.

----- Portanto, agradecia que o Sr. Presidente nos pusesse algum sal nas freguesias, onde é preciso fazer essa distribuição, e monitorizasse o modo de o colocarmos, porque a Câmara também não poderá chegar a todos os lugares, e na estrada entre Viduedo e Lanção é necessário colocá-lo, pelo menos, uma vez por semana, quando há gelo.

----- Muito obrigado a todos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Tem a palavra, agora, o Membro Luís Pires, do PS, para formular o seu pedido de esclarecimento à Câmara.

----- **Luís Pires** – Mais uma vez, muito bom dia. A intervenção que me antecedeu mostra bem a importância das tais coisas que nós, às vezes, tentamos desvalorizar, aqueles

pormenores que são importantes na vida de muita gente, no entanto não é sobre isso que eu venho aqui falar.....

----- O sonho comanda a vida, e, tal como diz essa frase, Sr. Presidente, eu pergunto-lhe o que é que sonhou, e venho-lhe perguntar o que é que sonhou desde setembro até agora, o que é que sonhou para Bragança. Nós estamos numa fase importantíssima, estamos numa fase de negociação de quadros comunitários, pelo menos das linhas que vão enquadrar os futuros investimentos, e nós sabemos da campanha eleitoral, aliás está disponível ainda no vimeo, que é um grande auxílio, a gente quando tem alguma dúvida vai vê-lo, fazia parte das intenções do Presidente da Câmara, algo que não desvalorizo, é importante, que é as acessibilidades, ligação da Sanábria, ligação da A6, etc., portanto um conjunto de infraestruturas que não vão ser financiadas, e, portanto, aquilo que eu perguntava ao Sr. Presidente da Câmara, é, se este era um dos sonhos, se acordou e fica triste, se acordou e tem outro sonho, qual é o caminho que vai percorrer, de que forma é que vai proceder no sentido de que aquilo que seriam as linhas diretoras do seu projeto, aquilo que os Brigantinos disseram sim, de que forma é que vai conseguir influenciar, porque nestas coisas dos quadros comunitários nós temos que saber mostrar-nos, evidenciarmo-nos para sermos depois positivamente discriminados, e, portanto, aquilo que eu queria saber é quais são as diligências que tem feito no sentido de evidenciar Bragança para que os fundos venham para concluir os projetos que tinha sonhado. E, de que forma, também, é que fez essa transladação do sonho para aquilo que é a ferramenta prática, que é o Orçamento.....

----- O Orçamento é um Orçamento anual mas que deverá já, eu sei que o sonho não é um sonho totalmente seu, porque ainda só desde setembro é que começou a falhar, digamos assim, e, portanto, aquilo que eu queria saber é como é que vai fazer esta articulação toda de agarrar nas suas ideias, aquilo que disse ao povo Brigantino que queria concretizar e de que forma é que as fundiu naquilo que é a proposta de Orçamento para o próximo ano.....

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Estão terminados os pedidos de esclarecimentos à Câmara, pelo que o Sr. Presidente da Câmara tem a palavra para dar as respostas às perguntas que lhe foram dirigidas.

----- **Presidente da Câmara** – Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Francisco Pinheiro, nós sabemos que a média vale aquilo que vale. Se a média de gastos de uma pessoa for de 100 euros, nos últimos anos, e este ano só tiver 10 euros para gastar, afinal o que vai gastar? Os 10 euros que tem obviamente. Sabemos que é a média, mas nós estamos a executar um ano, que é o ano de dois mil e catorze, e o Orçamento é isto que está aqui, e, portanto, não vamos aumentar o dinheiro por causa da média, como é evidente.

----- Nas respostas ao Sr. Deputado Bruno Veloso, a aquisição de bens e serviços aumenta para o Município porque temos receitas acrescidas, fruto também do património que temos, se o património aumentou é necessário continuarmos a fazer limpeza a mais instalações, é necessário termos segurança em mais equipamentos, e, digamos, que tudo aquilo que vamos construindo vai tendo despesas associadas, portanto a aquisição de bens e serviços aumenta, por essa via.

----- Relativamente às receitas de bens e investimento, tratando-se de um documento previsional, não é um documento fechado, como é evidente, é um documento previsional, estamos aqui a fazer uma previsão de arrecadação de receita de dois milhões, quinhentos, e qualquer coisa, euros. Portanto isso é a nossa convicção, é aquilo que nós pensamos vir a arrecadar no ano de dois mil e catorze.

----- Para o Parque de Ciência e Tecnologia, nós continuamos com um processo muito determinado, no sentido de captarmos investimento e empresas para o Parque de Ciência e Tecnologia. Estamos, neste momento, como presumo que todos os Senhores saibam, com o processo de retoma das obras, perfeitamente concluído, já há trabalhadores deste novo consórcio na obra, e vão retomar as obras, com toda a força, no início de janeiro, portanto logo no dia 2 de janeiro, estão as obras já com a garantia que vão ser concretizadas, e, pensamos também não haver nenhuma derrapagem temporal para além daquela que já existiu, com o problema que aconteceu com a anterior empresa responsável pela construção.

-----Relativamente às Juntas de Freguesia, o critério que tomámos para transferência das receitas de capital foi um critério simples, foi um critério que entendemos justo, para não fazermos refletir, nessas verbas, o corte orçamental que foi feito ao Município, ao nível do Orçamento Geral do Estado. Significa o quê? Quero dizer, com isto, o seguinte: tentámos fazer com que as Juntas de Freguesia não fossem penalizadas, comparativamente 2013/2014, com nenhuma quebra de receita, tal como aconteceu com o Município. Está bem escrito no orçamento, no documento. O Município perdeu trezentos e setenta e três mil e duzentos euros das receitas do Orçamento Geral do Estado, e nós não traduzimos para as freguesias essa redução, mantivemos o mesmo valor de dois mil e treze, e esse foi o critério.....

-----Relativamente à expansão da Zona Industrial, como está também devidamente explícito no documento, é evidente que fazemos depender o investimento de fundos comunitários. Não teríamos capacidade de executar uma obra, como é, a ampliação da Zona Industrial das Cantarias, uma obra de cinco milhões de euros, apenas com verbas próprias do Município. Portanto estamos, efetivamente, a fazer depender, a concretização deste investimento, de fundos comunitários, temos a clara noção disso, mas também temos a clara noção que os contactos que já estabelecemos com Entidades, que têm a tutela neste setor, que estamos com muito boas perspectivas, para não dizer garantias praticamente absolutas, que esta obra vai ser uma realidade em Bragança. Estamos perfeitamente convictos disso, não estamos com qualquer problema ao dizer que estamos dependentes de fundos comunitários, estamos sim senhor, mas vamos concretizar.....

-----Relativamente à Junta de Sortes, gostaria de dizer ao Sr. Presidente da Junta que, na questão das barragens e charcas, continuaremos o processo que temos vindo a fazer em anos anteriores, que é, onde houver possibilidade de, com os meios próprios do Município, fazer as charcas e barragens, para continuarmos a apostar também naquilo que é o setor agrícola. Estamos com essa vontade e, se houver alguma possibilidade de fazer alguma destas barragens ou charcas em Lanção, também faremos, por isso esteja descansado, mas, de qualquer forma, estaremos sempre abertos àquilo que nos puderem sugerir como locais próprios que possam ser estudados para conseguirmos fazer isso.....

-----Relativamente à colocação do sal, nós já temos atuado de forma preventiva, temos falado com algumas juntas de freguesia onde as questões da formação de gelo e da queda de neve é mais frequente, e, temos dado, às juntas de freguesia, sal em sacos, para que quando há uma situação urgente seja resolvida pois, apesar de os meios do Município serem muitos, não são suficientes para acorrermos a todos os locais ao mesmo tempo, não é possível, fazemos de outra forma, entregamos o sal às juntas de freguesia e eles próprios, em circunstâncias que se justificam, aplicam o sal. Portanto Sortes não será uma exceção, se eventualmente houver essa necessidade nós também colocaremos lá o sal, quando nevar ou quando houver gelo nos pavimentos, na estrada, os senhores também poderão colocar o sal, para obviar algumas situações mais complexas.....

----- Relativamente ao Sr. Deputado Luís Pires, vou-lhe contar o meu sonho, já que quer falar em sonho, vou-lhe contar o meu sonho.

----- “O sonho comanda a vida”, de António Gedeão, é um poema muito bonito, também comanda a nossa, pese embora, às vezes, não consigamos traduzi-lo todo para o papel, também como não conseguimos traduzir os sonhos, às vezes, verbalmente, mas, deixe-me dizer-lhe o que é que sonhámos.

----- Nós, no Executivo, sonhámos o seguinte: sonhámos com uma cidade melhor, essencialmente para as pessoas, e é isso que vamos fazer, nós vamos concretizar esse projeto, vamos concretizar aquilo que, há bocado, a Sr.^a Deputada sugeriu, também na questão da regeneração urbana, temos ideias para o Centro Histórico.

----- E o Sr. dir-me-á - Mas não estão aqui colocadas!

----- Não, não estão, e vou explicar-lhe porque é que não estão: porque queremos ter a certeza, exatamente, do que podemos fazer, como fazer, quando fazer, para depois podermos verter isso nos documentos, é isso que nós queremos. Mas, o sonho está cá, nós fá-lo-emos, não se preocupe, nós não vamos embora amanhã, o nosso mandato é de quatro anos, e no próximo ano, em dois mil e quinze, seguramente, teremos um Orçamento completamente diferente de dois mil e catorze, e teremos inscritos projetos que, neste momento, não estão cá, e são projetos importantes para o Município, são projetos importantes para o Concelho, para a

Cidade, para o meio rural, e, particularmente, para as pessoas, que esse é que é o nosso grande sonho, é conseguirmos melhorar a vida das pessoas, é para isso que estamos cá, e foi para isso que fomos eleitos, também.

-----A questão das acessibilidades - O Sr. Deputado sabe que há acessibilidades que são da responsabilidade do Governo Central, não são nossas, mas, nós dissemos uma coisa no nosso programa: que iríamos continuar a reivindicar a construção destas infra-estruturas, e continuaremos a fazê-lo, sim senhor. Posso dizer-lhe que ainda há bocado, quando falei do avião, naquela reunião que tive com o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, foi-me dada essa informação, que haveria, e há orçamento, e que é uma prioridade, a ligação Bragança/Puebla da Sanábria, já houve, de facto, informações, com outras pessoas com responsabilidades a nível regional, que não iriam necessariamente nesse sentido. Vamos ver quem tem razão. Eu, por norma, confio nas pessoas, acredito que essas situações possam vir a ser concretizadas, e essas importantes infra-estruturas que nós continuaremos a reivindicar. Nós não dissemos que iríamos construí-las, nós vamos reivindicá-las, mas fazemos outras, aquelas que são da nossa responsabilidade fá-las-emos, com certeza, e já estamos a dar essa prova.

----- Em dois mil e catorze a estrada de ligação de Mós para Paredes vai ser uma realidade.

-----Portanto a forma de fundir o sonho com a realidade era isto, Sr. Deputado, era conseguirmos materializar aquilo que temos pensado, para depois podermos concretizar, por forma a servir a nossa população.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Inscrições para o período de intervenções sobre o tema que está, agora, a ser objeto de discussão, por favor.

----- Inscreveram-se os seguintes Membros: Presidente da Junta de Freguesia de Izeda; Martinho Nascimento; Francisco Pinheiro; Henrique Ferreira; Paulo; Luís Pires e Bruno Veloso. ...

----- Vamos, então, proceder ao início das intervenções, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Izeda, Dr. Luís Filipe, tem a palavra.

----- **Luís Fernandes** – Uma vez mais, boa tarde a todos. Já que falou em sonhos, vamos todos, também, partilhar um pouco dos nossos sonhos.

----- Eu queria, de certo modo, deixar aqui uma carta de intenções, definida, porque quem conhece, aqueles que andam por cá há mais tempo sabem que eu, deste mandato que findou, fiz vinte anos consecutivos nesta Assembleia, ainda estive um mandato com o Dr. Mina e estive dezasseis anos com o Eng.º Jorge Nunes, e, há um ano a esta parte, era claro na minha cabeça que era tempo de dar oportunidade a outros, e, jovens talentosos que hoje aparecem na nossa cidade e concretamente no nosso partido, que viessem para aqui, porque isto, efetivamente, é uma escola, é uma escola de cidadania, é uma escola política, onde eu fiz este trajeto, eu gostaria, e gostei, que estes jovens que hoje aqui estão e outros aparecerão, nesse período, e a prova disso é que eu disse ao meu partido que não iria integrar a lista da Assembleia, e eu integrei, mas, fruto das contingências, aparece o convite do partido para eu encabeçar a lista à união de Freguesias, que fiz com toda a honra, e, em consequência disso, a Assembleia Municipal volta novamente a estar no meu caminho, e volto a estar aqui, e eu estou aqui dentro, eleito como Presidente de Junta, e é esse o meu papel, como Presidente de Junta, isto para esclarecer muitas mentes que andam por aí a pensar muita coisa, que o meu papel aqui é exclusivamente como representante dos cidadãos que me elegeram e na qual eu estou aqui para os defender.

----- Posto isto, e porque também como Presidente de Junta, o Sr. Presidente já explicou aqui, respondendo a uma pergunta do meu camarada Bruno, em relação à audição ou não do Presidente de Junta para elaboração deste Plano e Orçamento. Ele respondeu que a questão das receitas próprias, que nós não nos podemos queixar, e eu também não me queixo, eu convidei o Sr. Presidente para uma reunião em Izeda, onde distribuíamos um almoço de trabalho para, de certo modo, falar sobre o Orçamento, e ele disse-me que não podia, que não tinha tempo, para marcar uma reunião com a sua Secretária. Fi-lo, e, até hoje, estou à espera dessa reunião.....

----- Porquê? Porque eu acho que o Orçamento vai muito mais para além da questão das receitas correntes, ou receitas de investimento, há aqui questões que vêm do passado, e, eu

não sei se o atual Executivo, que lidera a União, apadrinha essas ideias, e era este contraponto com o Executivo. Não o fizeram, estão no seu legítimo direito, mas eu gostava de ter dado as minhas sugestões em relação à União de Freguesias, que algumas que aqui estão, debatermos se sim ou não. Portanto, nesse aspeto, é, de certo modo, a minha mágoa em relação à minha não participação, que gostaria de ter tido, na elaboração deste Orçamento, nas questões que à União de Freguesias de Izeda/Calvelhe e Paradinha Nova dizem respeito.....

----- De qualquer modo, aguardamos, ainda, a reunião que nós temos pedida ao Executivo, para, em sede própria, discutirmos estas questões.....

----- Por exemplo, há aqui questões, eu sou novo nestas andanças, que me levantam alguma dúvida, estas transferências de capital que estão aqui elencadas para cada Junta de Freguesia pressupõe que nós temos que justificar estas verbas. Eu pergunto – não é, um pouco, passar um atestado de, não sei se incompetência é a palavra correta, em relação às Juntas de Freguesia, terem que justificar uma verba, que lhe está destinada, para a poderem receber?.....

----- Não podemos cair no caso, inclusivamente, de nós elaborarmos até projetos, ideias, termos de pagar com algum orçamento da nossa Junta de Freguesia, para depois ser submetido ao Executivo! E se o Executivo não aprova essa ideia? Já gastámos dinheiro! Parece-me aqui que é um pouco desconfiar da Junta de Freguesia, que não tem a capacidade para poder gerir estes fundos, coisa que no passado era feita e agora não é. Portanto é uma questão que me deixa alguma dúvida que gostava que o Executivo nos pudesse esclarecer o porquê de termos que justificar aquilo que, não sei se por direito, nas que está aqui elencado para a Junta de Freguesia.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da União de Freguesias de Izeda/Paradinha Nova/ Calvelhe.

----- Tem, agora, a palavra, o Sr. Deputado do CDS/PP, Francisco Pinheiro.

----- **Francisco Pinheiro** – Sr. Presidente, ainda em relação à questão que eu coloquei inicialmente, porque na apresentação deste documento, apresenta como uma das considerações, que vai gerir um Orçamento com valor consideravelmente inferior ao dos anos

anteriores, isso só se aplica nos anos de dois mil e nove e dois mil e dois mil e treze, consideravelmente inferior só o de dois mil e nove e dois mil e treze.....

----- Havia outra questão, que é, não podemos ser enganados, também como disse, que na página cento e vinte e quatro as verbas para as juntas de freguesia foram, até trinta do onze, um milhão duzentos e trinta e cinco, e o previsto é um milhão, e obras para dois mil e catorze, portanto há duzentos mil euros a menos, convém falarmos com os valores corretos para depois podermos avaliar se são as melhores opções.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado, do PSD, Dr. Martinho do Nascimento.....

----- **Martinho Nascimento – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Sr. Presidente da Assembleia.....

----- Srs. Secretários.....

----- Sr. Presidente da Câmara

----- Srs. Membros da Assembleia.....

-----Apreciamos hoje os documentos previsionais para 2014. De registar desde já, relativamente ao orçamento de 2014, o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental de acordo com as regras do POCAL em que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

----- Sendo aquelas superiores, geram ainda uma poupança corrente de mais de 2 M de Euros para financiamento das despesas de capital.

----- O orçamento comparativo de 2013 e 2014 evidência um decréscimo de 15,21%, com relevância na diminuição das receitas de capital, fruto da transição dos quadros comunitários de apoio. Atente-se que estamos a fechar o QREN e a preparar o novo Quadro Comunitário de Apoio, Portugal 2020, pelo que não existe ainda neste orçamento qualquer impacto do próximo QCA. --

----- Também no orçamento de despesa, no que toca a despesas com pessoal, com uma variação positiva de cerca de 10%, não é alheia a internalização dos serviços do MMB e do

Matadouro. Refira-se, contudo, que a redução de trabalhadores nas autarquias locais, no mínimo em 2%, foi já concretizada por este município.

-----Haverá que referir que, cerca de 50% das receitas totais provêm de transferências correntes por via do FEF, FSM e PVIRS além de apoios comunitários o que reflete a grande dependência do orçamento municipal das transferências correntes característica de resto comum aos pequenos municípios do interior.

-----Relativamente à dívida municipal, regista-se que o serviço da dívida representa apenas 2,96% do orçamento da despesa global.

-----Tendo em conta os limites do endividamento líquido e de médio e longo prazos definidos, apraz-nos também registar que a situação do município quanto à dívida de médio e longo prazos face aos limites calculados é apenas de 65,93% do capital em dívida de M/LP.

-----Face aos limites definidos para o endividamento líquido regista o município apenas a utilização de 25,74%, cumprindo assim os limites impostos pelo orçamento de estado.

-----As grandes opções do plano para o ano de 2014 revelam as suas grandes linhas estratégicas designadamente o plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal no valor global de € 9.191.500,00, cabendo a investimentos a verba de € 7.598.400,00 consubstanciando-se como um verdadeiro instrumento de compromisso político. O Plano Plurianual de Investimentos que se distribui pelas funções gerais, sociais e económicas assenta sobretudo a sua incidência sobre estas duas ultimas. De facto as funções sociais e económicas representam mais de 85% do plano Plurianual de Investimentos o que atesta bem a opção política deste executivo pelos investimentos que enformam a coesão social no concelho assim como na intervenção do tecido empresarial da região. Não deixa de se salientar a habitação e serviços coletivos com uma verba de cerca de € 2.300.000,00 nas funções sociais e nos transportes e comunicações e comércio e turismo, das funções económicas, com verbas de € 1.969.000,00 e € 1.562.500,00 respetivamente.

-----Também o Plano de Atividades Municipal revela as opções do plano relativamente às transferências financeiras.

-----As funções sociais e económicas representam neste plano mais de 90% das suas atividades manifestando-se mais uma vez a preocupação sócio económica deste executivo municipal.

----- Merecem especial destaque, nas funções sociais, a educação, segurança e ação social, habitação e serviços coletivos e serviços culturais e recreativos.

-----A indústria e energia, nas funções económicas, releva também a opção manifestada nesta área . -

-----As Grandes Opções do Plano são assim, na esfera política, os grandes instrumentos de intervenção do município revelando as suas funções claras apostas em eixos estratégicos cruciais para o desenvolvimento social e económico deste concelho.....

-----Referimo-nos em termos gerais à modernização administrativa consubstanciada na evolução dos sistemas de informação da autarquia, na implementação de serviços on-line, na implementação de um balcão único de atendimento ao munícipe, com mais qualidade eficiência e eficácia e maior e melhor acessibilidade. A certificação aos serviços de atendimento e informação vem revelar um excelente sistema de gestão da qualidade.

----- Em termos sociais, a maior aposta financeira deste município, pode destacar-se:

-----Ao nível da educação na crescente melhoria das condições de funcionamento dos equipamentos de educação pré-escolar, da manutenção dos edifícios escolares e renovação dos respetivos equipamentos.

-----São projetos como "A escola a tempo inteiro" que a autarquia abraça bem como o apoio resultante da situação financeira atual das famílias.

-----São os manuais escolares adquiridos pelo município para os alunos mais carenciados, concretamente 780 manuais.....

----- É o programa da generalização das refeições no ensino pré-escolar e no 1.o ciclo do ensino básico abrangendo já uma percentagem de 90,6%.

-----São os transportes escolares que a autarquia assegura.

----- É a participação e a procura de solução de problemas ao nível da educação como o Conselho Municipal da Educação e no âmbito do SABE, mediante o protocolo assinado com o Plano Nacional de Leitura.....

----- É a formação dirigida ao público escolar bem como a participação em programas de atividades de investigação científica e formação especializada na área das ciências.....

----- a participação ativa com o programa Escolhas visando a inclusão social das crianças e jovens mais desfavorecidos e carenciados.....

----- a atividade do conservatório de música e dança em parceria com outras instituições visando a promoção artística da cultura e da arte na sociedade civil.

----- a divulgação científica e tecnológica proporcionada pelo Centro Ciência Viva de Bragança com investigação nas diversas áreas do conhecimento.

----- a divulgação do património histórico, cultural e ecológico como permite por exemplo a Casa da Seda.....

-----o nível da saúde também a autarquia pretende desenvolver e consolidar o projeto de cuidados de saúde primários de proximidade à população, através da Unidade Móvel de Saúde em parceria com a ULSN e a Santa Casa da Misericórdia de Bragança aumentando a acessibilidade, equidade e qualidade dos serviços prestados, sobretudo às pessoas mais frágeis, designadamente pessoas com mais de 65 anos.

-----a ação social aposta-se num concelho mais solidário e investindo em infraestruturas da rede solidária reforçando a coesão social.....

-----a ação social reflete-se ainda na ação social escolar, habitação social, melhoria das condições de habitabilidade e rede social.

----- De relevar também a participação na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, as ações de formação parental a famílias destruturadas, a parceria no projeto Pontes de Inclusão - Programa Escolhas, a participação no Núcleo Local de Inserção no âmbito do Rendimento Social de Inserção, a participação e representação na Plataforma Supraconcelhia de Alto Trás os Montes, no âmbito da Rede Social.....

----- Merece também especial nota o apoio da autarquia às IPSS e designadamente de dois equipamentos estruturantes na Rede Solidária. Refiro-me á Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Bragança (*uma Unidade extremamente importante para pessoas idosas e dependentes*), do Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Residência

Autónoma do Centro Social Paroquial dos Santos Mártires, equipamentos para pessoas com deficiência.....

----- Ainda em termos sociais dispõe a autarquia de 270 fogos de habitação social pretendendo reforçar este apoio e bem assim a recuperação de imóveis para o efeito.....

----- Uma referência essencial no âmbito do abastecimento de água para a construção da Reserva de Água de Montesinho - Barragem de Veiginhas, vital para o abastecimento de um bem de primeira necessidade.

----- O aumento de competitividade e a redução de custos energéticos merece da autarquia uma especial atenção como o comprova o Plano de Ação para a Eficiência Energética do Município de Bragança.

----- A cultura é outra riqueza promovida pela autarquia na região, pela sensibilização e promoção do conhecimento.

----- O Museu Ibérico da Mascara e do Traje, o Centro Contemporâneo Graça Morais, o Teatro Municipal de Bragança, são algumas das referências de qualidade a nível local e nacional, constituindo-se a Biblioteca Municipal de Bragança um centro de leitura e de pesquisa para a comunidade e o desenvolvimento literário. A Biblioteca Adriano Moreira complementa e reforça este equipamento a nível cultural.....

----- Também a nível desportivo se pretende promover a saúde e bem estar dos munícipes. O Projeto Bragança Ativa, o Programa Mexa-se em Bragança, o Projeto Bragança Saudável são excelentes exemplos e bons contributos para o estímulo da atividade física e saudável da população. Neste âmbito desportivo a autarquia aposta igualmente no melhoramento de infraestruturas desportivas como o Estádio Municipal, o Campo do CEE, o Campo do IPB, a Piscina e pavilhão Municipais.....

----- As funções económicas das Grandes Opções do Plano têm um peso relevante neste instrumento estratégico num concelho rural, desertificado e envelhecido, desde a agricultura, indústria e energia, transportes e comunicações e comércio e turismo.....

----- Com efeito, as atividades previstas no âmbito da agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca permitem rentabilizar e tornar sustentável fileiras de produtos específicos como é o caso

da castanha tal como a prevista realização da feira mensal do gado, evento particularmente importante no meio rural, a realização de feiras e certames nas freguesias rurais promovendo os produtos tradicionais da região.

-----A reivindicação da autarquia junto do ministério da Agricultura e do Mar para a construção de barragens de rega, melhoria de sistemas de rega, construção de reservas de água para rega, constituem excelentes iniciativas para o desenvolvimento do meio rural e modernização e sustentabilidade da agricultura no concelho e desenvolvimento da atividade económica local.

-----Pretende também a autarquia dar proficuidade ao Plano de Ação para a eficiência energética do Município de Bragança, tendo como principal objetivo a redução das emissões em mais de 20% até 2020, através da aplicação de medidas de eficiência energética e de promoção de energias renováveis suportadas neste Plano, com aplicação de medidas de sustentabilidade energética e produção de energia nos edifícios.

-----Também, em termos económicos, constitui-se a cidade de Bragança como um polo moderno e centralizador de atração de projetos de investimento de valor acrescentado capazes de criar riqueza e emprego. Regista-se que o município não aplica, a título fiscal, o imposto municipal sobre o lucro tributável às empresas, a derrama.

-----É assim importante a intenção do executivo em criar as infraestruturas e acessibilidades necessárias como é por exemplo a ampliação da zona industrial das Cantarias e o Parque de Ciência e Tecnologia de Trás os Montes, Brigantia Ecopark, um bom exemplo de acolhimento de empresas em clusters da ecoenergia, da ecoconstrução, do ecoturismo e dos produtos tradicionais, para além de criar emprego e reforçar o tecido empresarial na região.

-----Ao nível das acessibilidades também o município vai bem na reivindicação da criação de novas ligações rodoviárias estruturantes para a região, para acesso a redes europeias com benefícios evidentes para a indústria, o turismo, o comércio e a restauração.

-----Também a conclusão da A4 se revela fundamental para as acessibilidades à região estando o executivo fortemente empenhado na sua reivindicação.

----- É também fundamental para o turismo na região, dada a oferta diversificada desta região, dinamizando por esta via também a economia local.....

----- Não posso deixar de manifestar a disponibilidade do executivo na colaboração com as juntas de freguesia e associações de âmbito cultural, desportivo, recreativo e social como as GOP's o demonstram.....

----- Em suma, temos um orçamento equilibrado, uma capacidade de endividamento muito aquém dos limites estabelecidos e um Plano Plurianual de Investimentos sustentado em eixos estratégicos sociais e económicos pelo que se vota favoravelmente a proposta.....

----- Disse”.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para a sua intervenção, o Sr. Deputado Henrique Ferreira. Tem vinte e um minutos.....

----- **Henrique Ferreira** – Senhores Membros da Assembleia, a quem eu prefiro chamar deputados, porque tenho um problema de género, eu não sei que nome é que hei de dar às senhoras Membros, se lhe devo chamar senhora Membro ou se lhe hei de chamar Membra, e, então, prefiro chamar-lhe Deputado, que não é um nome neutro, portanto tem assumido o feminino Deputada. Bom, mas em qualquer dos casos vamos então à obra.....

----- Começo por responder ao Sr. Adriano Rodrigues, uma vez que me convidou a explicar-me, e eu vou a explicar-me não me explicando, ou seja, vou dizer o que entendo que lhe devo dizer, que é o seguinte, quando se quer ajudar não se citam nomes, quando se quer tramar alguém citam-se os nomes, ele aqui quis ajudar, que eu sei de situações, não designam pessoas nem contextos, já falei individualmente com algumas das pessoas, continuarei a falar, para as ajudar. É só isso.

----- Vamos então ao documento que aqui está. O Sr. Presidente da Câmara não nos soube pôr a semear, o Dr. Martinho do Nascimento pôs-nos a semear, conseguiu ver no documento tudo aquilo que ele gostaria de ver, provavelmente também tudo o que o PSD gostaria de ver, e até tudo o que ele gostaria de ver, mas que, ao contrário do Dr. Martinho do Nascimento, não consigo ver lá tudo isso, mas vejo algumas coisas.

-----Em primeiro lugar, aspetos formais e técnicos – Até há oito anos eu também me centrava em questões formais e técnicas, neste momento quero dizer que os técnicos do Município evoluíram, que já não é necessário chamar a atenção para aspetos formais e técnicos negativos, ou seja, o documento é um documento bem elaborado, é um documento com uma estrutura correta e portanto é um documento muito mais bem escrito do que era costume, e, portanto, penso que, deste ponto de vista, há que elogiar e não criticar.....

-----Agora,??? em relação às questões de substância - Já aqui foi referida a dificuldade em relação às receitas, as receitas têm, de facto, uma estrutura que, fruto da não disponibilidade dos fundos comunitários, não permitem o investimento de capital desejado. De qualquer forma apraz-me registar, positivamente, que uma receita corrente de vinte e cinco milhões de euros não é desprezível, mas que o aproveitamento para investimentos de capital de apenas três milhões, desses vinte e cinco milhões.

----- Já me parece pouco, já me parece merecedor de reparo, ou seja, eu entendo que a Câmara com trinta e nove milhões de orçamento que o reportássemos a dois mil e doze, naquela altura ainda não estava cá, gasta vinte e três milhões de euros em despesas correntes, para uma receita de vinte e cinco milhões eu entendo que a Câmara não devia ultrapassar os dezoito milhões em despesas correntes, sete milhões deveriam ir para despesas de investimento.....

-----E, repito, de alguma gravidade, o facto das despesas de pessoal aumentarem dez vírgula quarenta e seis por cento num contexto de tanta restrição a nível nacional, e, repito também que as aquisições de serviços aumentem oito por cento no contexto geral do orçamento apesar, obviamente, do ónus da ??? e do ónus da mobilização.....

-----Ao contrário do que disse o Dr. Martinho eu vejo aqui alguns desequilíbrios que me parece deverem ser refletidos para o futuro, numa Câmara Municipal que, apesar de ter uma receita sustentada em transferências correntes, portanto impostos diretos e indiretos das despesas correntes, apresenta uma despesa corrente de setenta e três por cento da despesa total, parece-me, obviamente, uma Câmara que está em risco de derrapagem.

----- É uma Câmara que não está endividada, é uma Câmara que deve ser elogiada pelo esforço que se fez ao longo dos anos, de conter e reduzir a dívida, desse ponto de vista estamos bem, mas do ponto de vista da assunção, ao longo dos anos, de compromissos com a despesa corrente, a que eu, há cinco ou seis anos, chamei de elefantes brancos de Bragança, está agora a refletir-se negativamente neste todo orçamento, apresentando setenta e três por cento de despesas correntes no conjunto total da despesa.....

----- O problema das acessibilidades não está bem resolvido no Plano e Orçamento, mas foi aqui bem explicado, aliás, ficou uma via estruturante, daquelas que foram prometidas para a campanha eleitoral, por responder, que é a via cruzamento da A4-/Santa Comba de Rossas, Km 24,5 da estrada 218.1, que é a via que liga esse cruzamento da A4 a Pinela, a Izeda, Coelhoso, etc. ----

----- Ora bem, esta estrada está completamente desmarcada, foi alargada para as eleições, pelos vistos está a ser reservada para render para a próxima campanha eleitoral, porque para essa, pelos vistos, não foi aberto concurso para asfaltamento, para a outra foi.

----- Mas, Sr. Presidente, mais uma vez a minha defesa do Penacal, como estrada bucólica, como a estrada que sobe muito menos do que a estrada de Valverde, porque a estrada de Valverde tem, pelo menos, seis a sete Kms que sobem a seis, sete por cento... ..

----- **Presidente da Mesa** – Pode prosseguir, Sr. Deputado.

----- **Henrique Ferreira** - O futuro dirá se eu digo asneiras ou não, também não preciso que me dê razão nesse depoimento.

----- Eu gostava de ver aqui resolvida a questão dessa estrada de Pinela a Rossas, gostava também de ver resolvida a questão da estrada de Freixedelo ao alto de Rio Frio, era essa a estrada que eu, há bocado, me queria referir, porque, de facto, essa estrada pouparia vinte e cinco Kms de distância nas ligações entre o sul do Concelho e Rio Frio e Quintanilha, se nunca repararam nisso, reparem, porque, desse ponto de vista, é uma estrada especialmente necessária.

-----Um outro problema que eu vejo neste orçamento é a ausência de participação das populações, sobretudo as Juntas de Freguesia, na sua construção. E, refiro, um caso concreto, que é o caso da aplicação da estratégia do pau e da cenoura, ou seja, Parada. A Freguesia de Parada foi uma Freguesia que nos últimos quatro anos não teve financiamento da Câmara para nada, e, pelos vistos, por nomes, em termos do que é visível neste Orçamento, nem a Freguesia de Parada, nem a Freguesia de Quintanilha tem qualquer programa de investimento previsto neste documento, a não ser aquelas transferências que aparecem na página cento e quatro. Isto faz-me lembrar, claramente, a estratégia do caciquismo, traduzida no pau e na cenoura – votas em mim, tens obras; não votas em mim, não tens obras. Mas aqui, honra lhe seja feita, estão a cumprir o que disseram, disseram agora, na campanha eleitoral, se não votarem em nós, não terão mais um tostão para obras, e estão a cumprir, portanto, ao menos aqui estão a cumprir integralmente o que disseram.

----- **Henrique Ferreira** - Eu não estava lá para ouvir, mas posso testemunhá-lo.....

-----Um outro problema que eu vejo neste Orçamento é o facto de não haver obras novas, com exceção do Brigantia Ecopark, e de Veiguiñas, obviamente que também já não é nova, mas, em qualquer dos casos, ainda as consigo considerar obras novas, e, pelo menos ao nível do Plano Plurianual essas obras podem não ter sido previstas, e não foram, portanto um dos principais problemas que eu vejo neste documento é a ausência de futuro, este é um documento do passado, não há um documento de futuro, ou seja, é um documento de continuidade, é um documento que, de facto, termina uma obra, termina um paradigma, é um paradigma ???, portanto termina esse paradigma, conclui e paga todas as obras lançadas, mas é um documento que tem o problema, de facto, de não perspetivar o futuro, e, portanto, a pergunta dos sonhos faz razão de ser, embora o Dr. Martinho do Nascimento tivesse feito todo o esforço para nos pôr a sonhar.....

----- Finalmente termino, já agora, dizendo que há pouco investimento na educação e na Ação Social, e na Ação Social dou um exemplo, há vagas na Obra Social Padre Miguel, mas há

pretendentes à frequência da Obra Social Padre Miguel. A Câmara podia perfeitamente dar ai uma ajudinha aos que precisam, e não vem mal nenhum.

-----A educação, não a compreendo, porque, ano após ano, não se dá uma ajuda substantiva para apoio em material escolar às crianças, e também não compreendo porque é que, ano após ano, se não aposta mais na melhor alimentação das crianças, um suplemento alimentar não é suficiente ??? uma boa parte das crianças para a escola, como também o cumprimento de requisito legal deve financiar apenas a alimentação das crianças que são subsidiadas com o escalão A, não me parece suficiente. Reparem, estou a colocar-me apenas em aspetos legais e não em aspetos políticos, e, desse ponto de vista, acho que o orçamento poderia ir mais longe. De qualquer forma é um orçamento de continuidade, é um orçamento muito limitado pela indefinição do Próximo Quadro Comunitário de Apoio, e, desse ponto de vista, nós damos-lhe o benefício da dúvida e vamos abstermo-nos, não vamos votar nem a favor nem contra, mas dizemos, desde já, que este orçamento, tal como está, é para reprovado em dois mil e catorze, ou seja, em dois mil e catorze esperamos uma plataforma de sonhos, em dois mil e catorze esperamos uma plataforma de sustentabilidade ao nível da Ação Social e das obras, em dois mil e catorze esperamos uma obra de verdade, ao contrário do que diz o Sr. Dr. Luís Filipe. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Temos mais três inscritos, vamos, no entanto, suspender os trabalhos para o almoço, retomando os trabalhos pelas catorze horas e trinta minutos. Srs. Deputados, bom almoço, até já.

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas e trinta minutos.

----- **Presidente da Mesa** – Srs. Deputados, vamos iniciar os trabalhos, continuamos com o ponto que estava em discussão, recorde que estavam em discussão e para deliberação os **Documentos Previsionais para o Ano de 2014 – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal, Mapa de Pessoal e Compromissos Plurianuais,**

temos, ainda, três inscritos para as intervenções, pelo que chamamos o Sr. Deputado que estava inscrito na ordem seguinte, entretanto, João Paulo Castanho, tem a palavra, Sr. Deputado.

----- **João Castanho – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

“ Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Excelentíssimo público. ..

-----Vai esta Assembleia Municipal pronunciar-se sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, apresentadas pelo Governo Autárquico soberanamente escolhido em setembro último.

-----Da legitimidade dos cidadãos passou-se, neste contexto para a concretização dos compromissos.....

----- Importa, em sede de introito, aferir esta linha cronológica porquanto o governo autárquico para se assumir como tal foi necessário que a sua mensagem fosse caucionada pelos cidadãos eleitores.....

----- A mesma mensagem, aqui designada por compromissos, encontra-se difundida neste documento.

-----O mesmo é dizer que a Assembleia Municipal, enquanto órgão amplamente representativo do concelho vai pronunciar-se sobre um documento que é muito coerente desde a mensagem inicial e fazedor no dorso estratégico para o concelho.

-----À parte das suas vestes orçamentais, neste documento estão assumidos os postulados para que Bragança prossiga a senda de afirmação;.....

----- O caminho de desenvolvimento;.....

----- E um rumo de urbanidade.

----- É verdade que algum ideário argumentativo imputa a este documento laivos de continuidade, numa inequívoca imperfeição de análise.

-----Se bem entendemos o lastro subliminar da fábula dessa continuidade, a realidade factual desmobiliza-a e remete-nos para um magistério que nos galvaniza.....

----- O que está eloquentemente revelado neste documento tem âncoras com uma exigência que expurgou Bragança dos subúrbios do poder mediático;

----- É aquela que revolucionou Bragança em investimento cultural, turístico, social e promocional.....

----- No espaço de individualidade a que tem direito *o nosso Concelho* na diversidade regional revitaliza-se e expressa-se de forma incisiva.

----- O que hoje se apresenta serve para solidificar, entre outros predicados a referência geo-cultural fermentada por uma conjuntura que tem inevitavelmente em si mesma uma continuidade de força, visão e capitalidade, elementos incontornáveis para que Bragança seja

----- respeitada na sua modernidade,.....

----- falada pelas suas ações.....

----- e referenciada externamente.

----- Mais ainda.

----- Do documento a votar pela Excelentíssima Assembleia decorre um conteúdo dinâmico impregnado por uma vontade de concretização sem sucumbir a deslumbramentos fáceis de quem recebeu há pouco tempo dos cidadãos a sua confiança para governar.

----- Ao solidificar caminhos, e ao lhe atribuir novas dinâmicas vislumbra-se o cuidado em aniquilar ideias sedentárias.

----- É indesmentível que as cidades afirmativas buscam em todas as ramificações da cultura importantes pólos de atração de gentes, e consubstanciada a ela cabe o importante eixo do turismo.....

----- Este corredor, que tem consigo a influência invencível do sucesso está indubitavelmente plasmado no documento em apreciação.

----- Ações mobilizadoras que muito contribuem para que Bragança seja, assumidamente, um pólo territorial urbano no sentido cosmopolita do termo e com isso granjear a capitalidade que lhe pertence.....

----- É neste quadro que valorizamos o que o Governo Autárquico pretende encetar neste bem aventurado caminho.

----- Obrigado. “

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Luís Pires, do PS.

----- **Presidente da Mesa** - Como? Bruno Veloso? Então, para que a alteração conste em ata, que é o desejo do Sr. Deputado Luís Pires que use a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Bruno Veloso, do PS

----- **Bruno Veloso** – Muito boa tarde a todos, Exmo. Sr. Presidente da AM, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, Presidentes de Junta e Membros da AM.

----- Uma primeira leitura do documento que aqui nos é apresentado remete-nos para uma frase inspiradora do Sr. Presidente de Câmara - se queremos progredir não devemos repetir a história, mas fazer a história nova - esta frase motivadora que surge neste documento abre-nos uma certa curiosidade, de facto, mas uma leitura mais atenta, e aparece-nos desenquadrada, desfasada e desconecta deste documento, e não precisamos de ir além do primeiro parágrafo do Sr. Presidente de Câmara, para sentir esta desilusão, coisa que o Sr. Presidente nos brinda com um número de ilusionismo de qualidade bastante duvidosa.

----- Diz o Sr. Presidente, para justificar a perda de receita de quarenta milhões para trinta e três milhões, que um dos principais fatores se deve à redução da taxa do IMI, mas a realidade é bem diferente e basta-nos recorrer aos documentos da AM anterior, ou mesmo até à ata aprovado hoje, para verificar a falsidade desta afirmação.

----- De acordo com as previsões apresentadas na última AM, prevê, a Autarquia, arrecadar em 2013, três milhões e meio de euros, e, de acordo com o documento que aqui nos é apresentado, prevê arrecadar três milhões quinhentos e dezoito mil e setecentos euros, a que corresponde um aumento de dezoito mil e setecentos euros. Este aumento, para além de provar a contradição e ilusão, prova, ainda, que a propagandeada redução da taxa de IMI em duas centésimas em nada reflete o esforço da Autarquia em prol dos cidadãos.

----- Mas, porque falo em ilusionismo, não posso deixar de exaltar o outro número que aqui nos é apresentado e que o Sr. Presidente de Câmara já reafirmou, correspondente às receitas

de capital, particularmente à venda de bens de investimento, dois virgula cinco milhões de euros, repito, dois virgula cinco milhões de euros, para salientar o meu espanto perante esta previsão excessivamente otimista, um valor cuja credibilidade se esfuma na realidade, na crise do mercado de construção, um valor tão otimista que nos remete para um olhar atento face a um número significativo de imóveis vazios, espaços comerciais fechados, ou que encerram diariamente, não só, mas também como reflexo das políticas que a nossa Autarquia tem vindo a seguir perante a voz discordante e o apontar caminhos alternativos do PS. Não queremos levantar questões técnico/legais, particularmente porque este orçamento deve obedecer à rega do POCAL, apenas posso concluir que este valor serve para empolar o orçamento que aqui nos é apresentado. Saibamos ler com atenção e imparcialidade este documento, sem nunca perder de vista a situação de Gandi com que o Sr. Presidente nos brindou, sito - não devemos repetir a historia – mas, a verdade é que ao entrar no Plano Plurianual de Investimento, que aliás , quando muito, devia ser designado plano anual de investimento, já lá irei, e, ao igual do passado, o Executivo cai mesmo na tentação de repetir a história, relatando-a.....

----- Vejamos: Relativamente à modernização administrativa é-nos apresentada a história recente dos serviços da Autarquia, dedicando para tal quatro páginas deste documento, para nada explicar ou propor, relativamente a novas ideias, a novos projetos de investimento nesta área. O mesmo se podia dizer à rede de segurança e à rede publica, entre outros tópicos do plano.

----- Sr. Presidente, para quem sita Gandi e quer fazer uma história nova, este Orçamento e este PPI é manifestamente pobre, é demasiado cinzento, resignado, sem ambição, sem ideias e sem projetos defendidos, um plano plurianual devia ser isso mesmo, plurianual, o PPI que o Sr. apresentou hoje, que nos deveria trazer aqui, hoje, era a sua visão, a sua estratégia, o plano de investimento para o seu mandato, a definição dos vetores fundamentais e a definição de estratégias para o futuro do nosso Concelho deviam estar vertidas neste documento estratégico, o PPI e o Orçamento que aqui nos trás seriam exatamente os que o Executivo devia utilizar para marcar a sua ação e este seria o momento para com responsabilidade e razoabilidade apresentar o seu projeto, a sua história nova para o Concelho, ao invés

apresenta-nos uma visão do passado e passadista, apresenta-nos um plano que não contém a marca de futuro, inscrevendo apenas nele obras já iniciadas pelo Eng. Jorge Nunes, o que nos leva a concluir, pela ausência de uma estratégia e visão para o futuro do nosso Concelho.....

-----Sr. Presidente, este é o seu primeiro orçamento enquanto Presidente de Autarquia, esperávamos, por isso, uma outra ambição, uma nova visão que fosse além do verbo haver, e este PPI e este Orçamento que o acompanha processa inovação e também esperança para o nosso futuro, mas não há nele rumo definido, uma estratégia, uma visão, um único projeto que fosse verdadeiramente novo ou inovador.

-----Para o novo Executivo que, há pouco, assumiu as suas funções, falta-lhe, efetivamente, ambição.

----- Não existe em todo o documento uma visão integrada da zona histórica, não há uma única ideia para nova dinamização, revitalização e recuperação do centro histórico, ou no apoio ao comércio tradicional. Este documento revela uma total ausência de projetos sérios e integrados na área do turismo, onde a autarquia deveria ser o principal catalisador da marca Bragança, salienta apenas a loja interativa, seja lá o que isso vá a ser.

----- E que dizer relativamente ao mundo rural e às nossas Juntas de Freguesia? Onde é o próprio Presidente de Câmara que afirma não as ter auscultado durante o processo de execução deste Orçamento, revelando desta forma uma ausência de sensibilidade e valorização do papel das Juntas de Freguesia! Mantém-se as competências das freguesias, como se mantém as mesmas transferências que em anos, sem critérios claros e transparentes, pior! Sem porquê! Para nós, Partido Socialista, que lutámos contra a extinção avulsa de Juntas de Freguesia, era fundamental que as mesmas fossem aliadas da Câmara Municipal, parceiros maiores, com mais responsabilidade e simultaneamente maiores dotações financeiras, atribuídas de acordo com critérios claros e transparentes, sem ambiguidades e por direito próprio.

-----Mas, este Orçamento denota, ainda, uma enorme insensibilidade social, onde, aliás, há uma redução das verbas a atribuir à ação social, face ao momento particularmente difícil em que vivem hoje muitas famílias do nosso Concelho. Mais uma vez, também neste domínio, não

existe uma verdadeira aposta no social, não se vislumbra em todo o documento nenhuma medida concreta de inovação social.

----- Mais grave, e, de alguma forma, repugnante é fazer depender da existência de fundos comunitários a execução de novos projetos de saneamento básico, que deveria ser uma realidade no século XXI, posição essa que apelamos ao Executivo para reconsiderar.

----- Nesta fase inicial do seu mandato, o Partido Socialista espera que a falta de ambição e de inovação, patentes neste documento, não sejam reflexo de um Executivo amorfo e sem alma. -

----- Neste sentido, tratando-se do primeiro documento, verdadeiramente importante, que o Senhor Presidente de Câmara traz a esta Assembleia, apesar de ter ingredientes suficientes que justificassem o nosso voto contra, iremos abstermo-nos, como sinal de boa vontade, numa postura de responsabilidade e simultaneamente como gesto de boa vontade que esperamos recíproca na análise e acolhimento de propostas atempadamente, da oposição que se consubstanciem na melhoria da qualidade de vida das populações no nosso Concelho.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado,.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Luís Pires, do PS.

----- **Luís Pires** – Muito boa tarde a todos. Como o nosso fuso horário é muito perto do Espanhol, eles até querem ficar com o nosso, não é? Devíamos enveredar por aquela coisa magnífica que eles têm, que é a sesta, que depois de almoço nos torna mais lentos e, às vezes, é difícil conseguir dizer aquilo que, ... mas eu não venho aqui falar de sesta porque, se me permitem, eu vou continuar a alegoria e vou voltar ao sonho e, tipicamente, se vocês se recordam, às crianças a gente costuma fazer algo que é contar uma história, essa história ajuda as crianças a embalar, ajuda-as a adormecer e dizem os especialistas e os entendidos que essa história pode condicionar, influenciar, direcionar o sonho das crianças. E, a história, a história cheia de cor, que contaram ao Sr. Presidente, essa história cheia de coisas boas, na realidade não é uma história assim tão boa, a história fala de uma Bragança que foi atrás do sonho, um sonho cosmopolita, desajustado na interpretação, no tempo, contranatura

??? as especificidades da nossa cidade, as suas potencialidades, o seu capital, a sua riqueza resvalando no apelo fácil do vigente ou da vigente moda, e portanto nada de bom que esse sonho nos pode trazer.....

----- A realidade é dura, a realidade às vezes traz-nos ilusões, e, nessa histórinha que contaram ao Sr. Presidente, onde não há laivos de continuidade, há continuidade, não há laivos de continuidade, fala de alguns logros, como, por exemplo: o Mercado Municipal, o Matadouro, bandeiras eleitorais de há muitos anos, há décadas; fala de um parque eólico, que hoje voltará a vir à liça, que não é; fala de um aeródromo, que, numa página, deste lindo documento que nos entregaram, se dedica exclusivamente a falar em passageiros, duzentos passageiros. E, então, a parte das mercadorias? E, então, a parte logística, que eu acho que sustentaria o Aeródromo e não a parte dos passageiros? Porque isso dos passageiros não vai colher, neste momento, nós temos que estancar o estado atual, e só a assim é que evoluímos.

----- E, já agora, Sr. Presidente, há aqui uma forma encapuçado de contornar o apoio às rodovias, através de plataformas logísticas, não tem que ser o grande projeto da rodovia, mas pode incluir como ferramenta acessória às rodovias, vai ser uma forma de o fazer.

-----A Praça Camões, o tal patinho feio, que não chegou a ser patinho feio, o PROCOM, implementado de forma a melhorar esta cidade e contribuiu para algumas falências de comércio local, O POLIS desaproveitado, um centro comercial que já não é centro comercial, uma feira, bandeira eleitoral da primeira eleição do Eng. Jorge Nunes, o Sr. que contava a história e que só agora está a ser concluída, a icónica saída do túnel, apenas para contar alguns dos exemplos desta realidade, desta realidade dura.

----- Mas, mais grave, Sr. Presidente, é que o orçamento, há pouco, disse-me – calma! Não vamos ficar cá só um ano - ao dizer isto eu entendi que, quando eu lhe perguntei o que é que está aí que vá catapultar a nossa cidade, disse-me - calma! Não vamos ficar cá só um ano - assumindo, parece-me que deste ano não tem nada de jeito, porque disse-me – calma - no deste ano não tem nada de jeito, nos outros já lá iremos - e diz-me, também, que lá iremos no futuro, mas há aqui uma página neste lindo documento, deixe-me só encontra-la, que é a página 43, 6.1. Pano Plurianual de Investimentos, o Plano Plurianual de Investimentos para

2014, normalmente designado por PPI, é um documento previsional de grandes opções do plano, elaborado para um horizonte móvel de quatro anos, na sua estrutura e conteúdo, escreve todos os projetos ou ações que se pretendem realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos para o Município, identificando, a??? económica devidamente desagregada, a forma de realização de cada projeto ou ação, a fonte de financiamento de cada projeto ou ação a executar com financiamento externo à própria Autarquia, as datas de início e fim dos projetos e as ações, e portanto isto não fui eu que o escrevi, está aqui neste documento que me foi entregue.

----- E, meus caros amigos, a realidade é difícil, e muito difícil, e custa-me muito, como Brigantino, e vocês entendem que eu venho para aqui defender a minha cidade, este é o JN de hoje, eu vou tentar que vocês consigam ver, este é que o grande título que veio hoje no JN - Governo deixou cair apoios à ligação área a Bragança e a Vila Real - e é contra isto que nós temos que lutar, porque em Lisboa ainda há pessoas que não sabem onde é que fica Bragança, não admira! A América não sabe onde é que fica Berlim! Também, portanto não é por aí, mas, meus caros amigos, isto é o que fica – olha! Afinal já deixaram sair, já não precisam, também para que é que eles querem o avião, são dois ou três! - e é isto que nós temos que contrariar, todos juntos, todos juntos.....

----- A realidade é difícil, a realidade está nos problemas locais e nacionais, como o fecho das finanças, tribunais, etc., e que nós temos que lutar contra essas dificuldades, contra ordenamentos desordenados, feitos em escritórios em Lisboa, que dizem que as pessoas de Alfandega deixam de ter Tribunal em Alfandega, têm que ir a Vila Flor, quando nunca houve um histórico de relacionamento entre eles, quando não há transportes públicos que possibilitem às pessoas com dificuldade - nós somos uma população envelhecida, com mais dificuldades do que o normal - fazerem esses percursos, nós devíamos apoiá-los, o Governo tem que olhar para esta região não como um custo mas como uma ação social, tem que nos discriminar positivamente ou, pelo menos, que não estorvem, já não é mau.

-----Sr. Presidente, há pouco disse-me que é difícil pôr os sonhos, dizê-los por palavras, aquilo que nós sonhamos pô-lo no papel, eu estou disposto a ajudá-lo, arranjam um psicanalista e a pô-lo neste orçamento para que Bragança não fique como está

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Terminaram as inscrições que tinham sido feitas pelos Srs. Deputados, relativamente a este ponto, caberá, agora, à Câmara Municipal, ao Sr. Presidente, dar resposta a alguma questões aqui formuladas, ou fazer uma apreciação final sobre este ponto, antes de procedermos à respetiva votação. Sr. Presidente, tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** – Então, boa tarde, depois de almoço. Queria voltar um bocadinho atrás e pegar nos números que, há bocado, o Sr. Deputado Luís Pires falou relativamente à questão das insolvências.....

----- Nós também já fizemos o nosso trabalho, e posso dizer-lhe que o Sr., há bocado, só pegou nos números negativos; Pegue nos positivos. Vou dar-lhe nota daquilo que são os positivos. As insolvências, no Distrito de Bragança, foram cinquenta e cinco, de janeiro a novembro de dois mil e treze. Sabe quantas empresas novas foram criadas? Seis vezes mais! Aí tem a resposta. É assim, é importante pegarmos também nos números positivos. O jornal diz aquilo que quer e nós temos que ir à procura dos documentos, temos essa obrigação.

-----

----- **Presidente da Câmara** - Trezentas e vinte e sete.

----- Em resposta às questões levantadas pelo Sr. Deputado Prof. Henrique Ferreira, relativamente às acessibilidades e à ligação, mais concretamente, Rossas a Pinela, nós temos esta obra inscrita no Plano Plurianual. Como já vos disse há bocado, é um investimento relativamente grande, a obra Mós/Paredes que será executada em 2014, e, obviamente, que o resto das obras serão concretizadas durante o mandato. Não temos capacidade financeira para executá-las todas no ano de 2014, mas fá-la-emos, com certeza, e esta é uma das que está contemplada para execução, para além de outras.

----- De qualquer forma, aquilo que o Sr. Deputado, há bocado, referiu, relativamente às sugestões que foi fazendo, deixe-me dizer-lhe que, se efetivamente, há bocado, nos criticou por termos as despesas correntes relativamente altas, com pouco dinheiro para investimento, com as suas sugestões nós gastaríamos o dinheiro todo em correntes e ficávamos com zero para capital, por isso não é possível fazer aquilo que o Sr. sugeriu.

----- Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Bruno Veloso, isso é uma opinião que eu nem sequer vou comentar, aquilo que o Sr. aqui vem referir são as suas interpretações, e, portanto, eu não tenho que as comentar. Relativamente à do Sr. Deputado Luís Pires já me parece que anda numa onda de devaneios um pouco exacerbados, e que nós fazemos parte da história, porque a história não se apaga. Felizmente, eu próprio tenho o grato prazer de ter sido um dos atores, não fui o principal, mas fui também com um papel importante, na história recente de Bragança, à qual os Srs. sempre se opuseram e representaram sempre, estavam aqui os figurantes, os Srs. foram figurantes, nós fomos os atores principais. E era esta nota que eu queria deixar.

----- Pugnaremos, sempre, pelo desenvolvimento do nosso Concelho, e é isso que nós queremos continuar a fazer, pese embora, tenhamos a noção clara que não conseguimos fazer tudo aquilo que gostaríamos, não conseguiremos nunca, isso é um facto, e nós também o reconhecemos, também temos humildade suficiente para reconhecer, e também para reconhecer que é importante as coisas irem evoluindo, e, se, nesta altura, nós não conseguimos ter a capacidade, nem os recursos financeiros que gostaríamos de ter para determinado tipo de investimentos e de obras, sabemos bem, como referi já há bocado, durante o período da manhã, que havemos de ir à procura desses investimentos para conseguirmos concretizar aquilo que temos na nossa mente e que algumas dessas propostas, também sei, e já o disse também de manhã, não estão vertidas neste documento, sê-lo-ão numa fase posterior.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- O PS tem, ainda, tempo e julgo que tem interesse em intervir.

----- **Bruno Veloso** – Eu vou ser breve, para o meu camarada Luís Pires falar também.

-----Ó! Sr. Presidente, o Sr. pode tecer as considerações da minha intervenção, e, naturalmente, da minha visão, mas há um ponto que é fundamental, e esse ponto o Sr. não pode desmentir, porque é factual, que é quando o Sr. diz que a quebra de receitas do Município tem a ver com a redução da taxa do IMI, e esse está provado não por mim, mas por si e pelos seus números, que não é verdadeira.

-----Agora, já relativamente à sua afirmação, parece-me de mau tom a sua afirmação de que o Sr. é ator e os outros são figurantes, a democracia não é feita de atores principais nem atores secundários, a democracia é feita de atores que são eleitos cada um para as suas funções, exatamente com a mesma legitimidade democrática, o Sr. foi eleito para governar o Município de Bragança, nós fomos eleitos para a AM, hoje ou no passado, mas não há figurantes nesta cena e nós estamos aqui todos a contribuir exatamente, e eu não quero estar a duvidar das suas boas intenções, como não lhe admito que duvide das nossas, e, portanto, aqui não há figurantes, cada um emite as suas opiniões, e cada um faz o seu trabalho e aquilo que lhe compete, nos termos e nos estatutos que a democracia que vivermos assim nos permite, essa sua afirmação de que os Deputados ou nós, do PS, somos figurantes, é de uma baixeza política, Sr. Presidente, não lhe fica nada bem.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Luís Pires, do PS, depois Eduardo Malhão.

----- **Luís Pires** – Sr. Presidente, eu começava por uma parte, até para continuar aquilo que o meu camarada Bruno Veloso falou, é que realmente os conceitos são conceitos que têm interpretações, muitas vezes, diferentes, eu não consideraria, e quando o Sr. falou, disse-me, que eu não sei se falou do PS, mas pelo menos, para mim, falou em figurante, eu não levei a mal, nós estamos aqui num debate político, esteja perfeitamente à vontade para fazer esse debate comigo, que não há problema nenhum, agora é assim, eu, na altura, fui eleito para representar um conjunto de pessoas que votaram em nós, PS, e que são muitas, não são duas ou três, o Sr. Presidente disse que era presidente de todos, mas então são figurantes? Não pode ser, temos que ter calma, ponderar um bocadinho, e eu não levo a mal, estou habituado a este jogo, tenho que fazê-lo com seriedade e com objetivos pragmáticos e concretos, não levo

a mal, agora há outras pessoas que podem sentir-se feridas e, se calhar, com razão, mas eu não levo a mal, estou à vontade, sei qual é o meu papel, aqui, e também o Sr. Presidente sabe que eu trabalho, além de estar aqui, em prol sociedade Brigantina e faço o meu melhor, só não faço mais porque, às vezes, não posso, tanto que hoje o almoço foi demasiado rápido porque tive tratar de assuntos que, se calhar, tem a ver com a cidade. Devaneios! Devaneios não, são ideias, algumas das ideias que eu tenho ao longo dos últimos anos, já são muitos, transmitido a esta Assembleia, às vezes o tempo têm-me dado razão, e, estou certo que outras o tempo vai-me dar razão também, vamos ter calma, havemos de lá chegar.

----- **Luís Pires** - Dr. Amândio, já sabemos como é que nós fazemos a nossa conversa, um cafezinho resolve a coisa antes do ano terminar, portanto, mas é assim, todos nós sabemos que eu não fico contente quanto algum projeto da Câmara corre mal, não, não fico, não fico, isso é mau para a cidade, eu já vos disse que quero viver cá, não quero sair daqui, não quero que me empurrem para fora de Bragança, optei por vir para Bragança, há muitos anos, e quero continuar cá, agora também tem que respeitar aquilo que, às vezes, é a minha visão e, às vezes, a minha visão técnica também vem aqui para cima da Mesa, e já são alguns projetos que me passaram por as mãos e, portanto, tenho alguma autoridade, passo a modéstia, de dizer algumas coisas relativamente a alguns projetos, e é o que eu digo, o tempo dá-me razão.

----- Já agora, por falar em projetos, Sr. Presidente, se fosse eu, que não sou, sou figurante aqui no plano, fazia assim: Eu tenho uma ideia para Bragança, tenho várias, mas uma delas, agarrava e dizia assim - epá! Vamos fazer isto, é importante fazer este projeto - então vamos fazer assim: vamos inscrever no orçamento uma verba que nos permita dar início ao projeto, nem que seja fazer o projeto em papel, e está no plano e orçamento iniciar esta obra, até apresentava aqui com os Power Point, todo porreiro, todo contente, aqui uma obra. E, depois, nós temos esta tendência, quando vocês nos apresentam uma obra, nem discutimos se é importante ou não, vamos logo - a janela está mal, devia ser ali - nem vemos a importância.

----- Eu lembro-me da Avenida Sá Carneiro, foi uma dessas – epá! Aqueles triângulos! – Pois, mas transformamos uma avenida larga numa coisa que é para Karting, não é? Portanto, lá está,

são estas coisas, não é? Eu fazia o seguinte: arranjava o projeto, apresentava-o aqui, e, depois, desculpe, não é a Sá Carneiro, é a Avenida Cidade de Zamora e a outra é Avenida do Sabor, foi um lapso, mas vocês perceberem, viram como chegaram lá, num instante, foi só dizer que era curvinhas, e, portanto, meus caros amigos, aquilo que eu fazia era arranjar os projetos, e, depois de ter o projeto ia à procura de fonte de financiamento, como o Sr. Presidente diz, vamos ver onde é que é enquadrável, e consegue-se, agora, não vinha para aqui sem ideias, por amor de Deus, eu sei que são poucos meses desde de setembro até agora, mas eu traria algumas sugestões.

----- Muito obrigado, é só.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- António Eduardo Malhão, do PSD, tem a palavra.

----- **António Malhão** – Boa tarde a todos, parece-me que, de facto, o almoço não fez muito bem, a parte da manhã correu lindamente e, agora, a segunda parte não está a correr tão bem.

----- De facto eu não quero acrescentar muito, gostaria de subscrever, na íntegra, as brilhantes intervenções dos companheiros Martinho do Nascimento e João Castanho, que foram objetivas, claras, precisas e concisas, não há muito a acrescentar, e, gostaria, apenas, de lembrar que, de facto, uma história nova não se faz em setenta dias, deve ser bem estruturada, bem sistematizada, e os Srs. Deputados, do meu lado esquerdo, querem uma história nova feita em cima do joelho, à pressa e mal feita, em setenta dias, isso não é possível.

----- E, nesta época natalícia, compreende-se que se fale em sonhos, em histórias, em elefantes, já se falou aqui um pouco disso tudo, mas gostaria de lembrar, também aqui, que a política é a realização do possível, mais de que utopias, sonhos e histórias o que verdadeiramente conta são a realidade e as pessoas, e este orçamento é realista, é virado para as pessoas e tem confiança no futuro da nossa sociedade e do nosso concelho, e não caminha por um facilitismo da demagogia e do populismo porque, de facto, é fácil fazer parte da oposição de um executivo ou de um governo, difícil é fazer um projeto autárquico de dezasseis anos, como o PSD tem construído, afirmativo, positivo, virado para as pessoas, que é um verdadeiro exemplo a nível nacional. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado Henrique Ferreira, do Movimento Sempre, quer intervir? Eu recordo que tem cinco minutos.

----- **Henrique Ferreira** – Obrigado, Sr. Presidente, boa tarde a todos, mais uma vez.

----- Eu vim aqui porque senti necessidade de dizer ao Sr. Presidente da Câmara que não pode aborrecer-se com as críticas da oposição, a oposição faz o seu papel, o poder e os seus apoiantes fazem o seu papel e portanto não há determinado tipo de respostas, por parte de quem está no poder, podem indiciar numa superioridade em virtude do lugar que se ocupa, mas em cair numa situação de impossibilidade de execução do cargo pelo facto de não se ter estofo mental para o exercer. E, portanto, Sr. Presidente, o que eu lhe peço aqui é que o Sr. seja grande, e o Sr. tem capacidade para ser grande, eu confio em si, o Sr. é meu Presidente, como, neste momento, o Sr. não representa os votantes do PSD, o Sr. Representa os Bragançanos e é em nome deles que tem que falar, sejam eles do Movimento Sempre Presente, sejam eles do PS, sejam eles do PSD, sejam eles do BE, ou sejam eles do CDS, ou da CDU. O Sr. tem que ser grande, e quando lhe fazemos uma pergunta é porque a queremos ver respondida.

----- Eu fiz-lhe, sinceramente, uma referência à estrada que não está no vosso Plano, Freixedelo/ Rio Frio, é uma estrada que em relação a Izeda, a Calvelhe, às Paradinhas, a Parada, Coelhooso, por aí fora, retiraria 25Km na distância em relação a Quintanilha e a Rio de Frio, portanto podemos seguir uma via napoleónica editorial, dizendo assim: “as estradas têm que convergir todas para um centro” - era a conceção de Fontes Pereira de Melo - as estradas têm que convergir todas para um centro - Não! Um desenvolvimento regional faz-se com as estradas a ligar a periferia, e portanto eu referia-me a uma estrada que não está no plano e que gostava que, sinceramente, os Srs. equacionassem, para o futuro. Não propus qualquer despesa corrente, propus-lhes despesas de investimento, o Sr. aí interpretou mal.

----- Em relação ao resto, Sr. Presidente e caro Executivo, eu também confio em vós, eu quero que os Srs. sejam grandes, quero que os Srs. sonhem, e cá estamos nós para dar o apoio e o benefício da dúvida, sempre que seja necessário.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Não sei se alguns Srs. Deputados pretendem intervir.

----- PS? Bom, assim sendo, Sr. Presidente da Câmara, quer ainda intervir? Tem a palavra Sr. Presidente.

----- **Presidente da Câmara** – Eu só queria alertar para o facto de não tentarem fazer interpretações abusivas das minhas palavras, o que eu tentei dizer foi o seguinte, e passo a explicar. Os Srs., durante o passado recente, sempre estiveram contra aquilo que eram os investimentos do Município, significa o seguinte, e foi aquilo que eu disse, que do lado de cá foram as pessoas que estiveram a lutar pela realização de determinado tipo de obras e os Srs. contra, e o que eu disse foi exatamente a comparação entre o que é a pessoa, o ator e o figurante, aquele que não tem intervenção direta e aquele que está a lutar para isso, tão simplesmente isto. Não admito, que o Sr. Deputado Bruno Veloso venha aqui com aquela questão da baixeza, ó! Sr. Deputado, comigo não! Sou muito bem educadinho para saber respeitar toda a gente. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Passamos, então, agora, à votação do ponto 4.2.1 - Documentos Previsionais para o Ano de 2014 – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal, Mapa de Pessoal e Compromissos Plurianuais.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA ABSOLUTA, COM UM VOTO CONTRA, VINTE E QUATRO ABSTENÇÕES E QUARENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E UM MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto, Srs. Deputados?

----- António Morais, da CDU; Henrique Ferreira; Sr. Presidente da Junta Freguesia de Izeda/Calvelhe/Paradinha Nova e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortes.

----- **António Morais** – Só um pequeno aparte, Sr. Dr. Henrique, a propósito da sua omissão relativa à CDU, quando mencionou todas as outras forças políticas, como diz o Francês, é um lapsus révélateur

-----**Apresentou, por escrito, o seguinte:**

-----“Declaração de voto da CDU sobre documentos previsionais para o ano de 2014 - orçamento, plano plurianual de investimentos; plano de atividades municipal; mapa de pessoal e compromissos plurianuais.

----- Este orçamento traduz uma continuidade de políticas que consideramos gravosas para o desenvolvimento da nossa região, dado que não procura dar solução aos reais problemas com que nos confrontamos, com destaque para a desertificação e o desemprego.

----- Da mesma forma que as anteriores, o conjunto destas propostas são elaboradas à revelia de um envolvimento e auscultação de entidades e parceiros, bem como da população em geral, cujo envolvimento é imperativo numa sociedade que se pretende democrática. É sintomática, pela negativa, a ausência de envolvimento das juntas de freguesia e de um orçamento participativo, mesmo que com carácter simbólico, incluindo só algumas rubricas.

----- Acresce que, em rigor, não é verdade que a redução da taxa do IMI venha afetar negativamente o orçamento, porquanto esta redução, em si positiva, é largamente compensada com a valorização dos imóveis coletáveis.

----- Assim, não obstante estarmos perante as primeiras propostas deste executivo, mas pretensamente estruturantes, e dado o seu carácter conivente com o caminho danoso até aqui seguido na condução dos destinos do nosso concelho, em coerência votamos contra. ”.....

----- Não tem outro sentido, considerando mau outro sentido se não o voto contra.....

----- Disse.

-----**Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra, para a sua declaração de voto do Movimento Sempre Presente.

-----**Ana Almeida** – O Movimento Sempre Presente absteve-se, tal como tinha sido anunciado pelo Dr. Henrique Ferreira, aliás, tal como resultou da intervenção, de que o documento, este projeto, para quatro anos, poderia ser mais ambicioso, não vou qualificá-lo de pouco ambicioso ou de muito ambicioso, é um instrumento idóneo para definir a estratégia

Municipal e, de facto, acho que rubricas como o que fazer para o turismo, o que fazer na agricultura, o que fazer com a mobilidade condicionada.....

-----Eu acho que hoje temos estado, aqui, a confundir alguns conceitos entre as acessibilidades e as mobilidades. A nossa cidade também tem pessoas com mobilidade condicionada, e eu, francamente, tenho sido uma observadora atenta relativamente à questão da mobilidade condicionada, as pessoas com dificuldades, e que são isso mesmo, pessoas com mobilidade condicionada, cadeiras de rodas, deficientes, temos grandes obstáculos, Sr. Presidente, e os equipamentos públicos coletivos não têm as acessibilidades que permitam a inclusão social e o acesso dessas pessoas aos equipamentos.....

-----Por exemplo, lembro-me de no seu programa eleitoral, falava da educação, onde o Sr. Presidente defendia, uma das coisas que era simples de fazer, SR. Presidente, os livros escolares para famílias carenciadas, nomeadamente adquirir os manuais do primeiro ao quarto ano, bastava isso, ou até ao ciclo, discutir, pelo menos, essa questão, na parte da educação, acredite que aligeirava muito o bolso das famílias.

-----E, nomeadamente quanto à vacinação, há municípios que fizeram isso, vacinas que não estão incluídas no plano nacional de vacinação, famílias não vacinam os seus filhos contra a meningite porque não têm poderes.

-----Portanto eu acho que efetivamente há aqui temas que são transversais a todos nós, porque acho que nenhum dos Membros que aqui está, nenhum de nós quer, aliás, nós só queremos trazer vida a Bragança, e estarmos em Bragança o mais possível, acho que, de facto, este documento podia e devia ter ido um bocadinho mais além na sua ambição e na inscrição das intenções que, como o Luís disse, e tem razão, permite dizer assim - eu tive uma ideia, vou inscreve-la e depois logo vejo donde vem o dinheiro, onde é que o vou buscar - e daí o sentido de voto do Movimento Sempre Presente.

----- Muito Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem, agora, a palavra, para a declaração de voto, Luís Pires, do PS. A seguir tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Izeda.

----- **Luís Pires** – Um brevíssimo ponto prévio, eu convidava o Sr. Presidente da Câmara, eu sei que, na altura, nos últimos mandatos, não tinha tempo de estar aqui em todas as sessões, tem trabalho a fazer, enquanto aqui estamos, mas, certamente, se consultar as atas verá que existe mais de uma mão de projetos da Câmara que tiveram o voto a favor, não foi abstenção, do PS, não estamos sempre contra, quando achamos que converge com aquilo que é a nossa linha, aquilo que nós achamos que são os interesses, votamos a favor, apenas uma correção que eu também gosto das claras, não somos do bota abaixo, não, e chegamos a apresentar projetos com os poucos meios que cabem a um grupo da oposição.

----- Relativamente ao nosso voto a este ponto, ao ponto 4.1, nós não podíamos votar a favor porque, realmente, não é por estarmos contra, é que, realmente, o que nos é apresentado não catalisa, não é estruturante, não é alavanca. Os planos e os orçamentos devem ter uma característica que chamam de diretores, diretores é porque eles vêm do topo para o detalhe, e, aqui, apresenta-nos precisamente o contrário, temos um conjunto avulso de algumas realizações mas que não são alargadas no sentido verdadeiramente estratégico.

----- Eu entendo, claramente, que não houve tempo, mas essa assunção devia ser clara e devia-se tentar ir um bocadinho mais além, é esse também o papel, aquilo que se exige a quem está a governar a Câmara.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Agora sim, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova, Luís Filipe, tem a palavra.

----- **Luís Fernandes** – Ora bem, é só para justificar a minha votação e da maior parte dos Presidentes de Junta do PS, de que o nosso voto de abstenção foi um pouco na linha daquilo que eu disse aqui, à bocadinha, que nós estamos à espera de ter sido ouvidos, de ter dado o nosso contributo para este orçamento, não foi, e de maneira que este voto de abstenção é exatamente, não digo nenhuma, mas de algum descontentamento em relação a essa situação de não termos dado o nosso contributo, portanto, de qualquer modo, esperamos ainda ser recebidos pelo Sr. Presidente, para as reuniões que nos estão prometidas e aí poderemos fazer

valer os nossos interesses, das Freguesias, e penso que ainda de reverter algumas situações que estão neste orçamento.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Tem a palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortes.

----- **António Pires** – Ora, muito boa tarde a todos. Eu quero dizer que votei a favor deste orçamento, mesmo sem resposta às perguntas que fiz mais fluentes ao Sr. Presidente da Câmara, ele não me deu resposta, mas espero que aquilo que é necessário para o bem estar das pessoas seja feito, porque eu já tenho dito, várias vezes, que é com alguma mágoa que vejo o Concelho de Bragança, a nível daquilo que faz falta às pessoas, e são elas que contam, em especial no meio rural, no meio mais pobre, aquilo que é necessário já não devia ser reivindicado, já devia estar feito, espero que seja feito e aquilo que é supérfluo que se deixe e que fique para depois, porque, cada um em nossa casa, até com pouca coisa consegue fazer uma festinha, agora, aquilo que é necessário para as pessoas terem, já devia ter sido feito e espero que se concretize.....

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Julgo que não há mais inscrições para declarações de voto.

----- Há? Tem a palavra o Sr. Deputado do CDS/PP, no sentido de fazer a sua declaração de voto. -

----- **Francisco Pinheiro** – Boa tarde a todos. Eu não tenho o dom da palavra como alguns dos meus colegas, alguns mesmo colegas de escola, como a intervenção do João Paulo Castanho, um bom nível aqui das intervenções na Assembleia, mas eu queria fazer aqui uma séria de considerações

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, quero dizer-lhe que o tempo das declarações é de três minutos, mas, para sua informação, a declaração de voto tem que se cingir absolutamente e só à sua declaração de voto, não é usado para intervenções.

----- **Francisco Pinheiro** – Comece a contar agora, então.

----- **Presidente da Mesa** – Ok! Se houver necessidade de a Mesa intervir, fá-lo-emos.

----- **Francisco Pinheiro** – Ok! Portanto, acho que com o que se disse no início, que os pressupostos para os quais partimos para a discussão do orçamento não estavam exatamente corretos, fiquei espantado com a série de necessidades que ainda há sobre o abastecimento de água e tratamento de esgotos, depois de dezasseis anos de investimento colossal parece-me triste continuarmos a debater estes assuntos com tanta necessidade.....

----- Em relação à agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca não vi nenhuma medida que, realmente, tivesse um valor acrescentado ou alguma coisa com futuro, porque fizemos o investimento do, eu chamo-lhe tourodromo, e Parque de Raças Autótenes, portanto, eu julgo que com estes dois investimentos, que eu não condeno, foram opções, e é com elas que temos que viver, poderia ter sido feito algum investimento em conjunto com o IPB para desenvolvimento, melhoria das raças autótenes. O Brigantia ECOPARQUE é muito bom, mas pode ser feito aqui ou pode ser feito em qualquer sitio do Mundo, o serviço vai ser feito lá, tem muito valor, mas pode ser feito em qualquer ponto e mudar de um dia para o outro, e o que nós temos é certo, e o nosso concelho é um concelho agrícola.

----- Em relação às juntas de Freguesia já falamos sobre isto. Em relação aos transportes aéreos foi feito um investimento de alargamento da pista, melhoria das condições, e, infelizmente, não temos o transporte aéreo, espero vir a ter, irei fazer aquilo que me for possível para que ele volte.

----- **Presidente da Mesa** – Tem um minuto.

----- **Francisco Pinheiro** – No entanto estão previstos investimentos no Aeródromo, durante este ano, não vejo qual é o objetivo dos mesmos.

----- No comércio e turismo, que é outra das nossas vantagens naturais, não é? Que é onde devemos apostar, estão previstos um milhão e quinhentos mil, eu julgo que cinquenta por cento disso será para o Centro Sefardita, que tem a ver com os judeus, eu julgo que isso era um projeto que podia passar para a CIM e ser feito noutra Concelho do Distrito onde a história dos judeus na região tem mais significado.

----- **Presidente da Mesa** – Tem que concluir, Sr. Deputado.

-----**Francisco Pinheiro** – Habitação e serviços coletivos, a Domus Universitária, não sei quantos edifícios, quantos fogos, não sei o que é que vão fazer, gostava que isso tivesse ficado esclarecido, alguns erros são naturais na execução do documento.....

----- Em relação às vias estruturantes, a ligação de Zamora aqui à A4, convém reforçar este ponto, e em relação ao IP2 - ligação à Puebla de Sanábria, portanto era bom que a Câmara tivesse já estudado onde é que esta via iria entrar na cidade, se existe algum plano da Câmara para... ..

-----**Presidente da Mesa** – Agora é que já não é mesmo declaração de voto, tenho que retirar-lhe a palavra, Sr. Deputado, terminou o tempo, de qualquer forma eu peço então, no fundo, que é a sua declaração de voto, julgo eu, mas gostaria que se cumprisse o Regimento, na declaração de voto é exclusivamente para a manifestação da vontade de declaração de voto, não intervenções... ..

-----**Francisco Pinheiro** – A minha declaração de voto é a abstenção, porque há uma série de pontos que eu falei, agora, que estão todos neste documento, sobre os quais ficaram dúvidas, mas eu vou-me abster porque não apoio completamente esse documento.

-----**Presidente da Mesa** – Não há problema, mais sintética e direcionada sem considerações, usando o tempo disponibilizado para declaração de voto para intervenções. De qualquer forma, muito obrigado pela sua declaração de voto.....

-----Estão terminadas as declarações de voto, Srs. Deputados, passamos para o ponto seguinte

PONTO 4.2.2 – Dissolução e Liquidação da PENOG – Parque Eólico da Nogueira, S.A.

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove de dezembro do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge

Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA PENOG – PARQUE EÓLICO DA NOGUEIRA, S.A.

Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

“A PENOG – Parque Eólico da Nogueira, S.A. é uma sociedade anónima, com sede em Bragança, constituída em 10 de agosto de 2000 e tem como objeto principal o desenvolvimento e exploração dos recursos energéticos de origem renovável da zona da Serra da Nogueira, com especial incidência na energia eólica.

A Empresa é detida em 84,80% (42.400 ações) pela EDF EN Portugal Unipessoal, Lda., empresa subsidiária da EDF Energies Nouvelles, S.A., sediada em França, e em 15% (7.500 ações) pelo conjunto dos Municípios de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Vinhais (correspondendo 5% a cada um dos referidos Municípios), e 0,2% (100 ações) pelo Sr. Eng. Carlos Pimenta, totalizando 50.000 ações, no valor nominal de 1 euro cada.

Em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 28 de junho de 2002, foi aprovado o protocolo para instalação de um parque eólico na Serra da Nogueira, assim como os estatutos da sociedade anónima.

Desde a constituição da Sociedade foram desenvolvidas várias ações tendentes à concretização do projeto, destacando-se:

- Em junho de 2005, elaborado o estudo de avaliação dos impactes ambientais, pela empresa Proistemas, Consultores de Engenharia, SA.

- Em novembro de 2005, desenvolvido o estudo de avaliação da capacidade do potencial eólico elaborado pelo Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial.

- Em 20 de maio de 2008, enviado ofício a Sua Excelência o Primeiro Ministro, ao Sr. Ministro da Economia e Inovação, à REN e à Direção Geral de Energia, relativamente ao concurso da fase C para as centrais eólicas, no sentido de ser aumentada a potência para 150 MW na subestação de Macedo de Cavaleiros.

- Em julho de 2008, a PENOG apresentou, na Direção Geral de Geologia e Energia, a candidatura ao Procedimento Concursal para as centrais eólicas – fase C, sem sucesso de atribuição de potência para a instalação do parque eólico na Serra de Nogueira.

Em 27 de outubro de 2012 a EDF Energies Nouvelles, S.A. remeteu para o Município de Bragança uma comunicação propondo aos três Municípios acionistas a compra do lote de ações que a mesma detém na referida Sociedade, pelo preço simbólico de um euro a pagar por cada um dos Municípios.

Nessa transação a EDF EN Portugal entregaria todos os estudos realizados até à data, assim como a cedência de todos os suprimentos e prestações acessórias que essa empresa detém na Sociedade.

A saída da Sociedade prende-se com o facto da Administração da EDF EN Portugal considerar que não dispõe de condições, nos próximos anos, para o licenciamento de um parque eólico na Serra de Nogueira, apesar da realização de todo um trabalho de prospeção, contratação de terrenos, estudo de impacto ambiental e de estudos do vento, visto não haver perspectivas, a curto prazo, de abertura de novos concursos, por parte da Direção-Geral de Energia e Geologia, para exploração de energia eólica, uma vez que grande parte da potência contratada em anteriores concursos ainda não se encontra, na totalidade, em produção.

No dia 11 de dezembro de 2012, em Bragança, os três Municípios acionistas realizaram uma reunião com o Administrador da Ventinveste, consórcio da Galp e Martifer, dado o interesse, dessa empresa, em construir um Parque Eólico na Serra de Nogueira.

Nessa reunião o Administrador da Ventinveste referiu que na Fase B do concurso eólico, realizado em 2005, foram atribuídos 400 MW, tendo nesta data em produção 12 MW, sendo que até ao final de 2013 preveem a instalação de mais 200 MW existindo, assim, a possibilidade de instalar alguma dessa potência contratada e não instalada na Serra da Nogueira, nomeadamente na zona sul da área do projeto (Pombares, Rebordainhos, Soutelo Mourisco e Espadanedo), com 10 MW (5 aerogeradores), visto ser esta a potência disponível de receção na Subestação de Macedo de Cavaleiros.

No dia 18 de dezembro de 2012 reuniram, em Bragança os Municípios acionistas e as Juntas de Freguesia, Comissões de Baldios e Assembleias de Compartes, proprietários dos terrenos, tendo sido deliberado, em ata, as seguintes decisões apresentadas, para conhecimento, na Reunião de Câmara de 28 de janeiro do 2013, que a seguir se elencam:

1. Os Municípios de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Vinhais não têm qualquer interesse na compra da participação detida pelo acionista maioritário (EDF EN Portugal, Lda).

2. Os três Municípios supra referidos concordam com a alienação ou extinção da empresa, processo que deverá ser desenvolvido pela EDF EN Portugal, Lda.

3. Os proprietários dos terrenos entendem que os contratos vigentes deverão ser cumpridos até 31 de agosto de 2013, nomeadamente a transferência do montante relativo à renda dos terrenos.

4. Os proprietários dos terrenos aceitam a formalização de novos contratos com outra empresa que demonstre interesse na instalação de um parque eólico, em parte ou na totalidade da área de intervenção do projeto.

Desde essa data que a Ventinveste está a desenvolver todos os procedimentos administrativos e técnicos no sentido de viabilizar, com a maior brevidade possível, a construção do parque eólico na Serra de Nogueira, tendo sido solicitada, em abril de 2013, à Direção-Geral de Energia e Geologia, a transferência de 10 MW da potência atribuída noutra zona para a área do projeto do parque eólico da Nogueira.

No dia 18 de setembro de 2013, no âmbito das competências previstas nos Estatutos, no seu artigo 15.º, ponto 2, alínea i, o Conselho de Administração da PENOG, SA deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Geral a liquidação e dissolução da Sociedade Anónima, tendo, ainda, sido aprovado o Relatório do Conselho de Administração, e respetivos anexos, referentes ao exercício de 2013.

Em Reunião da Assembleia Geral da PENOG, SA, realizada em 28 de novembro de 2013, os acionistas deliberaram, por unanimidade, aprovar a proposta de dissolução e liquidação imediata da Sociedade, apresentada pelo Conselho de Administração, tendo, ainda, sido aprovados os documentos contabilísticos supra referidos.

Nos termos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local, são participações locais todas as participações sociais detidas pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas, em entidades constituídas ao abrigo da lei comercial.

Por seu turno, consideram-se sociedades comerciais participadas, para os efeitos daquele diploma, as entidades constituídas ao abrigo da lei comercial, participadas por um ou mais municípios. (cf. o artigo 4.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).

O regime legal das participações locais é desenvolvido no CAPÍTULO IV da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, competindo ao órgão deliberativo da entidade pública participante, sob proposta do respetivo órgão executivo, deliberar relativamente à sua aquisição. (cf. o n.º 1 do artigo 53.º).

Coerentemente, é também da competência do órgão deliberativo da entidade pública participante, sob proposta do respetivo órgão executivo, deliberar sobre a alienação das participações locais, incluindo as detidas em sociedades comerciais já existentes, como é o caso, à data de entrada em vigor da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, (cf. o n.º 1 do artigo 61.º, conjugado com o n.º 5 do artigo 70.º do mesmo diploma).

Por seu turno, relativamente à dissolução das sociedades participadas, por a matéria não se encontrar regulada na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a competência para a sua deliberação é também da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos

termos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (a qual dispõe competir à Assembleia Municipal deliberar sobre todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à Câmara Municipal), conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma (que estatui competir à Câmara Municipal a apresentação de propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta).

Assim, propõe-se que a Exma. Câmara Municipal aprove a presente proposta de dissolução e liquidação da PENOG, S.A. e que a mesma seja submetida à apreciação da Exma. Assembleia Municipal de Bragança.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta de dissolução e liquidação da Penog – Parque Eólico da Nogueira, S.A, bem como submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea n) do n.º 1 do artigo. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e para efeitos do previsto na alínea ccc) do n.º 1 do citado diploma.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 16 de dezembro de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – ANEXOII

I – Dissolução e Liquidação da Penog – Parque Eólico da Nogueira, S.A

II – Ata número três (Conselho de Administração);

III – Deliberação Social Unânime por Escrito;

IV - Certificação Legal das Contas;

V – Relatório do Conselho de Administração;

VI- Anexo às demonstrações Financeiras em 18 de setembro de 2013;

VII – Balanço Individual em 18 de setembro de 2013 de liquidação.”

-----**Presidente da Mesa** – Cabe, então, ao Sr. Presidente de Câmara, fazer a abertura da discussão, lembrando que agora vamos entrar na grelha de tempos tínhamos inicialmente, a Grelha A, que tem, neste caso, para o Sr. Presidente de Câmara, apenas e só quatro minutos. ...

-----**Presidente de Câmara** – Bom, relativamente a esta questão, uma vez que o documento entregue aos Srs. Deputados, é perfeitamente perceptível, e porque nos diz exatamente aquilo

que se pretende, que é os três municípios detentores desta Sociedade decidiram entre si, e também a empresa que fazia parte da sociedade, mais o Eng. Carlos Pimenta, proceder à sua dissolução.

----- Portanto, aquilo que temos aqui, também já foi aprovado na Câmara Municipal, já foi deliberado, presumo que também numa assembleia Municipal, e, portanto, o que estamos aqui a fazer, agora, é tão simplesmente deliberar parte da extinção desta empresa, permitindo que algumas freguesias de Macedo de Cavaleiros possam usufruir da colocação de alguns aerogeradores no seu território. Situação que não podia acontecer se esta sociedade se mantivesse com todos os acionistas porque condicionava a instalação de aerogeradores no Município de Bragança, isto é, libertar todos os parceiros, as comissões de baldios também, as várias juntas de freguesia, para que cada uma delas possa, à sua vontade, negociar com a empresa que pretende colocar alguns aerogeradores e que não inclui o território de Bragança. .

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Depois desta introdução, pedidos de esclarecimentos à Câmara, Srs. Deputados?

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra, para o seu pedido de esclarecimento.

----- **Ana Almeida** – É muito simples, Sr. Presidente, se a minha ignorância da matéria é total, mas intuitivamente a questão que se me coloca é - quais os efeitos da rescisão do contrato para o Município de Bragança, ou seja, não há almoços grátis, como todos nós sabemos, e qual a situação equacional dos terrenos onde esses aerogeradores seriam instalados.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Srs. Deputados, mais alguém quer fazer pedidos de esclarecimentos à Câmara?

----- António Morais, da CDU, para depois o Sr. Presidente de Câmara agrupar as respostas. ..

----- **António Morais** – A CDU, desde o início, viu muito confuso este tipo de negócio, entretanto, agora, chega ao fim, não percebi bem, por causa de Macedo, para compensar Macedo, para permitir que Macedo tenha aerogeradores. E, então, o projeto inicial não era para nós termos? Não foi feito um contrato com inclusive Presidentes de Junta? Envolveram-se os baldios de uma forma um tanto ao quanto, para nós, mais do que dúvia, porque inclusive

cativava através de contratos de gerações, inclusive, enfim, chega ao fim e nada! Não é? Entretanto há algumas interrogações. Houve compromissos, há acórdãos com as juntas, com as populações, como é que é? Está tudo liquidado, está tudo bem? Gostaríamos de saber um pouco mais ao pormenor.

----- E, de facto, aqui coloca-se, em remate final, uma outra questão, os nossos recursos devem ser geridos fundamentalmente por nós e não estarmos à espera de empresas que venham do Canadá e da França para fazer, e para nos cativar, digamos assim, aquilo que é nosso e que deve ser, enfim, de forma limpa e objetiva, ser gerida por nós.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, ainda, a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. representante da Junta de Freguesia de Rebordãos, Adriano Rodrigues.

----- **Adriano Rodrigues** – Ora, Boa tarde a todos. Sobre este assunto que eu vou falar, é assim: a PENOG foi criada há uns anos atrás, para fazer o Parque Eólico da Serra da Nogueira, onde estavam incluídas freguesias de três concelhos municipais, Concelho de Baldios e o Eng. Carlos Pimenta com uma cota pequena. As juntas de freguesias e os proprietários dos terrenos, uma verba de x, o acordado, que nos foi liquidado.

----- Na última reunião que tivemos, a PENOG era para ser extinta, então fizeram a proposta a todas as comissões de baldios e aos proprietários dos terrenos, para ver se queriam ficar com a firma.

----- A Junta de Freguesia não tinha hipóteses de ficar com aquilo, embora dando-nos aquilo a custo zero, ou com um valor simbólico de um euro, mas nós como é que íamos ficar com uma firma, visto que ninguém queria fazer investimento lá! Então resolvemos ficar com os terrenos e entregar às Câmaras Municipais, digamos assim, a firma, que não tinha nada. Então, as Câmaras, logo nessa reunião, ficou decidido também que não queriam, que queriam dissolver, e é o que estão a tratar neste momento, porque ninguém tem condições, porque se não fosse extinta as freguesias que ainda podem vir usufruir de alguma aerogerador na sua área, como, por exemplo, Espadanedo e Soutelo Mourisco de Macedo de Cavaleiros, não podiam usufruir

desse direito se a Firma não fossem extinta, porque esta firma sentia-se na obrigação de ser proprietária dos terrenos embora pagando a verba que tinham acordado, também não quiseram, e, então, por todos, resolvemos extinguir, que é para, eventualmente, alguns ainda venham a fazer alguma coisa na zona. É só.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Adriano Rodrigues.

----- Estamos com os pedidos de esclarecimento terminados, cabe, agora, ao Sr. Presidente da Câmara fornecer as respostas que encontre ou que se ache em condições de as fornecer.

----- **Presidente da Câmara** – Sra. Deputada Ana Guedes de Almeida - o Município não vai ter qualquer encargo com esta dissolução, absolutamente nada, não teve até agora, como não terá no futuro. Para as juntas de freguesia, como já aqui foi dito também pelo representante do Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos, é uma forma de libertarem os terrenos, dos quais estavam a receber uma renda, para permitir que efetivamente outras juntas de freguesia, saindo desta sociedade, possam negociar com outra empresa. Caso contrário não o poderiam fazer, portanto o objetivo é este, e não estarmos a prender ninguém, a amarrar ninguém a este contrato.

----- Para o Sr. Deputado da CDU, creio que aquilo que eu disse dá resposta àquilo que o Sr. perguntou.

----- Muito obrigado

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Entramos, agora, no período de inscrições para intervenções, e, nesse sentido, a Mesa solicita inscrições.

----- Já temos um pedido, Pedro Rego, do PS, que tem a palavra, e Pedro Ferreira do Movimento Sempre Presente, também.

----- **Pedro Rego** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Bom, uma trapalhada, Sr. Presidente, é o que me apraz dizer sobre este assunto, uma trapalhada onde, uma vez mais, se afasta investimento, se afastam verbas para o Concelho, e, uma vez mais, vemos partir dinheiro que tanta falta fazia às juntas de freguesia em causa, para poderem investir no melhoramento das condições de vida dos seus habitantes. Bragança,

inclusive, tornou-se, nos últimos anos, num dos exemplos de cidade que em vez de atrair e fixar esse investimento, o perde consecutivamente, não é caso único.....

----- Depois de mais de dez anos de constituição desta empresa, a PENOG, o único que fica são histórias de estudos, são reuniões com proprietários e Presidentes de Junta a vender sonhos e expetativas, obviamente furadas.....

----- Ainda assim, após uma decisão do anterior Executivo, aplauso que se acabe de vez com uma história de onze anos e que a Autarquia assuma o falhanço redondo deste projeto, que se assuma que a Autarquia não teve a força suficiente para poder negociar com o Governo, que somente foi o Governo que mais investimento fez no que respeita a energias renováveis e que esta Autarquia assuma que foi também traída pelo seu Governo, que uma vez mais prejudicou gravemente o nosso Concelho ao abandonar o plano energético e cancelando projetos e verbas.

----- Exigem-se, pois, explicações, Sr. Presidente, e diz saber o porquê de após onze anos nada ter sido feito, nada evoluir, exigimos que admita que a Autarquia falhou neste ponto. Mais! Segundo as notícias da comunicação social, dando conta, então, do novo parceiro que a Câmara Municipal poderá ter, vemos as declarações do Sr. Ex. Presidente da Câmara Municipal, em fevereiro, dizendo que, de facto, não se conseguiu, por concurso, ter a potência pretendida para o Parque Eólico por parte da PENOG, pelo facto, pretende-se, então, acordar com a VENTINVESTE que esta empresa invista no parque eólico, colocando vinte megawatts de potência, dos quatrocentos megawatts que esta empresa já teria ganho por concurso em dois mil e cinco.....

----- Pergunto, Sr. Presidente, porque é que em dois mil e cinco, aquando do concurso ganho pela VENTE INVESTE, de quatrocentos megawatts de potência, ficaram reféns de uma empresa que não possuía qualquer autorização de potência para esta região? Porque é que em dois mil e cinco não decidiram o que estamos hoje aqui a debater, precavendo o Concelho de Bragança de oito anos de atraso e prejuízo? Como foi dito aqui, há pouco, ficaram reféns desse contrato, e perdoe-me a ironia, Sr. Presidente, mesmo que em dois mil e cinco, havendo VENTINVESTE

apenas quisesse colocar os vinte megawatts de potência, que agora se propõem fazer, permita-me a ironia, perante a realidade de hoje seria excelente.

----- Voltando à nova empresa, ao nosso parceiro, esperamos, todos, que não seja mais um reviver de uma história, que não seja uma espécie de déjà vu e que daqui a, pelo menos, quatro anos, não estejamos aqui novamente a lamentar-nos de mais um processo que emperrou, espero que não voltemos a viver um novo drama romântico/trágico em que o enredo é o mesmo, mudam apenas as personagens, daí, já agora, assuma a alusão aos figurantes e aos atores principais, até cola bem.

----- Explique também, Sr. Presidente, quais são as intenções reais da VENTINVESTE, em que situação se encontram as conversações, se, de facto, é uma real alternativa à PENOG, e se, conforme declarações prestadas pelo Sr. Ex. Presidente da Câmara em fevereiro de 2013, este acordo com a VENTINVESTE está para breve e se assumem que o Parque Eólico de Nogueira estará pronto no final de 2014.

----- Permita-me terminar com um apontamento humorístico que, dada a circunstancia, pouco faz sorrir.

----- Após uma breve pesquisa descobri que PENOG é uma palavra muito parecida com a palavra Inglesa, ou nomeada Inglesa, PINOG que significa, alguém que usa e abusa das pessoas, o tempo todo, e pensa que isso é divertido, mais que a quatro, Sr. Presidente. Disse.....

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, agora, a palavra, para a sua intervenção, Henrique Ferreira, do Movimento Sempre, recordando que tem cinco minutos para a intervenção.

----- **Henrique Ferreira** – Este já não é um caso de sonho, este é um caso de pesadelo, eu entendo, nunca, li documentos e não consigo entender que depois de dez anos de construção das infraestruturas necessárias à produção de energia eólica na região, com a construção da subestação de Macedo de Cavaleiros, que transporta alta tensão para o Pocinho, etc., e criando condições para a produção de energia eólica, esta PENOG desista do seu projeto e abra terreno fácil a uma outra empresa qualquer, e que nas entrelinhas, Deus me perdoe se faço juízos temerários, mas o que está no texto que vem aqui, é que houve uma empresa que se

disponibilizou para investir vinte megawatts dos seus quatrocentos megawatts autorizados, mas o texto termina aí, e se termina aí, aonde é que fica a história das mil e uma noites, já que esta Assembleia vem ser dominada pelo sonho? Eu não percebo! se há uma empresa, que agora estão montadas todas as infraestruturas, está disposta a investir, desculpem a expressão transmontana – Porreiro, Pá! Eu saio de cena e tu entra em cena - alguém ganha com isto! O meu problema é este, o meu juízo temerário começa aqui, alguém ganha com isto, alguém montou este esquema, Deus me perdoe se estou a fazer juízos temerários, mas eu lendo aqueles documentos, lembro-lhe, entre linhas, é o que concluo, eu acho que não é o momento adequado para fechar a empresa, eu acho que a empresa deve continuar por mais algum tempo.

----- Está bem, se nunca abriu, ... à luz do Código Civil, artigo 1º - 252, ao qual nos é parecida, diz que dez anos pelo uso e campeão é tempo suficiente para a tomar posse, desculpem a ideologia.....

----- **Henrique Ferreira** - está bem! Eu sei que nos baldios não é verdade, aliás, nos baldios nunca é verdade, que é diferente, nunca é verdade, que esses artigos não se aplicam aos baldios, portanto, agora, o que está aqui em causa é a incógnita, é que não se consegue entender o que está nesse documento, eu não consigo entender, e, portanto, desculpem-me, eu voto contra isto, porque não entendo, mas expliquem-me como é que ficou o negócio dos terrenos, expliquem-me quem recebeu o dinheiro dos terrenos, expliquem-me porque é que saem, expliquem-me quem entra, até agora há condições ótimas para alguém entrar, e, pelos vistos, quem vai entrar vai ser a celebre VENTINVESTES, à custa dos investimentos que o Estado Português e os seus contribuintes gastaram durante dez anos.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o Sr. Representante da Junta de Freguesia de Rebordãos, Adriano Rodrigues.

----- **Adriano Rodrigues** – Mais uma vez, boa tarde.

----- Eu, sinceramente, tenho todo o dossier desta situação, mas não trouxe porque eu só antes de ontem é que fui avisado, pelo Presidente da Junta de Rebordãos, para o vir a substituir, e nem li a ordem de trabalhos desta Sessão, senão trazia o dossier para explicar às pessoas. Mas, mais ou menos, para dar uma ideia como é que isto funcionou, eu e o António João, que está ali, o atual Presidente da Junta de Sortes, e, na altura, há catorze anos atrás, eu já era Presidente, começámos este processo, com umas pessoas Francesas que vieram a ter comigo e eu mostrei-lhe a área dos terrenos, então eu disse-lhe que os terrenos eram deste, deste, e daqueles, e eram os de Sortes.

----- Falei com o António João, tivemos uma reunião com ele, e chegámos a um acordo, de arrendar, mas ele queria mais terrenos, mais além, e então resolvemos falar nós, eu e o António João, que está aí, Presidente da Junta de Sortes, com todos os representantes da área geográfica da Serra da Nogueira, e isto veio dar dez ou doze Freguesias, algumas com comissões de baldios, outras com as juntas, outros com proprietários particulares, e falámos com esta gente e chegámos a um acordo de, entre todos, de não abdicar, nenhum, era em conjunto ou não se fazia nada.....

----- Então, fizemos um pacto verbal, que nunca falhou, e todos estivemos de acordo em fazer um pacto único para todos. Então chegámos a um acordo com as rendas, na altura, para cada Freguesia, independentemente de ter duas ou três comissões com pacto, o que acontece, porque há Freguesias com três, e a renda é distribuída a mesma para todos, e cada um dividia para as três partes, ou seja, Soutelo Mourisco tem três comissões com pacto, recebia dois mil euros, estes dois mil euros distribuía-nos pelas três, ficava tudo legal, depois a firma, na altura, concordou e não apanhou nada do concurso que tinha, eram mil e seiscentos megas, e então foi mil para EDP, quatrocentos para VENTINVESTE e duzentos para ir para cima, que agora não me lembra, tenho lá tudo, mas não me lembra, e nós ficámos um bocadinho condicionados porque a firma ??? concorreu e não apanhou nada.....

----- Depois, a seguir, queriam negociar com a EDP, mas não havia onde levar a energia, só havia do Pocinho, para quarenta megas, mas era ??? milhões de contos para dar investimento, então, agora um investimento tão forte na linha para levar trinta ou quarenta megas que eram

lá recebidos no Pocinho. Depois de ser criada, em Macedo, a Subestação, muito mais tarde, para setenta megas, e eram ocupados vinte, salvo o erro, com Bornes, que estava ali em primeira fila, então só ficaram, na mesma, quarenta, para a Serra de Nogueira. Como nós não quisemos dividir, então fizemos uma proposta de fazer, mas continuar a pagar a renda a todos, ??? da Freguesia não abdicaram de fazerem parte da empresa, ou quarenta megas, mas recebemos ???, hoje, mas eles nem isso podiam fazer porque não tinham a conceção, não tinha a venda??? nenhuns megas para meter na Serra da Nogueira. Então aquilo começou-se a criar, assim, até chegou ao ???, por final eles não tinham hipóteses só a VENTINVESTE e a EDP é que podem usar as linhas e não há mais ninguém que tenha hipóteses de fazer mais nada a não ser essas duas firmas, foram eles que ganharam os concursos nacionais, e era para nível nacional, a VINTINVESTE investiu nove megas ou onze megas até quando no seu ??? e então queria investir nos duzentos megas, mas só tem hipóteses de receber oitenta, a subestação nova que fizeram, e eram vinte na linha de trinta e tinham que fazer uma linha de duzentos só para o restante dos duzentos megas e eles disseram que não faziam.....

-----Então, agora, criou-se a hipótese, para não bloquear totalmente, libertar-mos tudo para ver se eles conseguiam fazer esses trinta megas numa das zonas, em principio na zona sul, porque está mais perto da subestação que a pode receber, que é no alto da Amendoeira.

-----E é, mais ou menos, isto, não posso dizer mais nada, se quiserem aguardar para a próxima reunião, eu posso vir munido de todos os documentos e explicar, mais ou menos, como é que correu tudo, no dia a dia, em todas as reuniões.

-----**Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Adriano Rodrigues, representante da Junta de Freguesia de Rebordãos, pelo seu esclarecimento.....

-----Tem a palavra, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Izeda/Paradinha Nova e Calvelhe.

-----**Luís Fernandes** – Ora, uma vez mais, e só para dizer o seguinte, porque efetivamente agora tenho vestida a camisola de Presidente de Junta e custa-me ouvir estas coisas e se repararmos que aqui, com base num jogo de interesses de empresas, de lobis e uma série de coisas, chegámos à conclusão que quem fica efetivamente a perder são as populações que

podiam ter ali uma fonte de rendimento, as comissões de baldios podiam ter uma fonte de rendimento para as populações, e, no fim disto tudo, desculpem-me a expressão, quem se lixa é o mexilhão e são aqueles que efetivamente têm os recursos, que deveriam aproveitar os recursos, mas depois as nossas empresas, nossas, salvo seja, chegam, e põem, e dispõem, e brincam, e depois vão-se embora. Portanto é só um sinal de repúdio em relação a isto tudo.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Sr. Deputado Eduardo Malhão, do Partido PSD, tem a palavra.

----- **António Malhão** – Ora, boa tarde, mais uma vez. Talvez se os esclarecimentos que o amigo Adriano Rodrigues aqui trouxe, tivessem sido no inicio, os Srs. Deputados da oposição fizessem uma leitura diferente, de facto nota-se que não fizeram bem o trabalho de casa, baralharam, jogaram, deram de novo e depois no fimem vez de jogarem as cartas certas fizeram uma renúncia. Pois eu sei que isso não é agradável, isso não é agradável, porque a avaliação que fizeram aqui não é uma avaliação séria nem isenta, quiseram apenas lançar para o debate o ruído e a confusão. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Presumo que não há mais intenções de intervenções, deixaria, agora, a pergunta ao Sr. Presidente de Câmara. Sr. Presidente quer fazer uma intervenção final?

----- Não pretendendo, vamos então proceder à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DEZ ABSTENÇÕES E SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto, no mesmo grupo? Pode ser uma, apenas

----- Muito bem, tem a palavra para a declaração de voto, Ana Cláudia Guedes de Almeida. ...

----- **Ana Almeida** – Bom, eu acho que tivemos aqui, acabei de ver, no telemóvel, uma boa notícia. Sr. Presidente da Câmara, eu acho que devia entrar em contacto com esse Senhor, temos um empreendedor que descobriu um aparelho para reduzir as deficiências das emissões

radiofónicas, que cujo aparelho aparece como Made in Portugal/Bragança, já que estamos a falar, portanto acho que é uma boa notícia para Bragança, e acho que foi demonstrada, aqui, uma imagem de pluralidade dentro do mesmo movimento, porque, caro colega Malhão, acho que no fim é que se tiram as conclusões, eu fiz a minha pergunta, acho que todos nós temos legitimidade para fazer as interpretações que quisermos, do documento.

-----E porque é que eu votei a favor da extinção? Eu leio isto da seguinte maneira. A produção de energia, tal como este negócio está desenhado, não entra na lógica do serviço universal, ou seja, é tipicamente um negócio que está sujeito às regras dos mecanismos de mercado.

-----E eu estava a explicar ao Dr. Henrique Ferreira que a leitura que faço neste negócio, entre quem entra e quem sai, é exatamente o mesmo que aconteceu no edifício dos correios CTT em Coimbra, houve uma especulação, em meia hora alguém ganhou muito, mas o Tribunal não considerou que fosse ilícito esse ganho, não houve vantagens, digamos assim, ilícitas, para ninguém.

----- Eu leio isto do ponto de vista do mercado, e justifico assim, e vou ao encontro das preocupações dos Presidentes de Junta, no sentido de que, de facto, se este negócio permite libertar os terrenos e permite que então os municípios de Macedo possam, entre portas, fazer eles a produção de energia, que é de todo vantajoso, dá-se-lhes essa oportunidade e não os deixar amarrados.

----- Foi essa a minha visão, é essa a minha interpretação dos pedidos de esclarecimento, e, portanto, considerando que isto não é um serviço universal típico, ou seja, não é gratuito, não é universal, isto está sujeito aos mecanismos de mercado, que, de facto, deve estar no mercado e não deve estar refém dos contratos que os detém. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Henrique Ferreira, do Movimento Sempre Presente, tem a palavra, para a sua declaração, de voto.

----- **Henrique Ferreira** – Antes de mais, uma desculpa e a minha explicação. Eu estava a brincar com o Sr. Deputado, eu estava a dizer-lhe que não vou por aí, não faço as coisas dessa

forma, fiz a interpretação que fiz, do documento, dada a ambiguidade que existe nele, mas alterei o meu sentido de voto porque dadas as explicações do Sr. Adriano Rodrigues, e dadas as explicações que me deu, ali fora, a Ana Cláudia, pronto, eu compreendi que, de facto, isto podia ser feito desta forma e que os terrenos podiam entrar de novo em negociação com uma nova empresa, se assim é, então deixemos passar a proposta e que seja muito feliz, obviamente.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Pedro Rego, do PSD, tem a palavra, para a sua declaração de voto.

----- **Pedro Rego** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Antes de fazer uma breve análise às palavras do Sr. Deputado, Sr. Deputado, quando alguém tem uma ideia contra, não quer dizer que ela esteja seja ofensiva ou que nós não façamos o nosso trabalho de casa, nós fizemos, eu fiz, através dos documentos que me foram entregues por esta AM, e através das declarações que estão escritas e gravadas na comunicação social.

----- Relativamente à intenção de voto do PS, nós votámos a favor porque entendemos que já é tempo também de parar com este atraso que se tem vindo a perpetuar relativamente a esta empresa, mas votámos a favor, obviamente, de que o Parque Eólico avance e que as juntas de freguesia possam ter os aerogeradores nas suas terras, por isso votamos a favor desta proposta da Câmara Municipal.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Estão terminadas as declarações de voto.

----- Passamos, pois, para o ponto seguinte, que foi, de resto, acrescentado na sequência de informação dada logo antes da reunião.....

PONTO 4.2.3 – Apoio a Freguesias.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de novembro de dois mil e treze, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“APOIO ÀS FREGUESIAS

Pelo Sr. Presidente foram presentes, depois de verificados pela Divisão de Administração

Financeira, os seguintes pedidos de apoio às Juntas de Freguesia, respetivamente:

A União das Freguesias de Parada e Failde, solicitou um apoio financeiro, no valor de 2.000,00€, para custear o aluguer de stands para a realização da VI Feira de Artesanato e Produtos Regionais de Parada, nos dias 26, 27 e 28 de dezembro do presente ano.

Esta iniciativa, integrada nas Festas de inverno, revela-se de grande importância na preservação das tradições e identidade das gentes do nordeste transmontano e visa, ainda, promover e valorizar os produtos da terra, tendo um impacto significativo na economia local.

A Junta de Freguesia de Outeiro, solicitou um apoio financeiro no valor de 525,00€ para custear a participação do “Charolo” na Mascararte – VI Bienal da Máscara, que decorrerá, de 04 a 07 de dezembro de 2013, em Bragança, sendo que as receitas da arrematação do “Charolo” reverterão para uma instituição de solidariedade social.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea j) e para os efeitos da alínea k), ambas do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 23 de dezembro de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier ”

PONTO 4.2.4 - Apoio a Freguesias

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de dezembro de dois mil e treze, aprovada em minuta e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“APOIO ÀS FREGUESIAS

Pela Divisão de Ambiente, Águas e Energia foi presente a seguinte informação:

“Tendo em vista a compensação financeira das Juntas de Freguesias, devido a trabalhos vários referentes a obras de beneficiação e reparação das Redes de Saneamento Básico existentes, que as mesmas levaram a cabo nos meses de julho, agosto, e setembro de 2013, propõe-se a transferência das verbas abaixo discriminadas, no total de 99 663,00 €:

Junta de Freguesia

Valor a Transferir

ALFAIÃO.....	1.085,00 €
UF RIO DO ONOR/AVELEDA (AVELEDA).....	2.060,00 €
BABE.....	1.810,00 €
BAÇAL.....	2.552,00 €
UF IZEDA/PARADINHA/CALVELHE (CALVELHE).....	1.306,00 €
CARRAGOSA.....	1.395,00 €
UF CARRAZEDO/CASTRELOS (CARRAZEDO):::	693,00 €
UF CARRAZEDO/CASTRELOS (CASTRELOS).....	1.092,00 €
CASTRO DE AVELÃS.....	1.431,00 €
COELHOSO.....	3.752,00 €

UF DEILÃO/S.JULIÃO (DEILÃO).....	1.751,00 €
DONAI.....	1.178,00 €
ESPINHOSELA.....	1.900,00 €
UF PADADA/FAILDE (FAILDE):.....	1.112,00 €
FRANÇA.....	2.387,00 €
GONDESENDE.....	875,00 €
GOSTEI.....	1.596,00 €
GRIJÓ DE PARADA.....	2.353,00 €
UF IZEDA/PARADINHA/CALVELHE (IZEDA).....	16.617,00 €
MACEDO DO MATO.....	2.699,00 €
UF SÉ/SANTA MARIA/MEIXEDO (MEIXEDO).....	1.035,00 €
UF RIO FRIO/ MILHÃO (MILHÃO)	1.157,00 €
MÓS.....	2.192,00 €
NOGUEIRA.....	3.016,00 €
OUTEIRO.....	3.265,00 €
UF PADADA/FAILDE (PARADA):.....	4.493,00 €
UF IZEDA/PARADINHA/CALVELHE (PARADINHA NOVA)	1.362,00 €
PARÂMIO.....	1.536,00 €
PINELA.....	1.590,00 €
UF POMBARES/REBORDAÍNHOS (POMBARES)	308,00 €
QUINTANILHA.....	2.078,00 €
QUINTELA DE LAMPAÇAS.....	1.876,00 €
RABAL.....	1.737,00 €
UF POMBARES/REBORDAÍNHOS (REBORDAÍNHOS).....	1.220,00 €
REBORDÃOS.....	3.456,00 €
UF RIO FRIO/ MILHÃO (RIO FRIO)	2.103,00 €
UF RIO DO ONOR/AVELEDA (RIO DO ONOR)	914,00 €
SALSAS.....	2.735,00 €
SANTA COMBA DE ROSSAS.....	2.733,00 €
UF DEILÃO/S.JULIÃO (SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS).....	2.184,00 €
SÃO PEDRO DOS SARRACENOS.....	2.860,00 €

SENDAS.....	1.018,00 €
SERAPICOS.....	2.371,00 €
SORTES.....	1.582,00 €
ZOIO.....	1.198,00 €

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea j) e para os efeitos da alínea k), ambas do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 23 de dezembro de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra para proceder à explicação deste ponto.

----- **Presidente da Câmara** – Boa tarde, mais uma vez. Relativamente a este ponto, nós trazemos aqui estes apoios, hoje, à AM, por uma razão simples. Com a entrada em vigor da nova Lei, Lei n.º 75/2013, na alínea j) do artigo 25.º da Secção 2, diz o seguinte, no nº 1: “Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal:”, e, depois, na alínea j) diz: “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda dos interesses próprios da populações”.....

----- Bom, como nós não temos, nesta fase, competência para atribuir os apoios, o que acontece é o seguinte: nós praticámos, de facto, este ato, de forma absolutamente desconhecadora desta realidade atual, e vimos aqui propor que a Assembleia delibere. No fundo, é ratificar o que não é ratificável, cometemos pura e simplesmente, um ato que sofre de anulabilidade e, é neste caso particular, aqui na Assembleia que tem que ser deliberado fornecer estes apoios, tão simplesmente quanto isso.

----- Há duas situações, uma tem a ver com o apoio que deve ser concedido à União de Freguesias de Parada e Faílde, para apoio à realização da feira que decorreu neste fim de semana passado, e uma outra para atribuição à Junta de Freguesia de Outeiro, pela participação que teve na Mascararte, na Bienal da Máscara, com a participação do Charolo, que tiveram alguma despesa associada a esse processo, e, nós, Município, decidimos compartilhar essa despesa; foram quinhentos e vinte e cinco euros, se não estou em erro, e, também neste caso particular, trazemos aqui as transferências por conta da compensação de água às Freguesias, que é o terceiro trimestre de 2013, caso contrário, se isto não for deliberado, também nós não podemos fazer a transferência para as juntas de freguesia.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Vamos votar os dois pontos em separado, como estão agendados.....

----- Primeiro vamos proceder aos pedidos de esclarecimento, sobre este apoio às Freguesias, embora o esclarecimento do Sr. Presidente de Câmara diga respeito à União de Freguesias de Parada e Faílde e à Junta de Freguesia de Outeiro.

----- Pedidos de esclarecimento à Câmara, por favor?.....

----- Sra. Deputada Ana Cláudia, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Eu só vinha aqui tentar perceber qual é, de facto, o estado da situação, portanto, aqui, em termos legais, os compromissos já estão assumidos, é isso Sr. Presidente?

----- Os compromissos estão assumidos, portanto, em termos práticos, vamos pensar assim, eu só queria explicar isto, há um ato praticado pela Câmara, que não cabe nem nas atribuições nem nas competências do órgão, portanto vamos falar claro, o ato é nulo, portanto só queria que todos votássemos em consciência.

----- O ato, sendo nulo, das duas uma, quem é que pode invocar a nulidade do ato? Todos! Não é? Portanto o ato praticado fora das competências e das atribuições é nulo, pode ser invocado. Quem é que tem competência? A Assembleia, certo? A única forma, sendo um ato nulo, inclusivamente se alguém participar ao Ministério Público pode dizer que a prática daquele ato não tem validade, e estou a falar em termos práticos, não estou a falar, atenção, não trago aqui política para o meio, estou a falar em termos práticos e de acordo com aquilo

que as implicações para as Juntas de Freguesia, que serão, digamos assim, efetivamente, no fim da linha, as prejudicadas, não é? Portanto terão que devolver o dinheiro e depois vamos ver, sim senhor, se o ato é nulo, mas voltamos todos aqui à Assembleia e voltamos a aprovar a transferência, entende aquilo que eu estou a dizer?

----- **Ana Almeida** – Ó! Sr. Presidente, se alguém invocar a nulidade ele não pode produzir efeitos, portanto ele terá que ser restituído, mas depois o Sr. Presidente pode trazer este à Assembleia e nós votamos outra vez esta transferência, ou seja, o que eu estou a dizer é que temos um ganho de tempo se esta Assembleia puder, hoje, já, antecipar a sanção deste ato, portanto eu estou a tentar fazer um enquadramento, tentar perceber quais são as consequenciais de nós não votarmos a favor disto, ou seja, em termos práticos se este ponto depois voltar à ordem nós podemos aprovar, eu acho que temos um ganho de tempo quanto a isto, e, de facto, acho que o interesse público que está aqui subjacente justifica que, de alguma forma, colaboremos e digamos assim, passamos à sanção deste vício legal, não sei se, aqui apelo, estou a pensar alto, Dr. Júlio, estou a pensar alto, por isso, eu própria, se calhar, fazer aqui um enquadramento das implicações jurídicas disto.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sra. Deputada.
----- Isto foi um pedido de esclarecimento, uma afirmação, ao Sr. Presidente. Não sei se há mais, Srs. Deputados, tomem atenção, ainda estamos no período de questões à Câmara, sobre o tema.....

----- Eu pergunto - Há mais algum Sr. Deputado que tenha intenção de fazer pedido de esclarecimento à Câmara?

----- Telmo Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela, tem um pedido de esclarecimento sobre esta matéria.

----- Depois o Sr. Presidente de Câmara fará as explicações devidas e solicitadas.

----- **Telmo Afonso** – Boa tarde, Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público presente.

-----Mediante o que foi aqui apresentado, e, eu, de aspetos jurídicos não percebo muito, levantasse-me a questão: se no futuro, qualquer apoio financeiro solicitado, de alguma atividade, por parte das Juntas de Freguesia ou de alguma obra a desenvolver, a Câmara Municipal tem que ter a aprovação da AM? É só isso.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra, para os esclarecimentos devidos.

----- **Presidente da Câmara** – A Câmara Municipal está a propor atribuir estes apoios, entretanto na Câmara Municipal, e aquilo que está vertido aqui neste documento, é o seguinte: Após análise e discussão foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta de atribuição do apoio e submetê-la à aprovação da AM, ou seja, se a AM não deliberar o apoio, ele não é concedido, como é evidente, mas nós também não praticamos esse ato, nós ainda não deliberamos nada, a junta de Freguesia não tem dinheiro nenhum, não há ainda nenhuma transferência feita, portanto não há nenhum problema, nós estamos a propor que a Assembleia delibere no sentido de serem atribuídos os apoios às Juntas de Freguesia, quer à União de Freguesias de Parada, quer à de Outeiro.

----- E, também, na segunda proposta, que os apoios por conta da compensação a nível da água possam ser deliberados pela AM, no sentido de a Câmara poder transferir para as Juntas de Freguesia o apoio que está na proposta apresentada.

----- Respondendo à pergunta do Sr. Presidente da Junta de Espinhosela - efetivamente a legislação atual obriga-nos a isso. A legislação mudou, tudo está diferente, uma vez que há legislação que alterou significativamente aquilo que acontecia até este momento, todas as transferências para as Juntas de Freguesia que digam respeito àquilo que são competências próprias das próprias Freguesias, a Câmara está proibida de fazer qualquer tipo de transferência no sentido de apoiar essas competências. Vamos ter que ver muito bem a legislação, tentar perceber aquilo que são competências próprias das Juntas de Freguesia e aquilo que são competências do Município, e naquelas que forem competências próprias do Município, ou seja, que não sejam delegadas pelo Município na Junta de Freguesia, o Município está expressamente proibido de apoiar qualquer uma delas.....

----- Não, não fizemos, ainda não fizemos contratos de execução. Estamos, neste momento, conscientes daquilo que pode acontecer neste futuro próximo, e também temos a consciência daquilo que somos obrigados a fazer. De qualquer forma, os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia se eventualmente houver necessidade de contratação de algum técnico, algum especialista na matéria, para algum tipo de esclarecimento ou para uma ação de formação, sobre as competências da Junta de Freguesia, nós podemos contactar e depois veremos a forma de pagamento também dessa formação, esta bem? Fica já, essa informação.

----- Isto parece-me uma coisa muito simples que não sei se vale a pena complicar muito, ou não. --

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Estão encerrados os pedidos de esclarecimento, entramos, agora, no período de intervenções sobre o tema, peço aos Srs. Deputados que manifestem essa vontade, tal como já o fez a Deputada Ana Cláudia Guedes de Almeida, que tem a palavra, para a sua intervenção. Depois, Francisco Pinheiro, do CDS/PP.

----- **Ana Almeida** – Ó! Sr. Presidente, o sentido mantém-se o mesmo, quanto à minha, a questão aqui, que eu percebi, e, se calhar, fui induzida, sabe que isto falar a linguagem técnica dá nisto, como o Sr. Presidente falou em sanção, em ratificar, para nós, juristas, isto dá-se como um ato ilegalmente praticado, portanto induziu, agora a questão, então, é líquida, ou seja, o Município propõe e a Assembleia aprova, portanto é isto que estamos aqui a fazer e portanto é um ato de gestão normal. O que eu estava a pensar, e quero que fique bem esclarecido, isso, é que mesmo que tivesse sido ao contrário, na outra situação, também estávamos a ajudar uma solução de ultrapassar a questão, tendo em conta que a nova lei das atribuições, de facto, não tem uma leitura fácil nem é líquida. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem a palavra, agora, Francisco Pinheiro, do CDS/PP, para a sua intervenção.

----- **Francisco Pinheiro** – A minha área não é esta, das leis, realmente, mas isto parece-me uma coisa absurda, parece-me uma lei absurda, vai encravar completamente o funcionamento

das juntas de freguesia, não faz sentido, portanto temos que tentar aqui na Assembleia, se nós tivermos esse poder, agilizar, de alguma forma, isto, através de uma planificação das juntas de freguesia ou diretamente da Câmara Municipal, e, previamente, aprovar essa transferência de dinheiro, que, qualquer dia, quer dizer, os presidentes de junta já não têm muito, se então têm que estar à espera que seja aprovado na Assembleia, acho que muito pouco vão poder fazer, portanto estudem com os juristas da Câmara se é possível a Assembleia poder fazer alguma coisa neste sentido.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Estão terminadas as intervenções, não há mais intenções, vamos proceder à votação deste ponto. Quero dizer, na sequência do que disse no início, que vamos votar os dois pontos isoladamente, tal como estão apresentados na agenda. O que vamos votar, agora, é o apoio às Freguesias proposto pela Câmara Municipal de Bragança, à União das Freguesias de Parada e Failde e à Junta de Freguesia de Outeiro.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.**.....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Não há.

----- Ponto seguinte.

----- O Sr. Presidente já abordou este assunto, no entanto, Sr. Presidente, pretende ainda ter algum tempo para fazer alguma consideração adicional, agora, em relação a este segundo ponto, que é o **Apoio às Freguesias** devido a trabalhos vários referentes a obras de beneficiação e reparação das Redes de Saneamento Básico existentes.

----- **Presidente da Câmara** – Eu só queria fazer um pequeno comentário sobre aquilo que o Sr. Deputado Pinheiro veio aqui dizer. É que, efetivamente, esta lei tem alguns problemas, são vários problemas, ou muitos problemas, se calhar, e um deles é precisamente o facto de estar a atribuir competências às juntas de freguesia e não lhes estar a atribuir o respetivo envelope financeiro, mas nós não conseguimos contrariar esta tendência, como é evidente, o que

podemos fazer é tentar perceber. Se ao longo do mandato conseguimos criar algum mecanismo que nos ajude a desbloquear, talvez, e a simplificar, um pouco, o processo, para que não tenhamos uma situação em que uma junta de freguesia pretenda beneficiar, do apoio da Câmara e não haja justificação nenhuma sob o ponto de vista legal para que o Município ou a Câmara Municipal possa fazer essa transferência para a junta de freguesia, sem que venha à AM. Portanto, se nós conseguirmos criar aqui algum mecanismo que nos ajude a fazer, nós fá-lo-emos, no entanto haveremos de ter, seguramente, uma formação para tentar ajudar a esclarecer melhor este assunto.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Sobre este ponto, pedidos de esclarecimento à Câmara? Ou apreciações e depois intervenções, a seguir.....

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Então, já que estamos numa de atribuições e competências, e aquilo que eu tenho aprendido no Direito Administrativo, e que pratico há alguns anos, e que não é ilegal, Sr. Presidente, fica uma nota, podemos, se calhar, ensaiar uma deliberação genérica da AM, neste sentido, que nos envolva a todos, para determinadas matérias de gestão corrente e até determinados montantes, que, sempre que as juntas de freguesias necessitem, não tenha a Câmara Municipal que trazer, não sei se me estão a perceber, portanto nós mandatamos, genericamente, atenção, debatemos, tem que ser elaborada a proposta, não é? Portanto terá que haver essa deliberação genérica, terá que ser estuda, em determinadas matérias, e para determinados montantes, estamos a falar de gestão corrente, porque, de facto, isto pode impedir a gestão diária das juntas de freguesia.....

----- Portanto, esta é uma figura legal de uma deliberação, uma delegação genérica de poderes em determinados matérias, de determinados montantes, portanto isso já não é uma novidade no Direito Administrativo, e é possível, portanto é uma questão de o Sr. Presidente fazer a sua proposta.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Mais pedidos de esclarecimentos à Câmara, sobre este tema?

-----Dr. Júlio de Carvalho, do PSD, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento à Câmara, ou uma apreciação.

-----**Júlio de Carvalho** – Nessa parte já foi sugerido que a Câmara Municipal desse alguma colaboração aos Srs. presidentes de junta, no sentido de terem alguma formação quanto à nova lei das Finanças Locais, que entra em vigor agora em janeiro. E porquê? Porque, de facto, os Srs. presidentes de junta têm que saber, desde início, com aquilo que contam, quais são as suas previsões em termos de receitas.

----- Mas, também queria esclarecer o seguinte, lembro de que li a lei, superficialmente, já há uns meses largos, e o que é que se verifica? As juntas de freguesia vão ter outras receitas que não tinham até aqui, recorde, por exemplo, e uma ideia que me ficou quanto ao IMI, tinham uma participação no IMI em relação aos prédios rústicos e agora vão ter uma participação do IMI quanto aos prédios urbanos.

----- E o que tem que se fazer, já à partida, é um cálculo, quanto é que nós vamos receber, considerando que tipo de prédios urbanos? São os prédios urbanos de todo o Concelho, ou são os prédios urbanos da sua área de Freguesia? Também não está claro aquilo que eu li, parece-me que será da área da Freguesia. Mas eles precisam de saber qual é o montante e quais são as outras receitas previstas, portanto, a filosofia da lei e a razão de ser da lei foi esta, é preciso dar mais autonomia financeira às juntas de freguesia, esta lei, pelo menos, tem este propósito.

-----Será que o objetivo da lei vai ser cumprido? Enfim, eu acho que o Sr. Presidente da Câmara prestará um grande serviço às juntas de freguesia se, de facto, proporcionar uma ação de formação sobre esta matéria.

----- Muito obrigado.

-----**Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

-----Sr. Presidente da Câmara, pretende responder a algumas questões formuladas? Reserva-se depois para o final? Não. Muito obrigado.

-----Bom, ainda assim tenho que perguntar se algum dos Srs. Deputados pretende usar o tempo para intervenções sobre este tema.

----- Bom, é o segundo ponto, neste caso, apoio às Juntas de Freguesia que fizeram obras de beneficiação e reparação na rede de saneamento básico existente, que fez durante os meses de julho, agosto e setembro e dezembro, é este o ponto.

----- António Morais, da CDU.

----- **António Morais** – Vou procurar ser rápido, mas a intervenção da Dr.ª Cláudia levanta-me aqui uma questão de princípio, creio que devíamos ponderar muito bem, que há aqui uma questão política, de fundo, que é o sistemático chutar, para entidades, competências sem as respetivas atribuições financeiras. Portanto eu debato-me com este dilema, não é? Se nós não estamos a dar aval, enfim, numa tentativa de boa fé e de resolução do problema, se não estamos a dar aval a uma questão de princípio de fundo que é profundamente negativa do ponto de vista político, não é? Que é chutar para entidades, e isso passa-se com a educação, passa-se com vários setores, não é? Em que as Câmaras Municipais assumem responsabilidades e não lhes é dada a respetiva compensação financeira.....

----- Fica este reparo, portanto acho que é assunto que deve ser muito bem ponderado.

----- Em relação aqui à questão do saneamento básico, eu procurei alguns esclarecimentos para saber, em rigor, onde é que foram gastas estas verbas, que são de pequena monta mas são generalizados, que é o eterno problema, eu lembro-me, na última sessão, ter posto a questão de que gostávamos de saber o estado efetivo e real da cobertura do saneamento básico na nossas freguesias, o Sr. Presidente da Câmara, da altura, Eng. Jorge Nunes, disse que até ultrapassava a média, digamos assim, nacional. Claro que é um subterfúgio, porque estava a contar com a cidade, que tem muita população em relação à população rural. Tanto quanto nós sabemos é assunto que ainda não está, nem pouco mais ou menos, razoavelmente resolvido, portanto eu aproveito esta ocasião para ver, e numa próxima oportunidade, dado, inclusive, o tempo escasso, de voltar à liça com este problema, ou seja, temos que saber, em concreto, em que situação é que estão nomeadamente as hetar's, se estão a funcionar, porque sabemos que há muitas hetar's que estão a compuscar completamente os campos agrícolas com prejuízo do ponto de vista ambiental, do ponto de vista da saúde, que é inaceitável hoje em dia.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- **Presidente da Mesa** - Tem a palavra a Dr.^a Ana Cláudia.

----- **Ana Almeida** – Só para responder ao colega, eu concordo com o que está a dizer, mas a nossa intervenção aí parece-me que é nula ou de pouca monta, quanto a isso, nós, para já, não é? E para sempre, acho que não temos competências legislativas nacionais, portanto aí é uma questão de opção legislativa do legislador nacional, eu acho que o nosso papel aqui, e é uma questão de princípio, efetivamente, não é? Aqui só poderíamos propor ou votar uma moção de proposta de alteração à lei, a questão aqui é como resolver quem tem de aplicar a lei, o aplicador da lei, e será uma questão de ajudar na gestão da aplicação da lei, e não queria, de forma alguma, estar-me a substituir ao legislador, até porque nem podemos.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- O Sr. Presidente da Câmara quer, ainda, dar uma nota final. Tem a palavra, Sr. Presidente.

----- **Presidente da Câmara** – Sr. Deputado, no nosso Concelho, na página 77 do documento está aí mencionado que, no Concelho de Bragança, o índice de atendimento, da parte de saneamento, é de 92%, sendo no continente de 84% e na região Norte é de 76%, o que significa que estamos muito acima da média nacional.

----- Relativamente às verbas que estão, agora, a ser aqui propostas para transferência para as juntas de freguesia, isto resulta de um protocolo assinado entre as juntas de freguesia e a Câmara Municipal, no sentido de, no que tem a ver com abastecimento de água, as próprias juntas de freguesia pudessem ser dotadas de alguma capacidade financeira para poderem fazer face a algumas situações que vão surgindo no dia a dia, pequenas reparações que têm que ser feitas. Note-se que esta é uma transferência relativa ao mandato anterior, cuja deliberação foi feita exclusivamente para aquele mandato, e que fique claro também, a deliberação foi feita para o mandato anterior e, neste momento, estamos a dar cumprimento àquilo que foi o protocolo celebrado naquele mandato, neste momento, e estamos a liquidar tudo o que estava em débito, do Município para as freguesias.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Passamos à votação.....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES**.....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?.....

----- Não há declarações de voto.

----- Muito bem, avançamos para o ponto seguinte, o ponto 4.3, que não é para votação, apenas uma tomada de conhecimento, da proposta da Câmara Municipal de Bragança, Estatuto da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

PONTO 4.3 - TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO da proposta da Câmara Municipal de Bragança – Estatutos da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e treze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

O Sr. Presidente deu conhecimento que, na reunião da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), realizada em 13 de novembro de 2013, foram aprovados os estatutos da referida entidade, com sede na cidade de Bragança, no edifício da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, que se juntam em anexo.

Informou ainda que a CIM-TTM é composta pelos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, e visa, entre outros, a prossecução dos seguintes objetivos:

- Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional;
- Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

Intervenção dos Srs. Vereadores, Víctor Prada e André Novo

Relativamente a este assunto, os Srs. Vereadores, apresentaram as seguintes questões:

1. Como se processa a votação para a eleição do Presidente da CIM? Um Município um voto? Se o voto for representativo do número de eleitores, a quantos votos o nosso Município tem direito?

2. Como estão as negociações para a nomeação/eleição do secretariado executivo intermunicipal?

3. Criar delegações noutros concelhos só sobre proposta do Conselho Intermunicipal e deliberação da Assembleia Intermunicipal, decorre da lei?

4. Quanto à constituição da Assembleia Intermunicipal a eleger por lista nas Assembleias Municipais, esta lista é representativa, obrigatoriamente, das forças mais votadas no respetivo Concelho?

5. Porque é que só o Conselho Intermunicipal pode propor para eleição, na Assembleia Intermunicipal, o secretariado intermunicipal? Decorre da Lei?

6. O secretariado executivo vai ter mais 2 secretários intermunicipais, além do 1º secretário? Se sim ou não, esta decisão foi deliberada por unanimidade?

7. Como se processa o orçamento da Comunidade Intermunicipal? Já tem ideia de quanto será a contribuição deste Município?

Intervenção do Sr. Presidente em resposta aos Srs. Vereadores

O Sr. Presidente informou que todas as respostas às questões apresentadas, decorrem da respetiva legislação, pelo que as mesmas devem ser endereçadas ao Presidente da CIM.

Tomado conhecimento.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, dar conhecimento à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de dezembro de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – ANEXOIII - ESTATUTOS”

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente de Câmara, tem a palavra.

----- **Presidentas da Câmara** – Relativamente a este ponto, como os Srs. sabem, também, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes resultou da fusão da anterior Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes. Foi criada a nossa CIM, Terras de Trás-os-Montes, e também uma outra, a CIM do Alto Tâmega, com seis municípios, a nossa tem nove municípios, e, entretanto, já foi constituído o Conselho Intermunicipal, que é composto por todos os presidentes das câmaras que integram essa mesma CIM, que estão, a preparar uma proposta, fá-la-ão na segunda-feira, para o Secretariado Executivo. Foi deliberado também no Conselho Intermunicipal que para o Secretariado Executivo, seria apresentada uma lista com três pessoas. Não é novidade nenhuma, posso dizer aqui o nome, não há qualquer problema, o Secretário Executivo desta CIM, isto é, a proposta que vai ser apresentada é do Engenheiro Rui Afonso Cepeda Caseiro, para Secretário Executivo, acompanhado por mais duas pessoas, uma delas é a pessoa que está responsável pela Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Trasmontano, uma Associação de fins específicos, a Dr.ª Manuela Oliveira, e também pelo Engenheiro Miranda, da Associação de Municípios da Terra Quente. Só vai haver uma pessoa remunerada, que é o Secretário Executivo, as outras duas são pessoas que já estão a trabalhar e que ficarão a dar apoio ao Secretário Executivo, sem remuneração adicional. Na segunda-feira, uma vez que nós, hoje, também iremos proceder à eleição dos representantes desta Assembleia na Assembleia da Comunidade Intermunicipal, proceder-se-á precisamente à eleição do Secretário Executivo, conforme a proposta que eu há bocadinho, falei.

----- Os estatutos que aqui estão contém as normas com as quais a Comunidade Intermunicipal se vai reger, que, no fundo, é a transcrição da legislação existente que agora foi transcrita para este documento, com algumas pequenas adaptações, nomeadamente a questão da sede, que ficou na Associação de Municípios da Terra Fria, naquele espaço onde agora funciona a Associação de Municípios, a sede da CIM vai ficar em Bragança, sedeada em Bragança, como foi deliberado também no Conselho Intermunicipal. Na altura tinha ficado já

isso registado, todos os nove presidentes das câmaras municipais que integram o Conselho Intermunicipal, decidiram, por unanimidade, que a sede da CIM ficaria sediada em Bragança e, efetivamente, está isso decidido, sendo que o Presidente da CIM é o Presidente da Câmara de Vinhais, e o Secretário Executivo vai ser eleito, na segunda-feira.

----- Portanto os Estatutos que aqui estão, no fundo, foi verter aquilo que está na legislação atual que rege as Comunidades Intermunicipais, que é a Lei n.º75 de 2013, que, há bocado, estava a referir, também relativamente às competências das Juntas de Freguesia, e que está vertida aqui neste documento. Não mais do que isso. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Está aberto o espaço de discussão com um pedido de esclarecimento à Câmara.....

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra, em primeiro lugar, depois Francisco Marcos, do PS.

----- **Ana Almeida** – Sr. Presidente, no artigo 80.º diz o seguinte: “A constituição das comunidades intermunicipais compete às câmaras municipais, ficando a eficácia do acordo constitutivo, que define os seus estatutos, dependente da aprovação pelas assembleias municipais”.....

----- A minha questão é: quando é que nos trás aqui, para aprovar, o acordo constitutivo? Ou seja, entende aquilo que eu estou a dizer? Portanto, nós, neste momento, estamos a tomar conhecimento dos estatutos e estes estatutos fazem parte do conteúdo material do acordo constitutivo, que nos termos do nº 2 se rege pela Lei Civil. Certo? Portanto, nós, agora, estamos a tomar conhecimento, mas haverá um momento em que vamos aprovar um acordo constitutivo!.....

-----

----- **Ana Almeida** - Não? Como! É que diz: “a eficácia do acordo depende da aprovação da Assembleia Municipal”. Se não é isso, então não pode ser só para conhecimento, nós temos que aprovar.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Francisco Marcos, do PS, tem a palavra

----- **Francisco Marcos** – Sr. Presidente, gostava de lhe fazer, aqui, umas perguntas. Como é que se processa a votação para a eleição do Presidente da CIM? Cada município tem um voto, ou é conforme o número de eleitores? Portanto gostava que me respondesse como é que é processada essa votação.

----- A CIM pode criar delegações noutros Conselhos, ou só sobre a proposta do Conselho Intermunicipal, ou é por deliberação aqui da Assembleia ou da Assembleia Intermunicipal? Isto decorre da lei?

----- Porque é que só o Conselho Intermunicipal pode propor para a eleição na Assembleia Intermunicipal, o Secretariado Intermunicipal? Isto decorre da lei?

----- Como é que se processa ao Orçamento da Comunidade Intermunicipal, e se já tem ideia quanto será a contribuição do Município?

----- E, também, já agora, saber a quantos votos é que tem direito o Município de Bragança, se for representativo, conforme o número de eleitores.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ainda temos algumas questões do Eng. António Morais, da CDU. Tem a palavra para colocar as perguntas.

----- **António Morais** – Não é tanto uma pergunta, é, se me permitirem, uma certa reflexão, ou seja, isso suscita a questão de fundo que é os subterfúgios que o poder, seja ele PS ou PSD/CDS atualmente fazem para substituir uma questão inultrapassável e incontornável, que é a regionalização.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Não havendo mais pedidos de esclarecimento, eu dava a palavra ao Sr. Presidente de Câmara, para transmitir as respostas às perguntas formuladas.

----- **Presidente da Câmara** – Dra. Ana Cláudia, esta situação que estava a referir, há bocadinho, não é como estava a sugerir, por uma razão muito simples, esta CIM foi constituída por decreto, chamemos-lhe assim, resultou da fusão de uma CIM já existente e portanto não é necessário que a AM dê o acordo, não é necessário esse acordo.

-----As questões que colocou o Sr. Deputado decorrem todas da lei, todas, absolutamente todas, não há nenhuma, que tivesse colocado, que não seja decorrente da lei, só há uma que tem a ver com o Orçamento, que é feito de acordo com aquilo que é a contribuição de cada município, que, à partida, uma vez que na CIM anterior, na CIM de Trás-os-Montes já existia algum dinheiro na Comunidade. E como é que era feita a comparticipação? Que é aquela que vai acontecer agora também. Era feita pelo sistema de feção, isto é, cada município contribui, para a CIM, mediante uma percentagem daquilo que recebe do Orçamento Geral do Estado, e é essa que vai entrar no orçamento constitutivo da CIM, para além daquilo que é a verba que, neste momento, há-de ser transferida para esta Comunidade Intermunicipal e que estava na Comunidade Intermunicipal anterior e que também será feita a transferência por processo de percentagem de feção, que é aquilo que corresponde a cada município, foi o que entregou, agora vai ser devolvido à mesma percentagem, tem a ver com a verba de transferência do Orçamento Geral do Estado, portanto o FEF, e é dessa forma que é constituído o orçamento.

-----Todas as outras, eu volto a repetir, questões que colocou são decorrentes da lei, estão aqui todas escritas, mas há uma que também lhe quero responder, que tem a ver com a nomeação do Secretário Executivo. É uma competência do Conselho Intermunicipal propor o Secretário Executivo, e essa situação já foi deliberada, já foi proposta, e só pode haver uma proposta. Responder também, à outra questão que colocou - que tem a ver com a forma de tomada de decisão. A tomada de decisão tem a ver com duas coisas:

-----Primeiro - o número de pessoas que vota favoravelmente;

-----Segundo - a representatividade da população de cada voto.

----- Isso significa que, neste caso particular, da nossa CIM, pese embora haja um partido que está em maior número de câmaras, não consegue impor a sua votação porque a representatividade que tem em termos populacionais não é suficiente. Significa que a votação terá que ter um número maior de votos favoráveis, nós somos nove, à partida qualquer votação terá que ter, pelos menos, cinco votos favoráveis, mas essa representação também tem que traduzir mais de 60% da população representativa da Comunidade Intermunicipal, acho que é

60%, se não estou em erro. Por isso, normalmente acontece o que está a acontecer agora, em que as decisões têm sido todas tomadas por unanimidade.....

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Mais alguma intervenção dos Srs. Deputados, sobre este tema?

----- Damos, pois, por encerrada a discussão deste ponto.....

----- E, antes de passarmos para o último ponto - eleição do representante da AM, recorde que tinham dado entrada duas Moções, e que tinha sido pedido para serem retiradas para serem acertadas entre os vários grupos.

----- Bom, eu tenho aqui apenas uma Moção, eu vou dizer que a Moção que está aqui, está preparada, e está na minha mão, tem a ver com a carreira área Bragança/Vila Real/Lisboa, aguardo outra, mas vamos avançando para a discussão desta, e eu vou ler a Moção.

“MOÇÃO

----- Constatando que a carreira aérea Bragança-Vila Real-Lisboa foi suspensa em 28 de novembro de 2012;

----- Considerando que de pouco serviu o Município investir no Aeródromo Municipal, ao longo do tempo, significativos recursos financeiros e humanos a fim de otimizar condições para o bom funcionamento do respetivo equipamento;

----- Considerando que a carreira aérea constituiu uma mais valia para a mobilidade das gentes do interior e para o estreitar de distâncias entre o interior e o litoral, reunindo condições para ser alternativa regional e transfronteiriça;

----- Considerando que a carreira aérea é um instrumento importante para empresários, serviços, agentes culturais, turistas e pessoas individuais circularem mais fácil e rapidamente para a capital e vice-versa, a fim de resolverem assuntos burocráticos e de negócios;

----- Considerando que este meio de transporte pode criar condições para a implementação de empresas na região, visto que os seus dirigentes têm à sua disposição um meio de locomoção rápido e eficaz, que lhes permite ultrapassar distâncias dos locais de decisão, nomeadamente a capital do país e que muitas vezes constitui obstáculo para a sua radicação em territórios afastados da sua sede;

----- Considerando que esta retirada do serviço pode criar condições para a implementação de empresas na região, visto que os seus dirigentes têm à sua disposição um meio de locomoção rápido e eficaz, que lhes permite ultrapassar distâncias dos locais de decisão, nomeadamente a capital do país e que muitas vezes constitui obstáculo para a sua radicação em territórios afastados da sua sede;

----- Considerando que esta retirada do serviço pode contribuir negativamente para o encerramento de empresas e serviços e para o abandono das populações neste espaço do território, já por si abandonado e bastante despovoado;

----- Considerando que este serviço prestado às populações do interior é de inteira justiça para não se sentirem discriminadas em relação a outras regiões, que possuem meios em condições idênticas de funcionamento;

----- Considerando a justificação financeira apresentada para o fim da carreira aérea não pode constituir argumento para a prestação de um serviço que é fundamental para estabelecer ligação mais rápida entre Bragança e a capital, que permite criar melhores condições para a criação de riqueza e, concomitantemente, estabelecer desigualdades que infelizmente ainda existem entre o litoral e o interior;

----- Considerando que passado mais de um ano da sua suspensão não se vislumbra qualquer solução para o seu reatamento;

----- Considerando que a taxa de ocupação desta linha aérea era superior a 60% nos dois voos diários e implicava diretamente 40 postos de trabalho;

----- Considerando que no 1.º de junho de 2013 o Exmo. Primeiro Ministro Pedro Passos Coelho, em visita à região, afirmou que a negociação estava “em fase final de negociação com a Comissão Europeia (CE)” e que preferia “esperar mais algum tempo para ver se tinha luz verde do que avançar para depois ter de dirimir um conflito” com Bruxelas e tendo garantido, ainda, que “o Governo não abandonou esta ligação, que tem dinheiro no orçamento rectificativo” e “que espera ainda que este ano sejam retomadas as ligações”;

----- Considerando que a imputação da situação a Bruxelas não tem qualquer fundamento, como é já sabido;

----- Esta Assembleia Municipal solicita a retoma da ligação aérea Bragança-Vila Real-Lisboa de imediato, dada a importância que esta assume para a mobilidade individual das pessoas, empresários, turistas e dirigentes, condição indispensável para a criação de riqueza com impacto regional;.....

----- Todos os grupos Municipais desta Assembleia aprovam, por unanimidade, esta moção, dela dando conhecimento imediato ao

----- Gabinete do Exmo. Sr. Presidente da República;

----- Gabinete do Exmo. Senhor Primeiro Ministro;

----- Gabinete do Exmo. Senhor Ministro da Economia;

----- Gabinete do Exmo. Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações;.....

----- Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República;.....

----- Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República;

----- Grupo Parlamentar do CDS na Assembleia da Republica;.....

----- Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República;.....

----- Grupo Parlamentar do BE na Assembleia da república;.....

----- Grupo Parlamentar dos verdes na Assembleia da República;.....

----- À Comunidade Intermunicipal Terras Trás-os-Montes.

Os subscritores:.....

1.º Grupo Municipal do PS

2.º Grupo Municipal do PSD

3.º Grupo Municipal do Movimento sempre Presente

4.º Grupo Municipal do CDS

5.º Grupo Municipal da CDU

6.º Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia”

----- **Presidente da Mesa** – Atenção, relativamente aos Presidentes de Junta, a Mesa ainda só soube, hoje, nesta sessão, da constituição do grupo municipais dos Presidentes de junta de Freguesia do PS, não temos conhecimento de nenhum outro grupo.

----- Esta Moção foi colocada na Mesa para discussão e votação, por isso eu pergunto se há pedidos de esclarecimento a fazer, como foi subscrita por todos os grupos municipais, mas volto a dizer, há Presidentes de Junta que não estão aqui representados, se há, no entanto, pedidos de esclarecimento sobre esta Moção?

----- Não havendo, eu pergunto se há intenção de alguém se inscrever para fazer uma intervenção sobre isto.....

----- Não havendo, passamos diretamente à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Não há declarações de voto.

----- Avançamos, esta Moção está já discutida e resolvida, passamos para a Moção seguinte, que me foi entregue, e que eu passo a ler.

“MOÇÃO

----- Considerando que está em marcha a reorganização do Ensino Superior Português, compreendemos as preocupações do Sr. Ministro da Educação relativas à qualidade, ou falta dela, **no sistema de formação de professores**. Todavia, não aceitamos que as falhas neste sistema de formação estejam, apenas, nas instituições de Ensino Superior Politécnico. Tal consideração é injusta, pois junta no mesmo saco todas as instituições, mesmo aquelas que, como o IPB, rivalizam em qualidade (pedagógica e em trabalho de investigação científica) com as melhores Universidades do País. De facto, o IPB é reconhecido nacional e internacionalmente, tal como atestam o elevado número de publicações científicas, em revistas de prestígio internacionais, e a sua elevada capacidade para captar fundos através de projetos de investigação científica em programas de apoio nacionais e europeus. Assim, as críticas do Sr. Ministro da Educação não seriam, com toda a certeza, dirigidas ao IPB.....

----- No entanto, a cidade de Bragança alberga o IPB, pelo que qualquer discussão sobre o Ensino Superior, seja: sobre a sua qualidade, a sua organização e/ou a sua reorganização; merece a nossa atenção e a nossa preocupação. Qualquer desvalorização das funções do IPB conduzirá, com toda a certeza, ao seu encolhimento, através: da redução do número de alunos, da redução do número de docentes, e da resultante redução do seu impacto (direto e indireto) na economia local.....

----- Um sistema de Ensino Superior Binário que limite a missão dos Institutos Politécnicos, reduzindo-os à lecionação de cursos profissionalizantes, sem a atribuição de grau académico, conduzirá a um subaproveitamento das capacidades do corpo docente altamente capacitado como é o do IPB.....

----- Consideramos que o Sistema de Ensino Superior Português precisa de ser reestruturado para racionalizar a oferta formativa, para garantir um nível mínimo de qualidade e para potenciar a utilização dos recursos humanos disponíveis. Consideramos, também, que nas Instituições de Ensino Superior podem, ou mesmo devem, coexistir formações de diferentes tipologia (formação profissionalizante, Graduação, Pós-Graduação), desde que convenientemente organizadas e dotadas com os recursos necessários. Assim, um Sistema de Ensino Superior único, com uma carreira Docente única, contribuirá para evitar equívocos como o que agora abordamos, ou seja: associar a qualidade ou a falta dela à tipologia das Instituições de Ensino Superior. Caso a missão dos Institutos Politécnicos seja limitada, o Ensino Superior estará a ser deslocalizado para o litoral contribuindo para aumentar as assimetrias entre o Interior e o Litoral.....

----- Consideramos essencial reverter a situação de abandono a que a nossa região tem sido submetida, pelo que é essencial reforçar a missão das instituições de ENSINO SUPERIOR sediadas no interior. Estas são, no nosso entender, essenciais para alavancar o desenvolvimento do interior. Assim, a revitalização do interior, no qual Bragança se insere, exige medidas políticas fortes, que sejam solidárias com o interior, simultaneamente, equilibradoras para o país. O fortalecimento da missão do IPB será uma destas medidas políticas necessárias pela qual lutaremos a bem da nossa cidade.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Bragança reconhecendo:.....

- O papel estratégico que o Instituto Politécnico de Bragança tem assumido para o desenvolvimento económico e social da região;
- A importância da Investigação Científica desenvolvida pelo IPB;.....
- O reconhecimento do IPB por instituições congéneres nacionais e internacionais;.....
- A dedicação dos seus Profissionais (Docentes e não Docentes) na prossecução de um ensino de excelência;

-----Vem por este meio demonstrar total solidariedade institucional para com o Instituto Politécnico de Bragança, com os seus dirigentes, professores, funcionários e alunos. Reafirmando o nosso reconhecimento pela importância que o Instituto Politécnico de Bragança mantém enquanto instituição de ensino superior de excelência, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento económico e social da nossa região.

-----Todos os grupos municipais desta Assembleia Municipal aprovam, por unanimidade, esta moção, dela dando conhecimento imediato ao:.....

----- Gabinete do Exmo. Sr. Presidente da República;

----- Gabinete do Exmo. Senhor Primeiro Ministro;

----- Gabinete do Exmo. Senhor Ministro da Economia;

----- Gabinete do Exmo. Sr. Senhor Ministro da Educação;.....

----- Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República;.....

----- Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República;

----- Grupo Parlamentar do CDS na Assembleia da República;.....

----- Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República;.....

----- Grupo Parlamentar do BE na Assembleia da República;.....

----- Grupo Parlamentar dos verdes na Assembleia da República;.....

----- À Comunidade Intermunicipal Terras Trás-os-Montes.

Os subscritores:.....

1.º Grupo Municipal do PS

2.º Grupo Municipal do PSD

- 3.º Grupo Municipal do Movimento sempre Presente.....
- 4.º Grupo Municipal do CDS.....
- 5.º Grupo Municipal da CDU
- 6.º Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia”

----- **Presidente da Mesa** - Srs. Deputados, pedidos de esclarecimento sobre a Moção?

----- Intervenções sobre a Moção?

----- Passamos à votação, com o mesmo número de Deputados, setenta e cinco.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Bruno Veloso, do PS, para uma declaração de voto.

----- **Bruno Veloso** – Naturalmente, enquanto proponentes das duas Moções e sintetizando, as duas, congratularmo-nos por este acordo que partiu da iniciativa do PS na apresentação das duas Moções, mas que mostramos e que fomos acolhidos por toda a AM, pela receptividade na percussão de um texto comum que só louva esta Assembleia. Naturalmente, nestas coisas, quando se fazem cedências perdem-se alguns pontos que, para nós, seriam importantes, para outros seriam vocês, mas isto também é democracia, enaltecer este facto, e era isso que eu queria dizer, não sendo uma declaração de voto propriamente dita, era manifestar, de facto, a satisfação do nosso grupo municipal, por termos congregado em torno de duas propostas nossas efetivamente esta posição unânime na AM.....

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Passamos, então, ao ponto seguinte.....

PONTO 4.4 - Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal e Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para integrarem os seguintes órgãos externos:
- Comissão Municipal de Comércio [art. 7.º, n.º 4, b) da Lei n.º 12/2004] – 1 Representante;

- **Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar dos Centros de Saúde (ACES) do Alto Trás-os-Montes I - Nordeste** [art. 31.º, n.º1, b) do DL n.º28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo DL n.º 137/2013, de 7 de outubro]- 1Representante;
- **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Bragança** [art.º 17, l), da Lei n.º 147/99 de 1 de setembro] – 4 Representantes;
- **Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes** – [art. 83.º, n.º 1, b) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro] - 4 Representantes;
- **Conselho Cinegético e da Fauna Municipal** [art. 157.º, n.º 2, e) do DL n.º 201/2005, de 24 de novembro] – 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia);
- **Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios** [art. 5.º, n.º 1, b), Lei n.º 14/2004, de 8 de maio] – 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia);.....
- **Assembleia Distrital de Bragança** [art. 2.º, b) do DL n.º 5/91, de 8 de janeiro]– 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia)
- **Comissão de Proteção Civil** - [art. 41.º, h) da Lei n.º n.º 27/2006]– 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia);
- **Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho** - 1 Representante (Presidentes de Junta de Freguesia).....

-----**Presidente da Mesa** - Não havendo oposição por parte dos Srs. Deputados e porque envolve pessoas, naturalmente a votação terá que ser por voto secreto depositado em urna, proceder à votação ponto por ponto, parecia-me muito exaustivo e ocuparia imenso tempo, tal como no passado, no mandato anterior, eu propunha que a votação se fizesse por meio de lista, sendo que retiramos destes órgãos externos a votação para a Assembleia da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, porque neste ponto, para este órgão apenas votam os deputados eleitos diretamente para a AM, portanto vamos ter aqui dois pontos de votação, e cada votação vai obrigar à chamada de cada um dos Srs. Membros da AM a pronunciarem-se com a deposição do voto em urna. Eu propunha, então, que se fizesse a votação por lista, e se não houvesse nada a opor, até já há listas entregues, de que assim se fizesse.

-----Portanto eu pedia que se fizesse entrega de nomes em lista para todos os órgãos, separando a Assembleia da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, portanto não sei se me fiz entender, todos os outros órgãos têm uma constituição na lista em que vão colocar:

----- Comissão Municipal de Comércio, um representante, e um suplente, não se esqueçam quem for apresentar listas, que devem apresentar sempre um número suplente pelo menos de um terço, neste caso um suplente apenas, e assim com o seguimento que foi dito, dizendo para a Assembleia da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes é um outro nome, porque essa lista será votada apenas pelos Srs. Deputados e os Srs. Presidentes de Junta não votam, não participam nessa eleição, é só por esse facto.....

----- Muito bem.

----- Bom, entraram já aqui duas listas entregues por Francisco Marcos, do PS, para representantes da AM na Assembleia da CIM, com quatro nomes e um suplente, vão ser votados quatro representantes, tem que ter um suplente, e também para representantes de Presidentes Junta na CPCJ, não tem indicação de mais nomes para os restantes órgãos.

----- Esta lista vai ter a designação de lista A, foi a primeira a entrar.....

----- Deu entrada uma outra lista, entregue pelo Eduardo Malhão, líder do Grupo Municipal do PSD, que dá a indicação:

----- Comissão Municipal do Comércio - tem dois nomes, um efetivo e um suplente; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Bragança, quatro nomes, e um suplente; Assembleia Intermunicipal CIM, cinco nomes, um suplente, está correto; Conselho Cinegético, um nome, é preciso um suplente.

----- Eu chamo a atenção, quero recordar que das indicações que tenho, as listas não estão completas, ou seja, as listas entregues não cobrem todos os órgãos externos para os quais temos que eleger o representante da Assembleia, no caso da lista A, do PS, só dá indicação para a CIM e para a CPCJ.

----- Senhores presidentes de junta, não há nenhuma lista de representantes de junta entrada aqui na Mesa.....

----- Senhores deputados, a Mesa pede desculpa pela demora, mas não compete à Mesa formular proposta indicando presidentes de junta, aguardamos que dê entrada uma lista na Mesa, para procedermos à votação.....

----- A Mesa continua a aguardar a chegada de uma lista.....

----- Bom, então, Srs. Deputados, vamos tomar atenção, deram entrada duas listas, uma, a primeira que entrou, nomeada como lista A, entregue pelo Francisco Marcos, do PS, que tem a seguinte indicação:

----- Para a Comissão Técnica de Acompanhamento Plano de Ordenamento do Parque natural de Montesinho, entrega dois nomes, portanto eleito um representante, naturalmente um efetivo e um suplente, como efetivo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Parâmio - Nuno Diz, e, como suplente, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Aveleda e Rio de Onor - José Valente.....

----- Ainda como lista A, para a Comissão Proteção de Crianças e Jovens de Bragança, 4 representantes, temos mais um suplente, parece que é uma lista que engloba vários partidos: Ana Brás, do PS; Amâncio Ferreira, do Movimento Sempre Presente; António Morais, da CDU e o último efetivo - Francisco Pinheiro, do CDS/PP.

----- Como Suplente - Maria Isabel, do Movimento Sempre.

----- Ainda da lista A, para os quatro representantes da Assembleia Municipal na CIM, tem uma lista com cinco nomes, portanto temos que incluir um suplente, primeiro - Francisco Marcos, do PS; segundo - Ana Cláudia Guedes de Almeida, do Movimento Sempre Presente; terceiro - António Morais, da CDU; quarto - Francisco Pinheiro, do CDS/PP; quinto (como suplente) - Pedro Rego, do PS.

----- Por parte do PSD entrou uma lista que terá a designação de lista B.

----- Comissão Municipal de Comércio - tem um representante e um suplente, Anabela Anjos e, como suplente - Eduardo Malhão.

----- Comissão de Proteção de Jovens de Bragança - António Batista, António Choupina, Gracinda Amaro, Maria do Amparo Alves, e, como suplente - João Paulo Caetano.

----- Assembleia Intermunicipal - quatro efetivos e um suplente, sendo: Júlio de Carvalho, Amândio Gomes, Anabela Anjos, Vasco Cadavez, e o suplente - Maria do Amparo Alves.

----- Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar dos Centros de Saúde (ACES) do Alto Trás-os-Montes I – Nordeste - um representante, sendo o Membro efetivo - Cristina Raposo, e o suplente - José Luís Baltazar.

-----São os nomes que constam nesta lista.....

-----Atenção, que não existe nenhuma candidatura dupla, não deu entrada na Mesa nenhuma indicação do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia, tem que ser formalizado, não há ainda nenhum documento onde tenha sido formalizada essa intenção, tem que ser formalizada.....

----- Bom, vai ter que me fazer um documento, também.....

----- **Luís Martins** - Boa tarde a todos. Só queria fazer um pequeno esclarecimento, a nossa lista deu entrada na Mesa, em último lugar, por um simples motivo. Eu, como representante dos Presidentes de Junta de Freguesia do Grupo PSD, lancei um desafio ao PS, além do PSD é o único grupo que tem elementos eleitos nesta Assembleia, como Presidentes de Junta, em elaborarmos ou fazer-mos uma lista única, como tal não foi possível, fiz a apresentação da nossa lista, do Grupo do PSD. É só.

----- **Presidente da Mesa** – Então, eu tenho que lhe dizer uma segunda questão, tenho que dizer uma segunda questão ao Sr. Presidente de Junta, que é: sendo que esta lista, e são para Órgãos diferentes, podemos designar esta lista como lista B, também, que é para não haver confusão, que esta lista complementa a outra do PSD.

----- É designada então como complementação, lista B... ..

----- **Presidente da Mesa** - É para a parte dos representantes dos Presidentes de Junta. A que o Grupo Municipal do PSD entregou é uma lista para indicar os representantes da AM nos Órgãos externos, e não apresentou, por iniciativa dos Deputados do Grupo Municipal do PSD, uma lista para a eleição dos representantes dos Presidentes de Junta. O Presidente de Junta da Freguesia de Donai entrega aqui uma lista para a indicação dos Presidentes de Junta do PSD, que deverão ser votados aqui, para as comissões onde estão os representantes dos Presidentes de Junta.

----- Vou resumir, o Grupo Parlamentar dos Presidentes de Junta de Freguesia do PSD deram indicação à Mesa de uma lista com os nomes dos Presidentes de Junta de Freguesia para

integrar os vários órgãos externos. Portanto, quer dizer que podiam ter feito uma única lista, os presidentes de junta entregaram uma lista dos Presidentes de Junta que devem ser eleitos, e o Grupo Municipal do PSD indicou só uns Deputados para os Órgãos externos, porque há representantes que são Presidentes de junta, essa iniciativa não foi ideia dos Deputados do PSD mas sim dos presidentes de junta do PSD, tal como acabou de dizer o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Donai, ou seja, poderia ser entregue uma folha só com a totalidade dos nomes.

----- Em primeiro lugar vamos fazer a eleição para os representantes dos Órgãos externos, com exclusão dos representantes da CIM, essa será a segunda votação que vai acontecer, na primeira votarão todos os elementos da AM, Deputados e Presidentes de Junta, na segunda votarão apenas os Srs. Deputados.

----- Se os Srs. Presidentes de Junta, no final, não quiserem aguardar pelo final dos resultados, terminada a sua participação na Assembleia, com a votação, podem abandonar a sala, sendo necessário assinar a folha de presença.

----- Bom, eu vou iniciar então a verificação da urna.

----- **Presidente da Mesa** - Alguma questão, Sr. Deputado?

----- **Francisco Marcos** - Estava-se aqui a formar uma confusão, foi porque esteve aqui o Sr. Presidente da Junta do PSD a dizer que não tinha chegado a acordo. O Partido Socialista tentou chegar a um acordo, para apresentar uma lista conjunta a todos os Órgãos, em conjunto com todos os Grupos, tentou chegar, o PSD, não quis fazer esse acordo. Depois, as Juntas do PSD tentaram, com as Juntas do PS, fazer um acordo. Portanto foi assim, para que as pessoas fiquem esclarecidas como é que isto foi, portanto o PS tentou chegar a acordo, fazer uma apresentação conjunta de todas as listas.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Vamos então iniciar a votação, que se vai proceder da seguinte forma:

----- O Sr. Primeiro Secretário vai fazer a chamada dos Srs. Deputados, começando por ordem alfabética, dos partidos mais representados, dos Deputados, e a seguir dos Presidentes

de Junta. A votação será voto secreto, os boletins são boletins brancos em que os Srs. Deputados e os Srs. Presidentes de Junta terão que escrever a sua opção de voto. “A”, se pretenderem votar na lista “A”, ou “B”, esta é a forma de votação. A lista A foi apresentada pelo Sr. Deputado Francisco Marcos, do PS, é uma lista conjunta, que envolve o Movimento Sempre Presente, a CDU, o CDS/PP e o PS. A lista B, que é a proposta apresentada pelo PSD.

----- “A” ou “B” ou Branco, como entenderem. Essa é a forma de votação. Usaremos para votação essa mesa que está, julgo eu, numa posição sobrelevada e as pessoas podem votar naturalmente de forma secreta, a urna está já aberta e exposta, e vamos encerra-la para se proceder à votação.

----- **João Rodrigues** – Então, se me permitem, vou proceder à chamada.

----- **Presidente da Mesa** – Ora, estão descarregados setenta e sete votantes, eu vou pedir à Sra. Segunda Secretária que faça a abertura da urna e proceda primeiro à contagem total dos votos e só se faz outra votação depois de esta urna estar descarregada, não podemos colocar os votos todos na mesma urna, portanto primeiro vamos contar os votos e depois proceder-se-á naturalmente à leitura dos mesmos, e só depois com a urna vazia é que passamos à votação seguinte.

----- Eu vou dar uma ajuda na abertura dos votos.

----- Temos pois o resultado da votação, deram entrada na urna setenta e sete boletins de voto, dos quais vinte e sete na Lista A, quarenta e seis na lista B, dois votos brancos, dois votos nulos.-

----- Agora descarregada que está a urna,

----- **Presidente da Mesa** - Faça favor, Sr. Deputado, enquanto preparamos a urna e voltamos a colocá-la em cima da Mesa.

----- **Bruno Veloso** – Esta é uma questão de orgânica, decorrente daquilo que se passou aqui, nós, de facto, e não fui o único, não entendemos a história das listas, eu, quando falou em lista “B” julguei que era uma questão de designação, o que ocorre aqui é que nós tivemos a votar simultaneamente, para os diferentes Comissões, representantes de Junta e para a CPCJ, ocorre

que o PS, em conjunto com as outras forças da oposição, apresentaram uma lista conjunta para a CPCJ, e o PS apresentou um representante para o Plano de Ordenamento do Parque Natural, ao qual foi atribuída a ambas a lista “B”

----- O PS, ao apresentar essas listas e ao votar na lista “A”, está, automaticamente, a votar na lista “A” em todas, ????. O que acontece, por exemplo, num caso concreto, do Movimento Sempre, o que acontece é que fizeram um acordo connosco para integrar uma lista e portanto naturalmente seria sugestionável que votassem na sua própria lista, com a designação da letra “B”, mas, nada os impediria, por exemplo, no caso em que existem duas listas, no caso do Ordenamento do Parque, que pudessem querer votar na lista “B”, ao estarem a votar nesta lista “A” podem estar a usurpar o resultado, e portanto neste ponto, não terem entendido, e sobre perca de a gente perder algum tempo, mas fazer a questão na legalidade e isto de facto custa a todos, e a mim também custa estarmos aqui, agora, a votar mais uma vez, eu acho que isto não é propriamente legal. Eu sei da boa fé do Sr. Presidente da AM, a sugerir este método, mas não me parece, mesmo que sendo proposta dele, apesar de eu não a ter entendido e pelos vistos mais gente, não me parece que seja legal, e portanto isto pode até levantar algum problema, de outro fórum, e portanto dá-me a ideia que podendo ou não ter resultados distintos, que valeria a pena fazermos as coisas todas direitinhas, mas era só a minha opinião. ..

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.

-----Agradecendo, naturalmente, os comentários e as reflexões que fez o Sr. Deputado Bruno Veloso, eu devo dizer que tive o cuidado, antes de se iniciar o processo eleitoral, de explicar a metodologia, dizendo que era proposta da Mesa, e que, de resto, foi esta a metodologia que foi seguida nos últimos mandatos, há quatro anos, há oito anos, esta, por acaso, foi sempre a metodologia escolhida, e eu, para obviar, naturalmente a perda de tempo, foi essa a sua questão, porque se fossem feitas de forma individual, nove votações isoladas, que demorariam o seu tempo, e foi por isso que também há quatro anos e há oito anos também, que eu me recordo, há doze anos já não me recordo, que esta votação foi sempre feita desta forma, ou seja, para obviar tempo, poupar tempo.

----- Nesse sentido, eu tive o cuidado de dizer, no início, qual seria a metodologia proposta pela Mesa, nomeadamente o dividir em dois blocos, dado que numa delas os Presidentes de Junta não votavam, não podem votar.

----- Pedi à Assembleia que se pronunciasse. A Assembleia não se pronunciou, logo, como não se pronunciou... ..

-----

----- **Presidente da Mesa** - Eu peço desculpa, mas eu tenho que dar este caso como terminado. Respeitando a vossa contestação a verdade é que eu tive, num momento próprio, um momento de fazer a explicação da metodologia proposta e pedir que se refletisse sobre ela e que os Srs. Deputados pudessem naturalmente fazer a sua apreciação. Nenhum dos Srs. Deputados, nessa oportunidade, fez qualquer oposição ou apreciação, deduzi, na altura, que estavam de acordo, e assim se fez o processo eleitoral. Eu dou este processo eleitoral como terminado

-----

----- **Henrique Ferreira** – Uma coisa é não poder ser terminada hoje, outra coisa é a verdade, e a verdade é esta, eu questionei o Sr. Presidente da Mesa sobre o porquê de dar a mesma sigla, neste caso a mesma letra, a duas listas diferentes e ele disse-me que as votações não eram sobrepostas, foi a resposta que ele me deu.

-----

----- **Henrique Ferreira** – Desculpe, o diálogo foi entre mim e ele, e as votações não foram sobrepostas, ao longo da votação eu apercebi-me de que, por misturar as listas todas, as votações estavam a ser sobrepostas, e questionei-me, portanto é assim, haveria uma forma de salvar isto, que era alocar os votantes às respetivas listas, embora isso seja abusivo, mas eu aceitaria isso, alocar os votantes às respetivas listas, agora assim é uma deturpação de tudo. Quer dizer, eu só pergunto, Sr. Presidente, quantos votos teve a lista dos Srs. Presidentes de Junta? Quantos votos teve a lista do PSD?

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu tenho que fazer uma declaração.

----- Talvez tenha havido um mau entendimento, o problema é que se vamos entrar agora neste caos, não se devia, mas eu tenho que esclarecer, se me perguntou se era a votação em bloco, talvez estivesse a falar de uma coisa diferente daquilo que eu disse a princípio, a votação não eram sobrepostas quando me referia ao facto, disse que a votação para CIM, na qual os Srs. Presidentes de Junta não participam, era um ato isolado, isolado do outro, eu disse-o duas vezes, no princípio, e depois ainda nesse microfone, aqueles em que os órgãos externos para toda a gente votar eram votados também pelos Presidentes de Junta, era outro bloco, ou seja, a minha leitura relativamente à resposta que eu dei, era que não havia votação sobreposta, eram dois blocos de votação.

----- Relativamente ao Bloco das votações em que inclui também os representantes dos Presidentes de Junta, também disse, questionando o Sr. Presidente de Junta da Freguesia de Donai, que a lista que estava a entregar à Mesa, já depois de um bloco do Grupo Municipal do PSD ter entregue uma lista a qual foi designada por B, nomeando representantes para determinados órgãos, mas não indicava representantes para aqueles em que os Presidentes de Junta tinham de ser votados, o Presidente da Junta de Freguesia de Donai entregou uma lista e que eu disse ao microfone - então esta lista que está a entregar-me é uma lista dos representantes dos Presidentes de Junta, que deve ser integrada na lista do PSD e deverá ter a designação por B, porque constava de outros elementos que não estavam duplicados na lista do PSD, era complementar, e ele disse que sim, concordou e eu disse ao microfone que a lista era a lista B, ou seja, disse até - podia ter sido feito tudo numa folha só, mas para mim dava exatamente a mesma coisa, numa está a lista B para os representantes entregues pelo Grupo Municipal do PSD, que não tinha nomeados os Presidentes de Junta para os órgãos respetivos e os Presidentes de Junta que tinham apenas indicado o nome dos Presidentes de Junta para os órgãos respetivos.

----- Eu tive esse cuidado de dizer que se tratava então da mesma lista B, ao qual o Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse que sim. A Assembleia assistiu ao diálogo e eu proferi, em voz alta, ao microfone, que está gravado, pode ser ouvido, e, portanto, decorria aí que havia uma lista A, que pertencia a um grupo de Deputados de várias cores políticas, e uma lista

B que era uma lista que inclui as propostas dos Presidentes de Junta e as propostas do Grupo Municipal do PSD.....

----- Portanto, entendo que não houve sobreposição nenhuma, e a resposta à pergunta de quantos votos teve a lista dos representantes dos Presidentes de Junta indicados pelo PSD, é a seguinte - teve quarenta e seis votos favoráveis.

----- E os representantes entregues na lista do PSD para os restantes órgãos, não eram Presidentes de Junta, mas sim Deputados, teve quarenta e seis votos favoráveis.....

----- Eu não tenho nenhuma confusão na minha mentalidade e, julgo, depois do que eu expliquei, duvido que algum dos Srs. Deputados tenha alguma dúvida sobre essa matéria. De qualquer forma eu julgo que a esta explicação não pode ser acrescentado nada mais, e nada mais daquilo que eu pedi em termos de reflexão dos Srs. Deputados, no início da votação, pedi, depois do que eu disse, que se pronunciassem, ninguém se pronunciou, entendo que possa ter havido as dúvidas, mas podiam ter colocado as dúvidas no momento certo.

----- **Henrique Ferreira** – O importante é que eu me pronunciei, o importante é que o resto das pessoas estavam distraídas, o importante é que a confusão está aqui instalada.

----- Olhe! Sr. Presidente

----- **Presidente da Mesa** - Eu não tenho confusão nenhuma, e eu preferia que, de facto, entendendo a sua atitude, que pode ter alguma confusão, eu, para mim, não tenho confusão nenhuma e o ato eleitoral decorreu como há quatro anos e há oito, da mesma forma.

----- Passávamos, agora, se me permite, para a votação seguinte, na qual os Srs. Presidentes de Junta não participam, e das quais temos duas listas entregues, a lista A, com a indicação, e eu repito já o que disse.

----- Representantes da lista “A” que é Francisco Marcos, do PS; Cláudia Guedes, do Movimento Sempre Presente; António Morais, da CDU; Francisco Pinheiro, do CDS/PP, e como suplente Pedro Rego, do PS.

----- Lista B, entregue pelo PSD, tem como elementos efetivos: Júlio de Carvalho, Amândio Gomes, Anabela Anjos e Vasco Cadavez, como elemento suplente - Maria do Amparo Alves. Esta é a lista que vamos passar a votar, a seguir, e que eu peço ao Sr. Primeiro Secretário que

proceda apenas à chamada, naturalmente, dos Srs. Deputados, ou seja, diretamente eleitos, e não dos Srs. Presidentes de Junta, os quais não participam nesta votação. Portanto eu já abri a urna, volto a abrir novamente.

----- A urna está vazia, vamos proceder à votação.

----- Eu passo então à indicação dos eleitos, ponto por ponto.

----- Para a Comissão Municipal de Comércio, como é um representante, é Anabela Anjos, e como suplente - Eduardo Malhão.

----- Para a Comissão da Proteção de Crianças e Jovens de Bragança, são quatro representantes mais um suplente: Maria Alves; António Batista, António Choupina, Gracinda Amaro e João Paulo Castanho como elemento suplente.

----- Esta votação não é pelo método de Hondt, pelo método de Hondt é só a da CIM.

----- Para o Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar dos Centros de Saúde (ACES) do Alto Trás-os-Montes I – Nordeste - Primeiro, e único representante, elemento efetivo - Cristina Raposo, e suplente - José Luís Baltazar;.....

----- Para a Comissão de Proteção Civil - O Presidente de Junta de Freguesia de Pinela - Alex Rodrigues.

----- Para o Conselho Cinegético da Fauna Municipal - António Pires, Presidente da União de Freguesias de Parada e Faílde.

----- Para a Comissão da Defesa da Floresta Contra Incêndios - Hélder Santos, Presidente da Junta de Freguesia do Zoio.

----- Assembleia Distrital de Bragança - Pedro Zoio, Presidente da Junta de freguesia de Salsas,

----- Para a Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho - Altino Pires , Presidente da União de Freguesias de São Julião e Deilão.

----- São estes os elementos que vieram a ser eleitos.

----- Alguma dúvida que queriam apresentar, Srs. Deputados?

----- Srs. Deputados, vamos passar à votação seguinte, se me permitem.

-----

-----**Henrique Ferreira** – Ó! Sr. Presidente, ó! Sr. Presidente, vai ter paciência, há uma eleição que é pelo método de Hondt, tem que fazer as contas e ver quem é que é eleito.....

-----Agora, uma outra pergunta, para a CIM houve quantas listas? Houve duas, ou houve três? Houve a dos Srs. Presidentes de Junta, do PSD

-----**Presidente da Mesa** - Eu vou responder ao Sr. Deputado, nesta questão da CPCJ é feita por lista, e a lista apresentada é esta lista que acabo de dizer.... ..

-----**Henrique Ferreira** – Mas eu estou a falar da CIM.....

-----**Presidente da Mesa** – Da CIM? Eu já disse, eu volto a repetir.

-----Peço atenção, Srs. Deputados, porque é a terceira ou quarta vez que eu digo.

-----A votação para CIM é uma votação por método de Hondt, esclareço o Sr. Deputado.

-----Eu volto a repetir.

-----A votação para a CIM é obtida pelo método de Hondt, está esclarecido, Sr. Deputado? ...

-----**Henrique Ferreira** -Então quais são eleitos?

-----**Presidente da Mesa** – Ó! Sr. Deputado, o Sr. Deputado está, claramente, distraído, ainda não se procedeu à votação da CIM, vai proceder-se de seguida, está distraído, eu pedia-lhe que tomasse o seu lugar e procedêssemos à votação da CIM, para depois saber quem são os eleitos.

-----Eu noto, por parte de alguns dos Srs. Deputados anciã de votar, para ir embora, eu também gostava que ficasse esclarecido tudo. Sr. Deputado alguma distração pode penalizar o andamento dos trabalhos, eu penso que agora já não vá haver mais distrações, porque o que vamos fazer agora, tal como eu disse no momento em que expliquei à Assembleia como é que ia ser a metodologia, agora é a segunda votação, e agora vamos proceder à votação dos representantes da CIM, cuja votação vai decorrer só a partir de agora e será obtido o resultado pelo método de Hondt.

-----Muito bem, eu peço então ao Sr. Primeiro Secretário que faça a chamada exclusivamente dos Srs. Deputados.

-----**Primeiro Secretário** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

-----Então começo a fazer a chamada.

-----**Presidente da Mesa** – Ora, passamos à abertura da urna e à descarga dos votos.

----- **Primeiro Secretário** – Resultados da votação: na lista A - dezoito votos; na lista B - vinte votos; votos brancos – um; votos nulos - zero, foram votantes - trinta e nove, e entrou o mesmo número de votos na urna.

----- Pedem a repetição do resultado da votação.

----- Na lista “A”- dezoito votos, na lista “B” - vinte votos, brancos - um, soma trinta e nove, há um membro eleito que não veio à sessão, portanto são só trinta e nove em vez dos quarenta elementos da Assembleia.

----- **Presidente da Mesa** - Muito bem, aplicando o método de Hondt, são eleitos dois elementos de cada lista, e, portanto, assim sendo, são eleitos para a CIM, e por ordem de votação, é assim é que se vai formar a lista: Júlio de Carvalho, em primeiro lugar; em segundo - Francisco Marcos, do PS; em terceiro - Amândio Gomes, da lista B; em quarto - Ana Cláudia, do Movimento Sempre Presente. Estes são os elementos que se encontram eleitos para a CIM.

----- Quero-vos dizer o seguinte, tomem atenção, os Srs. Deputados: Júlio de Carvalho; Amândio Gomes; Francisco Marcos e Ana Cláudia, têm aqui os documentos de suporte, que foram entregues aqui, para a primeira reunião da CIM, que vai decorrer na segunda-feira às 15:00h, na Sala de Atos do Teatro Municipal. Estão, portanto, conhecedores da primeira reunião, é importante que estejam presentes, porque, naturalmente, vai-se proceder à eleição da Mesa, eleição do Secretário Executivo, etc.

(**Listas que foram presentes:**

LISTA A

Órgãos:

- **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Bragança.**

Efetivos: - Ana Maria ferreira Brás (PS)

- Amâncio José catarino Ferreira (Movimento S. Presente)

- António Alberto Vaz Pereira Morais (CDU)

- Francisco Luís Pires Pinheiro (CDS/PP)

Suplente: Maria Isabel Barreiro Ribeiro (Movimento S. Presente)

- Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho.

Efetivo – Nuno Miguel Martins Diz – Presidente da Junta de Freguesia de Parâmio.

Suplente – José Carlos Fernandes valente – Presidente da União de Freguesias de Aveleda/Rio de Onor

- Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes -----

Efetivos: - Francisco Manuel Esteves Marcos (PS) -----

- Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida (Movimento S. Presente) -----

- António Alberto Vaz Pereira Morais (CDU)

- Francisco Luís Pires Pinheiro (CDS/PP)

Suplente – Pedro José Pires Rego

LISTA B – Constituída por Membros do PSD

Órgãos:

- Comissão Municipal de Comércio

Efetivo – Anabela Pires Antunes dos Anjos

Suplente – António Eduardo Fernandes Malhão

- Conselho da Comunidade do Agrupamento Complementar dos Centros de Saúde (ACES) do Alto Trás-os-Montes I – Nordeste

Efetivo – Maria Cristina Ramos Raposo Preto

Suplente – José Luís Baltasar

- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Bragança

Efetivos: - Maria do Amparo Mendes Alves

- Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro

- António Manuel Teixeira Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alfaião)

- António Manuel Choupina Assares (Presidente da Junta de Freguesia de Gimonde)

Suplente – João Paulo Alves da Cruz Castanho

- Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes

Efetivos: - Júlio da Costa Carvalho

- Amândio dos Anjos Gomes

- Anabela Pires Antunes dos Anjos

- Vasco Augusto Pilão Cadavez

Suplente – Maria do Amparo Mendes Alves

- Conselho Cinegético e da Fauna Municipal
António Manuel Afonso Pires (Presidente da União de Freguesias de Parada/Faílde)

- Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
Hélder Jorge dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Zoio)

- Assembleia Distrital de Bragança
Pedro Miguel Ramos Zoio (Presidente da Junta de Freguesia de Salsas)

- Comissão de Proteção Civil
Alex Olivier Alves Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Pinela)

- Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho
Altino Francisco Pereira Pires (Presidente da União de Freguesias de São Julião/Deilão).....

I - Após votação, por escrutínio secreto - para a eleição dos Representantes da AM e dos Presidentes de Junta de Freguesias, nos restantes órgãos externos, e num universo de setenta e sete votantes, foi obtido o seguinte resultado:

LISTA A – 27 votos

LISTA B – 46 Votos

Votos em branco – 02

Votos nulos – 02

II - Após votação, por escrutínio secreto - para a eleição dos Representantes da AM na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes - e num universo de trinta e nove votantes, foi obtido o seguinte resultado:

LISTA A – 18 VOTOS

LISTA B - 20 votos

Votos em branco – 01

Votos nulos – 0

----- Os eleitos, segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt, foram os seguintes:

- Júlio da Costa Carvalho (PSD).....

- Amândio dos Anjos Gomes (PSD)

- Francisco Manuel Esteves Marcos (PS).....

- Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida (Movimento Sempre Presente)

----- Bom, terminadas as votações, damos por terminada a Sessão, desejando a continuação de umas Boas Festas e um bom ano de 2014 para todos vós, em casa.

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – João Adriano Rodrigues

Segunda Secretária – Susana Andrea Ferreira Taveira

2 - RESTANTES MEMBROS

Amândio dos Anjos Gomes

Anabela Pires Antunes dos Anjos

António Eduardo Fernandes Malhão

António Manuel Pereira *

Filipe Osório Caldas

Jorge Manuel Pinto da Silva Ferreira *

João Paulo Alves da Cruz Castanho

José Luís Baltasar

Júlio da Costa Carvalho

Maria do Amparo Mendes Alves

Maria Cristina Ramos Raposo

Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro

Maria Madalena Morais Morgado
Martinho Eduardo do Nascimento
Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco Augusto Pilão Cadavez

PARTIDO SOCIALISTA

Alcídio Augusto Castanheira
Ana Maria Ferreira Brás
Armindo Augusto Lopes *
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Francisco Manuel Esteves Marcos
Jorge Humberto Lopes Marinho Sampaio
Luís Carlos Magalhães Pires
Maria Aurora Correia *
Maria de Fátima Renovato Veloso
Patrício Teixeira Afonso *
Pedro José Rego *

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Amâncio José Catarino Ferreira
Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida
Artur Jorge Fernandes Estevinho
Henrique da Costa Ferreira
Jorge Manuel Xavier Laranjinha
Luís Carlos Pires do Vale
Maria Isabel Barreira Ribeiro

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

António Alberto Vaz Pereira Morais

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

Francisco Luís Pires Pinheiro

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	António Manuel Teixeira Batista
----------------	---------------------------------

UF- Aveleda / Rio de Onor	José Carlos Fernandes Valente
Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais
Baçal	Luís Filipe Pires Carvalho
Carragosa	Jorge Augusto Ala
UF – Castrelos / Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castro Avelas	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veiga
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins
Espinhosela	Telmo Ramiro Prada Afonso
Gimonde	António Manuel Choupina Assares
Gondesende	Augusto David Afonso Pires
Gostei	Rui Manuel da Costa Gonçalves
Grijó Parada	Maria Helena Santos Branco
UF- Izedal/ Calvelhe/Pard.Nova	Luís Filipe Pires Fernandes
Macedo Mato	Manuel Augusto Crisóstomo
Mós	Anabela Afonso Pereira Rodrigues
Nogueira	José António Prada
Outeiro	César Gustavo Garrido
UF – Parada/Faílde	António Manuel Afonso Pires
Parâmio	Nuno Miguel Martins Diz
Pinela	Alex Olivier Alves Rodrigues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela Lampa	Miguel Francisco Pinto
Rabal	Jaime Rodrigues Loureiro

UF – Rebordainhos/ Pombares	José Jorge Martins Caminha
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues **
UF -Rio Frio/Milhão	Adriano Augusto Ferreira
Salsas	Pedro Miguel Ramos Zoio
Samil	Telmo Ricardo Alves Malhão
UF- S.Julião Palácios/Deilão	Altino Francisco Pereira Pires
São Pedro Serracenos	Humberto José dos Santos
UF – Sé/Santa Maria/Meixedo	José Júlio Vaz Pires
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Serapicos	Rui Fernando Pires Caetano
Sortes	António João Pires
Zoio	Hélder Jorge dos Santos

* - Membro Suplente

** - Substituto Legal

II – FALTAS

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Santa Comba de Rossas	Elídio Alexandre Morais
------------------------------	-------------------------

B - CÂMARA: PRESENCAS

Presidente - Hernâni Dinis Venâncio Dias

Vereadores: Vítor Prada Pereira

Paulo Jorge Almendra Xavier (Vice-Presidente)

Humberto Francisco da Rocha

Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo

André Filipe Morais Pinto Novo

Gilberto José Araújo Batista

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezoito horas e do que nela se passou, se lavrou a presente ata que, depois de achada conforme – vai ser presente, para discussão e votação, na terceira sessão ordinária (Quadriénio outubro/2013-outubro/2017) desta Assembleia Municipal, a realizar em __/04/2014 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

O Presidente (Luís Manuel Madureira Afonso) _____

O Primeiro Secretário (João Adriano Rodrigues) _____

A Segunda Secretária (Susana Andrea Ferreira Taveira) _____

NOTAS:

Nas intervenções escritas, apresentadas pelos membros, encontram-se, escritas a itálico, as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.

Os Anexos encontram-se na Ata original, arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.